



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO-PPGEDU

Hellen Ferreira da Silva Miziara

**O PODER DISCIPLINAR E OS CORPOS DOCILIZADOS: algumas
considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**

Paranaíba/MS

2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
EDUCAÇÃO-PPGEDU

Hellen Ferreira da Silva Miziara

**O PODER DISCIPLINAR E OS CORPOS DOCILIZADOS: algumas
considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**

Relatório de Dissertação apresentado à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo França

Paranaíba/MS

2023

M681p Miziara, Hellen Ferreira da Silva

O poder disciplinar e os corpos docilizados: algumas considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/ Hellen Ferreira da Silva Miziara. – Paranaíba, MS: UEMS, 2023.

153f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo França.

1. PECIM. 2. Docilização. 3. Disciplinarização. I. Miziara, Hellen Ferreira da Silva. II. Título.

CDD 23. ed. - 355.00711

Bibliotecária Susy dos Santos Pereira CRB1º1783

**O PODER DISCIPLINAR E OS CORPOS DOCILIZADOS: algumas
considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**

Relatório de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Carlos Eduardo França
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Pós-Dr.^a Silvane Aparecida de Freitas
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Rogério da Palma
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

A Deus, ao meu esposo, aos meus filhos,
aos meus pais, amigos e mestres por
participarem comigo desta realização.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul pela oferta e a qualidade de seu Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação-PPGEDU- o que permitiu-me ingressar em uma especialização em nível pós-graduação stricto Sensu Estadual.

Também meus sinceros agradecimentos ao meu orientador prof. Pós-Dr. Carlos Eduardo França que me direcionou com carinho na elaboração dessa pesquisa.

Agradeço imensamente à Prof.^a Pós-Dr.^a Silvane Aparecida de Freitas pelo cuidado e carinho que me acompanhou por toda a minha caminhada em busca de conhecimento.

Também elevo agradecimentos a todos os meus queridos professores em cada etapa que esteve presente no meu processo de formação, e auxiliaram-me na compreensão das teorias e práticas.

Ao meu esposo João Luiz Miziara, pela parceria nessa minha jornada, tendo paciência, amor, carinho e dando-me forças nos momentos de grande cansaço.

Aos meus filhos João Emanuel, Nicolas Daniel e João Pedro pela paciência por cada tempo dedicado mais à escrita e estudo e um pouco menos a eles.

Aos meus familiares amados, pais Elizete e Cleudezino, irmãs Flávia, Flavielly, sogra Salma, cunhados e cunhados, a meu sobrinho Lucas, os quais são para mim grandes exemplos de luta, garra e força, incentivando-me em cada momento a vencer as barreiras da vida.

A todos os amigos principalmente Darsony Chaves, Geicyene Nunes e Mileidi que me auxiliaram nos debates e também na síntese dos pensamentos, agradeço ainda aos colegas de sala, principalmente, minha amiga Nathali Matheus, pessoas que surgiram nesta jornada, e que contribuíram de forma direta ou indireta para esta formação.

Aos meus líderes espirituais, Pr. José Antônio, Pr.^a Weima Cristina e Nilda Tomé, os quais me auxiliaram a enxergar em meio às lutas e dificuldades os melhores caminhos, me ensinaram a ter paciência e fé.

Agradeço a Deus, porque Ele foi um dos motivos de eu estar aqui... E por não permitir que eu desistisse dos meus sonhos diante das diversas pedras que cruzaram o meu caminho, das limitações, do cansaço e da falta de tempo, mas ELE acreditou em mim e isso é “tudo”, por isso quero honrá-lo com esse voto de agradecimento.

“Quando a Educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor. ” (Paulo Freire)

MIZIARA, Hellen Ferreira da Silva. **O PODER DISCIPLINAR E OS CORPOS DOCILIZADOS: Algumas considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**. 2023. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

Nesta dissertação, apresentam-se resultados finais de pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa Linguagem, Educação e Cultura. Apresenta um olhar foucaultiano sobre a formação de corpos dóceis e disciplinados em instituições tais como nas Escolas Cívico-Militares (Ecm) através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) que foram instituídas pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019 pelo governo anterior, vale ressaltar que o atual irá encerrá-lo. A pesquisa tem por objetivo identificar quais seriam as implicações do conceito foucaultiano sobre a formação do sujeito docilizado por instituições tais como a estudada, alunos submetidos ao sistema ditador dessas escolas, para modelá-los como sujeitos oprimidos, formando o “ser assujeitado/ corpos dóceis para atender a demanda do mercado de trabalho/capital”. Optou-se pela metodologia da pesquisa exploratória, com o método histórico e indutivo, após negativas da instituição escolhida para uma possível pesquisa de campo e observação das rotinas a Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. TiTo), foram utilizados dados e levantamento bibliográfico, textos com base em referências de autores nacionais, estrangeiros e documentais. Dentre os resultados alcançados, pode-se sintetizar: essa situação da conjuntura de ensino atual, o desafio docente está em formar indivíduos conscientes desse processo de ensino para que assim esses viessem romper esse ciclo de ignorância (sujeitos assujeitados) e total submissão ao sistema imposto, sujeitos críticos/reflexivos capazes de resistir ao autoritarismo imposto pelo molde do sistema disciplinar capitalista, conseqüentemente, rompendo os cárceres da ignorância e sendo sujeitos protagonistas. Assim, conclui-se que a partir deste trabalho promovemos discussões acerca da temática, bem como manifestamos o desejo de mudança da situação decorrente deste processo, e a conscientização da sociedade civil frente aos fatos apresentados. Portanto, embora haja essa docilização de corpos, por meio do poder disciplinador, é possível tomar consciência e ir em busca de novas realidades, ser sujeito de sua própria história. A educação deve ser um momento em que o prazer, a alegria, a disposição e a humanização caminhem cotidianamente juntos transcendendo o educar teórico, preparando o aluno para a vida, ser um cidadão protagonista, crítico e reflexivo.

Palavras-chave: PECIM. Docilização. Disciplinarização.

ABSTRACT

This dissertation presents the final results of a Master's in Education research developed at the Graduate Program in Education at the State University of Mato Grosso do Sul (UEMS), University Unit of Paranaíba, in the line of research Language, Education and Culture . It presents a Foucauldian look at the formation of docile and disciplined bodies in institutions such as the Civic-Military Schools (ECIM) through the National Program of Civic-Military Schools (PECIM) which were instituted by Decree No. 10.004, of September 5, 2019 by the previous government, it is worth mentioning that the current one will end it. The research aims to identify what would be the implications of the Foucauldian concept on the formation of the subject made docile by institutions such as the one studied, students submitted to the dictator system of these schools, to model them as oppressed subjects, forming the “subjected being / docile bodies to meet the demand of the labor/capital market”. We opted for the methodology of exploratory research, with the historical and inductive method, after denials from the institution chosen for a possible field research and observation of routines at Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. TiTo), data and survey were used. bibliography, texts based on references from national, foreign and documental authors. Among the results achieved, it can be summarized: in this situation of the current teaching situation, the teaching challenge is to train individuals who are aware of this teaching process so that they can break this cycle of ignorance (subjected subjects) and total submission to the imposed system , critical/reflective subjects capable of resisting the authoritarianism imposed by the mold of the capitalist disciplinary system, consequently, breaking the prisons of ignorance and being protagonist subjects. Thus, it is concluded that from this work we promote discussions about the theme, as well as express the desire to change the situation resulting from this process, and the awareness of civil society in the face of the facts presented. Therefore, although there is this docility of bodies, through the disciplinary power, it is possible to become aware and go in search of new realities, to be the subject of your own history. Education should be a moment in which pleasure, joy, willingness and humanization walk together on a daily basis, transcending theoretical education, preparing the student for life, being a protagonist, critical and reflective citizen.

Keywords: PECIM. Docilization. Disciplinarization.

RESUMEN

En esta disertación, se presentan los resultados finales de una investigación de Maestría en Educación desarrollada con el Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidad Universitaria de Paranaíba, en la línea de investigación Lengua, Educación y Cultura. . . Presenta una mirada foucaultiana sobre la formación de cuerpos dóciles y disciplinados en instituciones como las Escuelas Cívico-Militares (Ecim) a través del Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (Pecim) que fueron instituidas por Decreto N° 2019 del gobierno anterior, cabe mencionar que el actual lo acabará. La investigación tiene como objetivo identificar cuáles serían las implicaciones de la concepción foucaultiana en la formación del sujeto dócil por instituciones como la estudiada, estudiantes sometidos al sistema dictatorial de estas escuelas, para modelarlos como sujetos oprimidos, formando el “ seres sometidos/cuerpos dóciles para atender la demanda del mercado de trabajo/capital”. Optamos por la metodología de investigación exploratoria, con el método histórico e inductivo, después de negativas de la institución elegida para una posible investigación de campo y observación de rutinas en la Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. TiTo), se utilizaron datos y encuestas .bibliografía, textos basados en referencias de autores nacionales, extranjeros y documentales. Entre los resultados alcanzados, se puede resumir: en esta situación de la situación docente actual, el desafío docente es formar personas conscientes de este proceso de enseñanza para que puedan romper este ciclo de desconocimiento (sujetos) y sumisión total a el sistema impuesto, sujetos críticos/reflexivos capaces de resistir el autoritarismo impuesto por el molde del sistema disciplinario capitalista, en consecuencia, rompiendo las prisiones de la ignorancia y siendo sujetos protagonistas. Por lo tanto, se concluye que a partir de este trabajo promovemos discusiones sobre el tema, así como expresamos el deseo de cambiar la situación resultante de este proceso y la conciencia de la sociedad civil frente a los hechos presentados. Por eso, aunque exista esa docilidad de los cuerpos, a través del poder disciplinario es posible tomar conciencia e ir en busca de nuevas realidades, de ser sujeto de la propia historia. La educación debe ser un momento en el que el placer, la alegría, la voluntad y la humanización caminen juntos en el día a día, trascendiendo la formación teórica, preparando al alumno para la vida, siendo un ciudadano protagonista, crítico y reflexivo.

Palabras clave: PECIM. docilización. Disciplinarización.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI- Ato Institucional

ECIM –Escola civil militar

IPECIM- Índice do Programa das Escolas Cívico-Militares

MEC- Ministério da Educação

PECIM- Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

SED/MS- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do S

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. RECORTES HISTÓRICOS: algumas considerações sobre as transformações ocorridas desde o período das ditaduras cívico militares no contexto da educação brasileira	24
1.1 Contexto Histórico: O ‘Estado Autoritário’	25
1.2 A Educação Brasileira Após o Golpe- 1964/1985	29
1.3 Resquícios das Ditaduras cívico-militares na Educação Brasileira	32
1.4 Influência da extrema direita na fase vivenciada no Brasil: alguns conceitos Sobre o totalitarismo e a Extrema direita e a criação de instituições militarizadas como a PECIM	36
1.5 A educação na sociedade disciplinar x LDB	45
2. O PODER DISCIPLINAR ATUANDO NA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS E NA CONDIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COMO ASSUJEITADOS	40
2.1 O Indivíduo na Escola ECIM	40
2.1.1 A educação na sociedade disciplinar x LDB	45
2.2 Disciplinarização dos corpos nas Escolas Cívicas Militares	52
2.2.1 Sobre a (in) disciplina nas escolas cívicas militares	53
3. O QUE É O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO – MILITARES (PECIM)?	55
3.1 Objetivos da proposta do PECIM/ECIM	55
3.2 Mecanismos Legais para que servem? Ajudar ou subjugar o sujeito	57
3.3 Realidade atual de implantação da ECIM no Brasil	61
3.4 Adentrando a Pesquisa Documental da Implantação do PECIM/ECIM	71
3.5 Diferença entre teoria e prática na ECIM	75
3.6 Poder Disciplinar x poder Simbólico na ECIM	85
3.7 Docentes-PECIM/ECIM	88
3.8 Alunos/sujeitos/corpos dóceis no ECIM	97
3.8.1 Observação da cultura escolar regidas pelo PECIM análise do PPP e breves reflexões sobre umas das Escolas Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito)	105

3.8.2 Identificação Escola Estadual Cívico-Militar Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito.....	108
3.8.3 Um olhar reflexivo voltada para a educação, a escola Cívico-militares e a relação professor/aluno no desenvolvimento crítico do educando.....	115
3.9 Governo Federal vai encerrar o programa das escolas cívicas militares.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	135
ANEXO A – Roteiro de observação escolar.....	148
ANEXO B – Solicitação de Observação Institucional e Coleta de Dados.....	150

INTRODUÇÃO

A temática sobre o processo de formação e manipulação intelectual e cognitiva ofertada à sociedade estudantil brasileira em instituições militares como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) já foi foco de minha pesquisa no curso de graduação com enfoque no autoritarismo existente no sistema educacional. Com isso, permanecemos na linha de pensamento ao refletirmos novamente sobre o assunto na especialização, no entanto, afunilamos a temática, na pretensão de compreendermos um pouco sobre a educação dos direitos humanos, voltado para a formação militar brasileira com olhar sobre o autoritarismo presente. Nesse sentido, foram observadas as questões que envolviam os resquícios da Ditadura Militar no país.

Durante todo percurso desse estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas fundamentadas em diversos autores nacionais e estrangeiros para discussão do tema, observando recortes históricos dos períodos envolvidos com a temática, para contextualização e apresentação dos fatos. Assim, o planejamento é flexível e o método é histórico e indutivo. Dessa forma, a metodologia utilizada é exploratória, a fim de ampliar o conhecimento e afunilamento da temática.

Vale ressaltar que essa pesquisa objetivou investigar quais seriam as implicações do conceito foucaultiano dos corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares especificamente nas Escolas cívico-militares, as quais surgiram com mais visibilidade com a aprovação do governo Jair Messias Bolsonaro que esteve à frente do poder executivo da República Federativa do Brasil no período correspondente aos anos de 2019 a 2022, o que reforçou ainda mais a Implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Nesse sentido, esta pesquisa buscou observar e analisar algumas ações disciplinares presentes no processo de ensino/aprendizagem no sistema educacional das Escolas cívico-militares, tais como: utilização de técnicas de ensino autoritárias e tecnicistas, e mecanismos de formação disciplinar militarizados, uma vez que o quadro de docentes pode ser composto por policiais e ou membros do exército aposentados.

Dessa forma, para a análise dos dados desta pesquisa, utilizamos materiais de estudo sobre a composição curricular dessas escolas, assim a pesquisa também é de cunho documental, uma vez que observamos detalhes descrito em diversos sites, os quais abordam acerca do assunto bem como nos sites da SED/ MS. A princípio pretendeu-se realizar a observação *in loco* de pelo menos uma das Escolas do Estado de Mato Grosso

do Sul, nas quais foram implantadas o programa, após faríamos uma leitura dessas realidades descritas.

No entanto, não foi possível realizar a observação em nenhuma das Escolas que atendem ao programa PECIM, pois não conseguimos autorização, pois as autoridades consultadas alegaram que esses documentos são mantidos sob sigilo por se tratar de temas voltados para os saberes e práticas militares, portanto vetados a publicização. Igualmente, após a negativa focamos em uma análise documental, pautada em observar documentos retirados de sites do Programa PECIM. Com isso no decorrer dos estudos debatemos as consequências desses acontecimentos e seus reflexos, ainda presentes no sistema educacional do país, sendo muitos diretamente ligados ao regime militar e suas práticas.

É importante destacar que os resquícios do militarismo na Educação Brasileira é um assunto estudado já por muitos teóricos, no entanto, só muito recentemente alguns pesquisadores vêm debater sobre os reflexos da ditadura militar no sistema educacional brasileiro. Assim, pouco se fala sobre as muitas questões que envolvem essa fase e, sobre a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Frente ao exposto, é preciso identificar algumas transformações ocorridas desde o período das ditaduras no contexto da educação brasileira que influenciaram e, ainda hoje, influenciam o sistema educacional e como a implantação do PECIM contribui frente a essa demanda atual. É pertinente ressaltar que para a construção desta pesquisa, montamos um roteiro no intuito de realizar uma possível observação *in loco*, em uma das Escolas que o programa foi implantado, no entanto, ao recebermos respostas negativas da instituição por parte da gestão, não foi possível realizá-la, todavia as reflexões se desenvolveram por meio de informações contidas em sites institucionais, tais como da própria SED/MS¹.

Com isso, investigamos as práticas de controle utilizadas como mecanismos de ensino contidas nas rotinas do PECIM e analisamos o conjunto de normas registradas nos documentos normativos desses espaços institucionais, observamos como o poder da disciplina atua no objetivo de docilizar corpos e submeter os indivíduos aos padrões para formá-los como mercadoria sujeitados para atender a demanda do modelo capital.

¹Informações obtidas no site: <https://www.sed.ms.gov.br/eecim-elpidio-ferreira-dias-que-obteve-maior-ipecim-do-brasil-recebe-uniforme/>. Acesso 15/06/2022.

Tendo em vista as frequentes discordâncias, críticas e reflexões em torno da temática, cabe, pois, indagar: a educação carrega consigo traços do totalitarismo decorrente de um sistema educacional autoritário adquirido da ditadura militar? Como o educador é formado para lidar com esse molde padrão? A educação atua para moldar os seres utilizando a formação de corpos dóceis, no intuito de atender as demandas do mercado? Esses questionamentos foram respondidos no decorrer dos três capítulos.

Partindo dessas problemáticas, desejamos debater o tema numa perspectiva da formação docente brasileira, a qual considerará a teoria e sua prática quando chegar ao mercado de trabalho (formação x sistema), educação para vida ou reprodução de padrões (moldes/reprodução de mão de obra ao capital).

O principal objetivo desta pesquisa foi verificar quais seriam as implicações do conceito foucaultiano dos corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares em mais específico as Escola cívico militares (formação de corpos dóceis) para atender as demandas do mercado de trabalho, formado o “ser assujeitado/ corpos dóceis para atender a demanda do mercado de trabalho/capital”. Objetivos específicos foram: Identificar algumas transformações ocorridas desde o período das ditaduras no contexto da educação brasileira que influenciaram ainda hoje no sistema educacional e como a implantação do Pecim, contribui frente a essa demanda atual. Investigar as práticas de controle utilizadas como mecanismos de ensino contidas nas rotinas da Pecim. Analisar o conjunto de normas registradas Manual do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, criado pelo Decreto 10.004, de 2019, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas”, ou documentos normativos desses espaços institucionais. Era objetivo poder observar como o poder disciplinar atua no objetivo de docilizar corpos e submeter os indivíduos aos padrões para formá-los como ‘sujeitos assujeitados’ para atender a demanda do modelo capital através de pesquisa de campo, no entanto não fora permitida a observação *in loco*, tendo em vista o período pandêmico, COVID-19 o que por questões de prevenção e de controle sanitárias manteve uma grande parte da população mundial em recolhimento domiciliar, logo após também tendo recebido uma negativa da Instituição escolhida para essa pesquisa, dificultando dar sequência a coleta de dados na prática.

Outrossim, após a negativa focamos em uma análise documental, pautada em observar documentos retirados de sites do Programa PECIM. Com isso no decorrer dos estudos debatemos as consequências desses acontecimentos e seus reflexos, ainda presentes no sistema educacional do país, sendo muitos diretamente ligados ao regime

militar e suas práticas. Dessa forma para a análise utilizamos materiais de estudo sobre a composição curricular dessas escolas, manual de abertura, documentos normativos. Optamos por essa metodologia para continuidade na pesquisa.

É importante destacar que os resquícios do militarismo na Educação Brasileira é um assunto estudado já por muitos teóricos, no entanto, só muito recentemente alguns pesquisadores vêm debater sobre os reflexos da ditadura militar no sistema educacional brasileiro, assim pouco se fala sobre as muitas questões que envolvem essa fase e, sobre a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).

Frente ao exposto, foi preciso identificar algumas transformações ocorridas desde o período das ditaduras no contexto da educação brasileira que influenciaram e ainda hoje influenciam o sistema educacional e como a implantação do PECIM contribui frente a essa demanda atual.

Foram utilizadas metodologias tais como: pesquisas bibliográficas fundamentadas em diversos autores nacionais e estrangeiros para discussão do tema, observando recortes históricos dos períodos envolvidos com a temática, para contextualização e apresentação dos fatos, documentos norteadores em sites tais como SED, MEC, entre outros. Assim, o planejamento foi flexível e o método é histórico e indutivo. Obedecendo ao cronograma previsto. Dessa forma a metodologia utilizada é exploratória a fim de ampliar o conhecimento e aprofundamento da temática.

Considerando a relevância dessa temática que se consolida esse estudo, assim essa dissertação foi estruturada em três capítulos: No primeiro, o qual foi intitulado “Recortes históricos: algumas considerações sobre as transformações ocorridas desde o período das ditaduras cívico-militares no contexto da educação brasileira” apresento como fora historicamente a influência das ditaduras para a construção da educação brasileira, assim observamos por meio de fontes teóricas os diversos relatos históricos que descrevem fatores daquela fase do país e como os seus resquícios influenciam ainda hoje, além disso, investigamos alguns fatores que ainda se fazem presentes no sistema educacional, estimulando na implantação de instituições formadoras com traços desses resquícios.

O segundo capítulo fora intitulado “O poder disciplinar atuando na docilização dos corpos e na condição dos indivíduos como assujeitados” nas escolas Cívicos Militares, nele discorreremos a respeito do conceito foucaultiano na Formação de corpos

dóceis, a fim de atender as demandas do mercado de trabalho, formando o “ser assujeitado/ corpos dóceis para atender a demanda do mercado de trabalho/capital.

Já no terceiro capítulo intitulado “O QUE É PECIM?” buscou-se definir como fora construído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares desde sua inauguração considerando os locais de implantação, pessoas que atuarão nesse espaço, documentos que normatizam o projeto, a fim de, posteriormente, analisar a realidade da instituição, embora não fora permitida a observação in loco.

Antes das análises, tentamos identificar algumas transformações ocorridas desde o período das ditaduras no contexto da educação brasileira que influenciaram ainda hoje no sistema educacional e como a implantação do Pecim, contribui frente a essa demanda atual através de um resgate histórico.

Investigamos as práticas de controle utilizadas como mecanismos de ensino contidas nas rotinas da Pecim, através dos excertos documentais analisados por essa pesquisa. Analisamos assim o conjunto de normas registradas no Manual do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, criado pelo Decreto 10.004, de 2019, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas” e o PPP (Projeto Político Pedagógico) de uma das instituições.

Logo após termos realizado essa análise documental, que ratifica a teoria dessa pesquisa sobre o poder disciplinar foucaultiano, como ela atua no objetivo de docilizar corpos e submeter os indivíduos aos padrões para formá-los como ‘sujeitos assujeitados’ para atender a demanda do modelo capital dentro das Escolas do PECIM. Após investigar, escavamos os dados na busca de excertos, passagens no PECIM, PPP que comprovassem que há a intenção de docilização de corpos, ou seja os sujeitos (alunos) nas ECIM (Escolas Cívicas-militares para analisar como essa rotina escolar, esse molde poderá gerar um sujeito assujeitado ao sistema opressor.

Antes de nos aprofundarmos na análise documental do PECIM/ECIM, julgamos necessário compreender, no que consiste a pesquisa de um documental no meio científico, afim de que o entendamos em seu contexto, objetivo e importância. A pesquisa documental faz parte de uma das abordagens do conteúdo científico, considerado também de suma importância na formação intelectual do pesquisador. Nesse sentido, Silva e Almeida (2009, p.2) citam que:

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o

entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

O documento é uma fonte que contém ricas informações enraizadas no contexto de uma determinada história, sociedade e cultura. Isso implica que todo documento não é escrito pelo acaso, mas sim dentro de uma determinada perspectiva e necessidade de informar, auxiliar o indivíduo a conhecer o valor e as finalidades de um contexto passado, mas que ainda é imprescindível no presente.

Cellard (apud SILVA; ALMEIDA, 2009, p.2) defende que:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

O documento permite ao pesquisador navegar pelo tempo, conhecendo os fatos históricos, sociais e culturais que foram registrados em algum tempo no passado, mas que não deixaram de ser importantes na vivência do homem na sociedade. Além disso, Cellard (apud SILVA; ALMEIDA, 2009, p.2) observa que:

[...] o uso de documentos em pesquisa é que ele permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros.

Destarte a sociedade pode ser compreendida também por meio de documentos escritos que, num determinado contexto, observou a realidade, teceu considerações e atribuições necessárias que melhor norteou a concepção de novos conhecimentos e supriu anseios; o que também podem auxiliar o indivíduo a ir amadurecendo suas ideias, seu modo de agir, pensar, se desenvolver.

Para Silva e Damasceno (2009, p.1), o documento pode ser entendido como “[...] todas as realizações produzidas pelo homem que se mostram como indícios de sua ação e que podem revelar suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver”. Nesse sentido ao

utilizar-se de documentos oficiais para análise do corpus será possível compreender diversas intenções humanas ali contidas.

Não é fácil pesquisar um documento, pois segundo Silva e Damaceno (2009, p.2).

[...] Destaca-se a sensibilidade, a intencionalidade e a competência teórica do pesquisador como requisito para o emprego desse método, pois desde o acesso e a seleção do acervo documental, a análise dos dados até a comunicação dos resultados constitui-se em um processo sistemático, exaustivo, coerente, sensível e criativo.

O pesquisador de um documento deve ser consciente de que é preciso ser sensível, intencionado e conhecedor de teorias, para assim selecionar o acervo documental necessário para a riqueza de sua pesquisa; sabe que esta pesquisa é exaustiva, sensível e criativa.

A pesquisa documental, enquanto método de investigação da realidade social, não traz uma única concepção filosófica de pesquisa, pode ser utilizada tanto nas abordagens de natureza positivista como também naquelas de caráter compreensivo, com enfoque mais crítico. Essa característica toma corpo de acordo com o referencial teórico que nutre o pensamento do pesquisador, pois não só os documentos escolhidos, mas a análise deles deve responder às questões da pesquisa, exigindo do pesquisador uma capacidade reflexiva e criativa não só na forma como compreende o problema, mas nas relações que consegue estabelecer entre este e seu contexto, no modo como elabora suas conclusões e como as comunica. Todo este percurso está marcado pela concepção epistemológica a qual se filia o investigador. (SILVA e DAMACENO, 2009, p.2).

Portanto, podemos afirmar que a pesquisa documental exige do pesquisador uma criticidade e um caráter reflexivo, capaz de fazê-lo buscar a compreensão pretendida por meio do contexto exibido, dessa forma o pesquisador poderá chegar as suas próprias conclusões, refletindo acerca de como deve ser sua comunicação. Ainda segundo esses autores,

A pesquisa documental permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Estudar documentos implica fazê-lo a partir do ponto de vista de quem os produziu, isso requer cuidado e perícia por parte do pesquisador para não comprometer a validade do seu estudo. (SILVA e DAMACENO, 2009, p.3).

Os documentos ao serem estudados permitem que o pesquisador investigue indiretamente um problema, sendo que estes documentos originam-se da concepção humana no decorrer de sua vida, apontando suas experiências, seu modo de viver e compreender os fatos que circundam ao seu redor.

Flick (apud JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.42) defende a ideia de que

[...] o pesquisador, na escolha de documento, não deve manter o foco, unicamente, no conteúdo, apesar de esse ser importante, deve ser levado em consideração o contexto, a utilização e a função dos documentos. Isso deve ser levado em conta, uma vez que são meios para compreender e decifrar um caso específico de uma história de vida ou de um processo.

Nesta mesma linha de pensamento, Flores (apud SILVA; DAMACENO 2009, p.3) cita que

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação.

Não é uma tarefa simples realizar uma pesquisa documental como estamos dialogando com alguns autores já descritos, isso requer um envolvimento com mais seriedade, um estudo alicerçado na investigação do que está documentado, para a reflexão e a crítica, uma vez que

Tanto a pesquisa documental como a pesquisa bibliográfica têm o documento como objeto de investigação. No entanto, o conceito de documento ultrapassa a ideia de textos escritos e/ou impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. (SILVA e ALMEIDA, 2009, p.5).

Investigar é o ato comum entre a pesquisa documental e a bibliográfica, ambas investigam uma problemática, buscando conhecer e compreender a realidade de uma forma mais aprofundada em teorias e documentos. Assim sendo,

[...] os materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registro ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primário” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência. (GODOY (apud JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.4).

A pesquisa documental vai um pouco além dos livros, dos outdoors, textos, pois além de ser uma escrita podem ser assistidos como filmes, transmitidos em vídeos, slides e outros. Sobre isso, pode-se afirmar que:

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. (SILVA e ALMEIDA, 2009, p.5).

Nesse sentido, vale ressaltar que tanto a pesquisa documental como a bibliográfica são importantes no meio científico, no caso dos documentos, o centro são as fontes primárias, ou seja, o que foi dito em seu contexto, recorrendo a materiais ainda não considerados analíticos. Consideramos que a pesquisa documental

[...] apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, apud PIANA, 2009, p.122).

Estando com um jornal, assistindo um filme, refletindo sobre alguns slides, entre outros podemos fazer uma leitura aprofundada dos documentos, isso significa que não são de alto custo e em conformidade com Pádua (apud PIANA, 2009, p.122) “[...] Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais” e compreendida como sendo:

Análise Documental como uma metodologia de investigação científica que adota determinados procedimentos técnicos e científicos com o intuito de examinar e compreender o teor de documentos dos mais variados tipos, e deles, obter as mais significativas informações, conforme o problema de pesquisa estabelecido. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.1).

Uma análise documental gira em torno de investigar cientificamente alguma problemática já exibida em documentos em alguns momentos, para tanto, adota um

proceder técnico e científico para melhor atingir suas finalidades. Estes autores afirmam que:

[...] a proposta metodológica pode ser utilizada tanto como método qualitativo, quanto quantitativo e tem como preocupação buscar informações concretas nos diversos documentos selecionados como corpus da pesquisa. Destaca-se, portanto, a pesquisa qualitativa como percurso metodológico, sendo assim, entendida como instrumento de compreensão detalhada, em profundidade dos fatos que estão sendo investigado. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.2)

Assim é possível observar que a pesquisa documental tanto pode ser desenvolvida qualitativamente como quantitativamente, em ambos os momentos, a busca pela informação é vista, para que se alcance o entendimento dos fatos, tendo em vista um saber mais aprofundado. Júnior e Oliveira (2021, p.3) defendem que:

Os diferentes documentos, entre eles leis, fotos, imagens, revistas, jornais, filmes, vídeos, postagens e mídias sociais, entre outros, são definidos por não terem sofrido um tratamento. Logo, para se utilizar os documentos, na pesquisa, cabe ao pesquisador analisá-los e definir se será ou não preponderante para o estudo, tendo o objetivo como fundamento da Análise Documental como percurso metodológico numa pesquisa qualitativa.

De fato, a pesquisa qualitativa é sumamente importante no caráter e no agir científico “[...] enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, permitindo que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (TUZZO; BRAGA apud JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.3). Além disso,

Merece ser ressaltado que em todas as definições, o documento é apresentado, como principal característica, mas sem se limitar ao material escrito, pois há o entendimento que documentos é toda e qualquer fonte sem tratamento analítico. Além disso, tem como papel predominante em apresentar um fato ocorrido, até mesmo por meio de prova. (JUNIOR e OLIVEIRA, 2021, p.41).

Sem ser considerado tratamento analítico, o documento não é unicamente escrito, pois ao relatar um fato ocorrido apresentando provas, pode se utilizar de outros meios de comunicação, porém não descartando sua principal característica, a forma impressa. Portanto, escolher um documento impresso para ser investigado,

[...] consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio

documento, conferindo-lhes sentido. (KRIPKA e SCHEDLER, apud JUNIOR; OLIVEIRA, 2021, p. 42).

Não devemos realizar uma pesquisa documental sem nada traçado anteriormente, pois a delimitação é necessária para que a resposta seja não somente buscada como também alcançada, se esta escolha for aleatoriamente, a resposta não será atingida. Formular, perguntar, abrir espaços para questionamentos são essenciais na argumentação e criticidade na leitura documental.

Igualmente, “[...] De modo técnico, vale ressaltar que, ao tentarem nomear “o uso de documentos na investigação científica”, os pesquisadores expressam as palavras como: pesquisa, método, técnica e análise” (JÚNIOR; OLIVEIRA, 2021, p.43). Vale a pena ressaltar ainda que

[...] a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneo. (JUNIOR; OLIVEIRA, 2021, p. 43).

Muitos fenômenos existentes ao nosso redor são explicados nos documentos, passando pelo processo de captar, compreender e analisar tudo o que está ali documentado e exposto na mensagem exibida.

Desse modo, a pesquisa documental se apoia em informações que serão captadas, compreendidas e analisadas pelo pesquisador, com o intuito de navegar no ontem e encontrar a essencialidade que atravessa o tempo em informar, esclarecer e dialogar.

Na sociedade contemporânea, há a submissão a um tipo de poder disciplinar capaz de gerir todo um grupo social, com interesses que norteiam todo um aparato de ideologias, as quais moldarão e normalizarão condutas.

Foucault considera o poder capitalista como uma das formas aparentes da disciplina, exercendo uma vigilância disciplinar sobre o proletário, com o pressuposto de mantê-los sempre sobre seu domínio, tornando-os passivos e não rebeldes. Este “poder capitalista possui uma positividade no sentido de pretender gerir a vida dos indivíduos e das populações para utilizá-los ao máximo com um objetivo ao mesmo tempo econômico político: torná-los úteis e dóceis, trabalhadores e obedientes ”. (MACHADO, 2004, p. 30).

Na proposta de gerir grupos, o poder faz uso do controle para otimizar ganhos (resultados): “máximo de rapidez e eficácia” (Ibidem, p. 31), maior ganho em menor tempo. No que tange a modelagem dos corpos, as técnicas das disciplinas visam a criação de “não apenas corpos padronizados, mas também subjetividades controladas”.

Mediante esse contexto, a escola se tornou um instrumento eficaz para a imposição do poder disciplinar no objetivo de docilizar corpos e, assim submeter os indivíduos aos padrões e enquadramentos da sociedade capitalista, o qual permeia toda a estrutura escolar, estrutura esta que avoca uma série de procedimentos arquitetônicos e organizacionais advindos de outras instituições. Consequentemente, a sala de aula se tornou molde e mecanismo adotado para exercer o poder disciplinar e instaurar-se na escola a fim de gerar as práticas de controle e contribuir ainda mais com esse processo, além das Escolas Militares que nunca deixaram de existir no país, surgiu no ano de 2019 a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), no qual essa pesquisa tem como foco analisar e tecer algumas considerações.

Ao estudar a implantação do ‘Estado autoritário’, a partir de 1964, observa-se que diversos setores tiveram inúmeras consequências, e nesse contexto, algumas transformações na área educacional também ocorreram, por exemplo, instalou-se a educação tecnicista, a qual surgiu a fim de atender as demandas da época e estendendo-se por gerações este modo formativo.

Para as autoras Acácia Zeneida Kuenzer e Lucília Regina de Souza Machado (1986), essa pedagogia que foi implantada no Brasil com a finalidade de atender aos interesses do capital estrangeiro, principalmente, o americano, por meio da necessidade de preparação de uma mão-de-obra que pudesse atender à demanda das multinacionais que invadiam a nação brasileira.

Dessa forma, essa tecnologia educacional surgiu como alternativa estatal no intuito de absorver a ideologia empresarial vigente e produzir um produto escolar adequado, ou seja, atendendo apenas as necessidades advindas da crescente ‘industrialização’, fruto da influência do capital estrangeiro (modelo/europeu de educação e formação/ sistema). O tipo de intelectual que o país queria seria um que atendesse as suas demandas urgentes – Modelo de ‘intelectual orgânico’. (KUENZER E MACHADO, 1986, p. 30).

Com isso o intelectual orgânico seria aquele que é fragmentado e responsável pela nova forma do Estado e da sociedade atender a demanda de mão-de-obra do mercado de trabalho capital. Para Gramsci (1978), cada grupo social é fundamental com papel

decisivo na produção engendra seus próprios intelectuais, ditos "orgânicos" a este mesmo grupo social. Assim, a classe burguesa, ao desenvolver-se no seio do antigo regime, traz consigo o capitalista, e também uma série de figuras intelectuais, que terminam por moldar o mundo à imagem e semelhança da classe fundamental.

Um debate político abriu-se a partir da teorização e discussão sobre o papel (ou função) dos intelectuais na sociedade de classes. Gramsci (1978) produziu inúmeros escritos inspirados no marxismo, nos quais discute o conflito de classes na sociedade moderna e a relevância da ação do 'intelectual'. Como ressalta o autor:

Há duas categorias de intelectuais: o '**orgânico e o tradicional**'. O primeiro aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe. Já o 'intelectual tradicional' é aquele que se vincula a um determinado grupo social, instituição ou corporação e que expressa os interesses particulares compartilhados pelos seus membros. (GRAMSCI. 1978 s/n).

A necessidade de atender rapidamente as demandas existentes nessa fase fez com que novos intelectuais surgissem e para isso o sistema educacional foi remodelado. Portanto, vale observar que a educação tecnicista se encontrava encaixada nos ideais do 'racionalismo', objetivando a 'organização e eficiência'. Desse modo, o educador era considerado um 'técnico orientado por outros técnicos' por meio de 'instruções técnicas e objetivas'.

Essa 'nova sociedade' precisava que todos tivessem uma 'educação básica' para manter o *status Quo* (Termo utilizado para definir o estado atual). Naquela fase, a 'escola' estava vinculada aos processos 'políticos da educação' enquanto formadora de cidadão com direitos e deveres para manutenção da mão-de-obra centrada nas indústrias.

Observou-se que as metas de 'modernização tecnológicas' enfrentavam resistências dos setores vinculados ao governo federal, esse desafio de modernização da educação se fazia cada vez mais necessário para atender somente o interesse de uma classe dominante, sendo essa nova caracterização implantada.

Inegavelmente, a educação deveria funcionar como um 'mecanismo de esclarecimento e dar à luz ao conhecimento'. Pode-se dizer que é por meio do 'processo educativo que o homem se constrói' se 'faz' e aprende a viver em sociedade. As diversas fases que a educação tem passado servem para ressaltar sua relevância no universo humano e, sua fragmentação no decorrer dos tempos.

Em todo esse processo de aprendizagem do indivíduo/sociedade, a escola deveria ser o meio/ veículo/ local e ponte para um ensino eficaz, reflexivo e libertador,

onde se pode fazer cumprir esse direito, assim ela deveria resistir e se adequar mesmo mediante seus desafios, logo é papel da escola cumprir como instituição ‘educadora’, ‘formadora’ e transformadora’, trabalhando no interesse de consolidar e ampliar o processo de esclarecimentos dos sujeitos, para contribuir na construção de diversos conhecimentos dar luz à escuridão dos sujeitos.

Por fim, nas considerações finais, busco retomar os objetivos iniciais da pesquisa e ressaltar sobre a existência de práticas repreensivas no processo educacional ainda hoje na contemporaneidade. Com isso apresento também que há diversas leis, as quais deveriam favorecer o cidadão e propor melhorias nas ações educativas, todavia elas apresentam muitos resquícios da ditadura, os quais impedem a mudança na realidade educacional. A partir desta pesquisa, promovemos discussões acerca da temática, bem como manifestamos o desejo de mudança da situação decorrente deste processo, e a conscientização da sociedade civil frente aos fatos apresentados.

1. RECORTES HISTÓRICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS DESDE O PERÍODO DAS DITADURAS CÍVICO MILITARES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para compreender que a educação foi fortemente influenciada pelas ditaduras do país, realizamos um recorte da história da educação brasileira durante o período da ditadura civil militar, no período de 1964 a 1985. Com isso, podemos compreender alguns aspectos/reflexos, os quais envolvem a formação docente brasileira, vindas dos resquícios dessas fases, e que refletiram no sistema educacional do país e, conseqüentemente, influenciaram na consolidação da educação que temos.

Vale ressaltar que muitas foram as lutas travadas em prol da escola transformadora no entanto, o militarismo demonstrou um domínio autoritário e centralizador, o qual se voltou intensamente à reestruturação da educação do país naquela fase. A partir daquela fase, e o surgimento de novas ideologias políticas e econômicas foram realizadas, então, reformas voltadas à transformação da educação brasileira. Nessa fase, houve resistência frente ao novo modelo educacional proposto, essa demonstrada, sobretudo, a partir da insatisfação e revoltas estudantis.

1.1 Contexto Histórico: O ‘Estado Autoritário’

Para melhor compreensão do tema desta pesquisa, foi preciso, pois, observarmos alguns fatores históricos, políticos, socioculturais e econômicos, em que os sujeitos estiveram imersos em seu universo e formação social, para que pudéssemos compreender as relações existentes em sua condição humana. Nesta pesquisa, lançaremos nosso olhar para o autoritarismo presente na educação brasileira em vários momentos históricos.

Sabe-se que a História da Educação Brasileira é regida e evolui em rupturas marcantes por diversos momentos históricos. O golpe militar de 1964, foi uma delas e, durante aquele período ditatorial, foram censuradas diversas atividades artísticas, culturais, educacionais entre outras manifestações, proibindo-se qualquer tipo de forma de expressão que fosse contra o regime, sendo a censura um dos mais fortes sustentáculos de apoio à ditadura militar.

Os sujeitos estavam sendo fragmentados, assim Ghiraldelli (2000) ressalta que no que diz respeito ao ‘setor educacional’, as leis se tornaram ainda mais rígidas logo nas primeiras medidas dos golpistas, com o Ato Institucional nº1 (AI-I). No “Art. 7º diz assim: - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais[...]” (AI-I. 1964), entre outras funções estabelecia uma série de medidas da sociedade e dos poderes públicos por parte do Executivo (governo federal) tais como: ‘o poder de cassar direitos políticos dos cidadãos’. Sendo essa prática totalmente fora dos padrões de um sistema democrático, reforçando cada vez mais o autoritarismo.

A edição AI-2 veio reafirmar a continuação das premissas da Doutrina de Segurança Nacional que propunha a ‘paz social’ como elemento condicionante do desenvolvimento e também vinha concretizando ideologias políticas de um novo regime se estabelecendo no poder vigente. Durou até 15 de março de 1967, sendo substituído pela Constituição de 1967, porém seus efeitos não foram suspensos. Assim o AI-2 (1965, s/n) dizia:

Art. 16 - A suspensão de direitos políticos, com base neste Ato e no art. 10 e seu parágrafo único do Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, além do disposto no art. 337 do Código Eleitoral e no art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, acarreta simultaneamente: I - a cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - a suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - a proibição de atividade ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - a aplicação, quando necessária à preservação da ordem política e social, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de frequentar determinados lugares; c) domicílio determinado

No AI-2 como pode ser observado na citação era comum a proibição de qualquer atividade ou manifestação ‘política’ de ‘ordem social’, podendo até mesmo sofrer penalizações, tais como as já citadas como ‘privação da liberdade, delimitação e acesso a locais.’ Sendo assim, o povo era submetido ao sistema ditatorial, tendo os seus direitos castrados. Segundo o autor Durkheim (2004), a ordem social é a força que os fatos sociais exercem sobre os sujeitos, para que eles respeitem as regras, leis e normas sociais, independente da sua vontade individual, mas a que preço?!

O AI-3 continuou a ‘desmobilização do cenário político nacional’. As eleições indiretas nos estados diminuía ainda mais as vias de representação da vontade política popular (Desvalorização da vontade/popular). Sendo assim, apenas a aquisição e ou manutenção de alguns direitos, concedia uma ‘falsa sensação’ ao povo de que o novo governo não tinha pretensões restritivas ‘absolutas’ e ou ‘arbitrárias’ com relação à democracia. (AI-3.1966, s/n).

Seguindo as ideias positivistas, Durkheim (2004) enxerga a sociedade como uma estrutura que deve funcionar de forma organizada. Nesse sentido, surgem estudos sociológicos a fim de estudar os fatos que são normais e que são patológicos para assim garantir a normalidade e ordem no funcionamento social. Vale salientar que o fato social se fugir aos padrões sociais impostos deve ser considerado como doente, conseqüentemente, o fato social patológico deve ser rapidamente identificado e controlado, para que a sociedade volte à ordem e normalidade, servindo como exemplo que não deve ser repetido. Essa fase poderia facilmente ser apontada um fato social patológico, doença da sociedade, inflamando-a e alterando a ordem social em si, trazendo padrões e imposições próprias.

O AI-4 foi baixado por Humberto de Alencar Castello Branco, em 7 de dezembro de 1966 e foi por meio deste que o governo convocou todo o Congresso Nacional em sessão extraordinária para votar, discutir e promulgar uma nova constituição, já que a Constituição de 1946 não era julgada mais como compatível para a nova fase pela qual o país passava. Dessa forma, foi nessa fase também que se determinou a função de poder constituinte originário, o qual é “ilimitado e soberano”, ao Congresso Nacional. (AI-4. 1966, s/n).

Logo, em dezembro de 1968, foi decretado pelo presidente Costa e Silva, o AI-5 (Ato Institucional nº 5) que deu plenos poderes ao presidente para fechar o Congresso, ‘cassar mandatos e suspender direitos políticos’. Com o AI-5 foi promulgado o Decreto-

Lei nº 477, o qual ‘restringiu significativamente os direitos dos estudantes, funcionários e professores’. (AI-5. 1968. s/n).

O AI-5 tira do cidadão brasileiro as suas garantias individuais concedendo-as ao Presidente da República e, este tem plenos poderes para atuar como executivo e legislativo. Mais especificamente, o Decreto-Lei 477 foi aplicado exclusivamente ao corpo docente, discente e administrativo das escolas/universidades e coíbe toda e qualquer manifestação de caráter político ou de protesto no âmbito das Universidades, assim ele previa a punição desses participantes dos movimentos revolucionários, considerando-os culpados de ‘subversão ao regime’. Sendo assim:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, **DECRETA:**

Art 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - **Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;**

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material **subversivo** de qualquer natureza;

V - Sequestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum dsses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos. § 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional. (DECRETO-LEI nº 477. 1968, s/n).

Portanto, quaisquer tipos de atividades realizadas por alunos, professores, e até mesmo dos demais funcionários eram considerados crime contra o governo, expondo o país a uma desordem e ameaçando a paz nacional, ordem pública, sendo qualquer movimento contrário que surgisse seria uma afronta ao governo, e ferindo a moral do poder público. Desse modo não era admitida a participação legal do povo em nenhuma manifestação política ou de caráter social contra o regime vigente.

A violação dessas ordens legais era monitorada pelo governo de forma minuciosa e, tanto os membros do corpo docente, quanto os funcionários e empregados dos estabelecimentos de ensino eram rigorosamente punidos, podendo ser expulsos, demitidos ou dispensados. Era dado a esses o ‘termo-subversivo’ (pessoas que incomodam/revolucionam?). O Decreto-Lei 477 ampliou a ‘repressão e o terrorismo governamental às redes de ensino’. Nessa fase, inúmeras pessoas foram presas, feridas, mortas exiladas/expulsas do seu próprio país:

Em virtude dessa política e das leis instituídas em seu benefício, muitos músicos, **professores**, artistas, escritores e **estudantes** foram perseguidos, presos, torturados e exilados. É natural compreender, portanto, que àquela altura as pessoas viviam sua forma particular de censura, ou o que é possível chamar de auto-censura. (ROSA, 2006, p.41).

A censura passou então a ser a melhor forma de repressão ao combater e vetar as reflexões políticas contidas nas ações do povo, as quais soavam como um grito de protesto contra a forma de governo ditatorial que, sob o uso da força e do terror militar, defendia o interesse de uma classe social formada pela elite dominante.

Inúmeras pessoas sofreram nos cárceres e outros pereceram torturados nos porões das prisões brasileiras sob o jugo desse sistema ditador, muitos ainda tiveram suas obras e músicas brutalmente censuradas quando, e de acordo com a censura, subentendia-se haver nas entrelinhas mensagens que deturpava a moral dos poderosos. Essa luta trouxe como consequências o aparecimento de grandes nomes/artistas/estudiosos que ficaram conhecidos como os precursores da democracia.

Alguns nomes ainda ecoam por meio da memória do povo, alguns já esquecidos, por terem sido desaparecidos naquela fase, na qual o chumbo nos parecia predominar, ‘tempo sombrio’ quando grandes homens foram brutalmente assassinados, deixando famílias desestruturadas e uma história cheia de mistérios e segredos, muitos que até hoje são mantidos sigilosamente resguardados do conhecimento geral.

Embora, pouco se conheça dos reais acontecimentos daquela época, e menos ainda se discuta, urge a necessidade de maiores esclarecimentos para que assim possa manter viva a história, e dar a ela o espaço de direito popular, pois foram essas lutas que contribuíram de forma direta ou indireta, para assegurar a manutenção da liberdade e a consolidação dos direitos humanos no país.

1.2 A Educação Brasileira Após o Golpe- 1964/1985

Com a implantação do ‘Estado autoritário’, a partir de 1964, diversos setores tiveram inúmeras consequências, e como em todo esse contexto que o país estava imerso, algumas transformações na área educacional também surgiram. Instalou-se a ‘educação tecnicista’, a qual atendia apenas as necessidades advindas com a crescente ‘industrialização’, fruto da influência do capital estrangeiro (modelos/europeus). O tipo de intelectual que o país queria agora seria um que atendesse as suas demandas urgentes: ‘Intelectual orgânico’?.

Na obra *Da divisão social do trabalho*, Durkheim (1893) afirma que a existência da coesão social, assim como a da própria sociedade, está baseada no consenso existente entre os indivíduos. Nesse sentido, é pertinente destacar a respeito da solidariedade mecânica, a qual contribui para a divisão de tarefas, mas não acentuadamente, pois todos trabalham na agricultura ou pecuária, por exemplo. Assim há apenas a divisão de tarefas.

No que se refere à solidariedade orgânica, a sociedade passa a não compartilhar dos mesmos valores individuais, assim modificam-se as relações de trabalho e socialização, as quais se tornam mais complexas. Em seguida, há o surgimento de uma variedade de profissão e os indivíduos se tornam mais dependentes do outro.

A necessidade de atender rapidamente as demandas existentes nessa fase fez com que novos intelectuais surgissem, assim também um novo modelo, orgânico. Para isso, o sistema educacional foi re-modelado. Segundo Rosa (2006), entre os anos de 1964 a 1968 os presidentes militares que estavam no poder junto aos americanos estabeleceram uma parceria por intermédio do MEC, realizando acordos com a *United States International for Development* (USAID), esta parceria influenciou reformas e leis na área educacional brasileira.

Esses acordos visaram o fortalecimento do ensino primário, a assessoria técnica dos americanos para o aperfeiçoamento de melhorias no ensino médio, modernização administrativa, universitária, entre outros setores incluídos nas ideologias previstas nos pólos acordos MEC/USAID e trouxeram mudanças dentro do sistema educacional - marcado por influência norte americana – que seriam um sustentáculo às reformas do ensino superior e posteriormente de 1º e 2º graus. No entanto, ‘O novo modelo educacional’ desenvolveu como característica um sistema educacional “autoritário e tecnicista”.

A educação tecnicista se encontrava encaixada nos ideais de ‘racionalismo’, tradicionalismo/objetivando ‘organização e eficiência’. O educador era considerado um

‘técnico orientado por outros técnicos’ por meio de ‘instruções técnicas e objetivas’. Segundo Ghiraldelli (2000), na Didática Tecnicista, a ‘alienação’ entre teoria e prática é reforçada cada vez mais. O educando desempenha função de ‘mero instrumento’ e apenas executa objetivos instrucionais.

Ghiraldelli (2000) discorre sobre essa fase em que a formação de mão-de-obra especializada intelectual da época, deveria ser em curto prazo de tempo, com destino ao mercado em expansão. Assim, o aluno tornava-se o principal alvo do governo para suprir às necessidades relativas às perspectivas da economia do país.

Ainda sobre isso o autor Santos (2020) cita as falas do sociólogo Durkheim:

A função da escola é adaptar o sujeito à sociedade através da educação que mantém a sociedade em harmonia (coesão social) dentro do ‘sistema capitalista.’ De acordo com o autor a sociedade funciona como um ‘organismo’ e esses vários órgãos mantêm o funcionamento de um único corpo. Perante a sociedade o ‘papel do Estado’ é a manutenção desta harmonia, ‘Estado-Sociedade’, através da educação que regula o seu funcionamento. (SANTOS, 2020, p.4).

A questão desta manutenção é como ela é conduzida, a ‘sociedade é educação’ para aceitar a ‘imposição’ de modo individualizado, competitivo, tudo funciona baseado no interesse do que o indivíduo pode produzir. Esse sistema de valores culturais é ensinado às crianças, quando inicia a sua formação, esse aprendizado é passado por meio do modo como se ensina a maneira de transmitir o conhecimento tanto pelas famílias, como pelos professores.

Sendo que naquela fase, ‘o sistema escolar’ era formado por práticas estabelecidas/ditadas, moldadas/padronizadas em métodos/tecnicistas, nos quais, são transmitidos de geração a geração com aspirações de novas ideias. Muitas das doutrinas atuais ainda hoje existentes, de uma disciplina tecnicista/arbitrária/autoritária são consequências do passado, nada mais que a continuação ‘maquiada de doutrinas anteriores’.

Para entender o realismo pedagógico é preciso compreender sua origem, os aspectos envolvidos para que tal doutrina fosse desenvolvida. A base histórica é fundamental para o entendimento da educação. A educação passa nessa fase a ser um mecanismo de manipulação/massificação do homem. A sociedade acreditava que a manutenção da paz e ordem social, estava em deixar que o sistema vigente pudesse coordenar/implementar esse molde/padrão de desenvolvimento. A escola estava logo

vinculada aos processos das sociedades e às necessidades da ordem e ‘progresso’, (desenvolvimento do sistema de valores capitais existentes).

Naquele momento de crescimento do capitalismo, são introduzidos por meio da escola, todos os métodos que possuísem ‘função educativa’, uma extensão de acordo com a exigência da sociedade, uma forma ‘dominante da educação’, desfigurada e direcionada de acordo com a imposição da classe dominante (disciplina/militarista). A diferenciação das classes é o divisor de águas que demarca a questão educacional e o papel da escola, a educação sempre nos pareceu estar a mercê de uma classe dominante como se fosse um ‘elo fraco’, um simples e mero objeto de consumo, pronto a ser utilizado e também descartado bem como acrescenta Saviani: “Considerando-se que a educação tende a coincidir com a escola, a tendência dominante [...]. Daí o caráter improdutivo da educação, isto é, o seu entendimento como um ‘bem de consumo, objeto de fruição’”. (SAVIANI. 1994.p.151).

A educação passa a ser vista apenas como mero objeto de consumo do sistema, bem de apropriação estatal, para manipulação do povo, e centralização do poder para manutenção do *status Quo*. Antes de ser objetificada como mercadoria pelo sistema capitalista, as sociedades consideravam a educação como uma ferramenta social que era voltada ‘às necessidades do trabalho intelectual’, já agora nesse novo momento com a implantação das indústrias, foi necessário que os homens aprimorassem em métodos de ensino capaz de proporcionar uma ‘qualificação rápida e específica para dar conta da demanda de reposição de mão de obra barata e eficaz’.

Essa nova maneira de explorar a produção ‘da existência humana’, tornou-se dominante, ressaltando as diferenças nas ‘relações sociais’. Levando o povo que já estava descontente ainda mais ao esgotamento. A ‘Revolução Industrial correspondeu também à Revolução Educacional.’

O espaço de qualificação dos profissionais- esses novos intelectuais foram demarcados pelos ‘cursos profissionalizantes’, que focam as qualificações diretas, geralmente veiculando as ‘necessidades do processo industrial. Essas qualificações vinham se adequando à introdução de ‘novas tecnologias’, o mundo estava se adentrado ao que se pode designar como ‘Revolução da Informática’, na qual as qualificações passam do ‘intelectual ao geral’.

A constituição da educação passa a ser ‘dominante e generalizada’, sendo assim, a universalização da escola até dava uma ideia da continuidade da democracia, no entanto tinha como objetivo desenvolver os indivíduos com uma ‘formação unilateral’, ou seja, o desenvolvimento de todas as faculdades ‘humano-intelectuais’ para se adequar ao

propósito do processo de ‘desenvolvimento produtivo’ (desenvolvimento capital da mão de obra barata).

Essa nova tendência educacional pela universalização do ensino, viabilizava a generalização do trabalho, as funções intelectuais foram transferidas ao processo maquinário e o trabalho se basearia em comandar sua própria criação. Com base nessas novas perspectivas indicadas a partir desta ‘nova educação’, foram implantadas no contexto vários dispositivos relativos ao ‘sistema nacional de educação’, que é a introdução de ‘novas tecnologias ao ensino’.

Segundo Dreifuss (*apud.* ROSA, 2006, p. 55), as metas de ‘modernização tecnológicas’ enfrentavam resistências dos setores vinculados ao governo federal, esse desafio de modernização da educação se fazia cada vez mais necessário. Para atender somente com o interesse de uma classe dominante, sendo essa nova caracterização de modificação do ensino implantada (de certa forma mascarada) com interesses contraditórios.

Em sua tese Rosa (2006), cita os dizeres de *DREIFUSS (s/d)* “[...] acreditam que em análise ao pensamento da ‘elite econômica’ da época, era que o regime de governo deveria ser ‘técnico e autoritário’ para servir ao capital transnacional, em função de atender as exigências/demandas existentes de suas hegemonias sobre as classes trabalhadoras, o que de certo modo, era combatível com as manifestações de autonomia e organização das classes popular; isso seria também no dizeres de ambos uma estratégia “para frear o processo revolucionário do povo”[...] (*DREIFUSS apud.:* ROSA, 2006, p. 55). O povo silenciado, alienado, vive naquela fase manipulado ao sistema de interesses estatais.

Desse modo, ao analisarmos a realidade das relações contemporâneas latentes entre a educação, o modo de trabalho e os meios de produção que embasam as relações sociais percebe-se que embora estejamos em pleno século XXI, a sociedade brasileira, mesmo após tantas lutas, pouco avançou no processo civilizatório que visa o combate às desigualdades sociais.

1.3 Resquílios das Ditaduras cívico-militares na Educação Brasileira

Pode-se dizer que tanto a construção, quanto a reconstrução social, política e educacional do Brasil tiveram grandes nomes que integraram essas revoluções a favor de

uma ideologia de libertação das amarras das ditaduras frequente, durante os anos de chumbo (1964-1985) que se seguiram, cujo objetivo seria implantar o regime militar no país. Onde as ideologias capitalistas eram ainda mais acentuadas e os interesses da classe alta juntamente com a militar reinava, e a classe média e baixa eram massacradas constantemente pelo poder que se encontrava nas mãos de um governo militar centralizador e tirano nos de chumbo.

Vários homens e mulheres tiveram participação ativa e muitos se destacaram pela bravura e coragem com que defenderam suas ideais e aspirações, foram a resistência contra um sistema centralizador, com ideais de democracia e igualdade. Acredita-se que apesar das atrocidades da época, alguns brados de indignação ecoam ainda hoje, mantendo viva essa história e restando esse legado de honra a esses heróis (cidadãos/resistência/militância) marco histórico cultural.

No entanto, ainda hoje, ecoam nas ruas gritos de indignação, pessoas (militares e civis) que foram silenciadas, como ressalta Guerra em seu desabafo: “[...] os militares não devem ter medo de conviver com os erros de um passado que acabou levando-os por caminhos tortos [...] aquilo foi uma guerra nojenta. Inteligente será aprender com as indignidades cometidas.” (GUERRA, 2011, p. 22).

Muitas das injustiças naquela fase não foram sequer julgadas; é um passado não tão distante, mas escuro, o qual permeia ainda hoje com espectro na formação militarista do país, podem-se notar os resquícios dessa ditadura em muitas instituições, um exemplo disso é a educação no país, e também, esse fantasma ainda permanece vivo nas academias de formação de Policiais (onde são reproduzidas algumas das disciplinas militarizadas), nas escolas, nas universidades e em Escolas cívico-militares.

O grito de indignação da sociedade civil vem pela impunidade dessas atrocidades, e também pela continuidade desse sistema de formação ditador. Sabe-se que muitos militares também participaram de forma direta ou indireta das lutas pela concretização, prática e consolidação dos direitos humanos e liberdade de expressão no Brasil, muitos deles e suas famílias morreram. No entanto, foi graças a todas essas pessoas que hoje o país tem garantido o respeito à cidadania, liberdade de expressão e igualdade sócio-política no país.

Guerra (2011), assim como muitos outros, acreditava estar servindo ao regime, e então lhe foi absolutamente leal, aceitando, em muitas vezes, autoria de crimes que não eram seus. Essa autora ainda ressalta “[...] em nome do regime matou muitas vezes sem

saber os motivos, sem conhecer a vítima, cumprindo com determinação ideológicas e ordens superiores”. (GUERRA, 2011, p. 30).

Muitos outros cometeram atrocidades em nome do sistema, sendo executores de atentados contra a redemocratização do Brasil. E assim como ressalta Guerra (2011), alguns militares se justificavam também no fato de estar apenas cumprindo o seu dever, como no trecho: “[...], pois é, mas eu estava trabalhando, cumprindo ordens [...]”. (GUERRA, 2011, p.135).

Por isso, podemos afirmar que o conceito democratização, do povo brasileiro foi alicerçado pelo sacrifício e lutas sangrentas daqueles que em nome de um ideal comum perderam até mesmo suas vidas, foram torturados, tiveram suas obras censuradas, ou seja, essas mesmas pessoas, na verdade, só queriam a justiça social e a liberdade de expressão, lutaram para que alcançássemos o direito de exercer a condição de cidadania pautada em regras claras e leis onde os direitos humanos tivessem primazia. Essa fase deixou um legado ditador e autoritário, que ainda hoje refletem em como resquícios na formação educacional, formação política, econômica e cultural do Brasil.

É fato que uma “formação militarista” e não humanitária é uma rotina degradante, abusiva, e contribuem de forma direta na contradição das relações existentes no cotidiano educacional. Essa formação, poderá até mesmo determinar o tipo de profissionais que esses se tornarão futuramente. Apesar de ser um tema, alvo de muitos debates, e silenciado também, pelos impasses existentes, há a necessidade de promover discussões e a conscientização frente aos fatos.

São muitos anos após o golpe e a redemocratização, e até o momento, os muitos torturadores não pagaram por seus crimes, ainda há cargos importantes políticos do Estado, os quais são ocupados por homens que participaram de forma direta daquela fase, que continuam com suas cadeiras no Congresso e Senado e estão livres, atuando normalmente. As provas das torturas, as ligações com o governo estadunidense que apoiou financeiramente o golpe, o nome de pessoas envolvidas na ditadura que estão fechados a sete chaves pelo alto escalão das Forças Armadas.

Como consta em alguns artigos e pesquisas sobre o tema, a educação brasileira foi uma das grandes afetadas na fase da ditadura civil-militar, a autora Maria Alice da Cruz (2009), relata em um Jornal da Unicamp, acontecimentos do sistema educacional:

As perseguições políticas levadas a cabo pela ditadura militar a partir de 1964 sem dúvida deixaram muitas feridas abertas, segundo Afonso Celso Scocuglia, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pesquisador da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Mas, para além disso, as evidências de sequelas no sistema educacional brasileiro vêm à tona quando Scocuglia faz

a reconstrução histórica da educação no país a partir de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) obtidos no Supremo Tribunal Militar (STM) e de documentação do Projeto Brasil Nunca Mais depositado no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp. Os estragos causados pelas perseguições políticas a estudantes, professores e dirigentes educacionais ficam muito claros com depoimentos orais de pessoas que viveram aquele momento e, também, por meio de IPMs instaurados pelo IV Exército da Paraíba entre 1964 e 1969. Neste mesmo caminho, o acervo com mais de 700 processos arrecadados pelo Projeto Brasil Nunca Mais, do AEL, inspirou a realização do segundo pós-doutorado deste pesquisador. “São justamente processos judiciais como os que eu trabalho lá na UFPB. O pós-doutorado está sendo importante para ligar a documentação que eu investigo com essa massa documental mais geral arquivada no AEL”, declara. (SCOCUGLIA apud CRUZ. 2009. p.7).

Trechos como os citados anteriormente, podem nos mostrar algumas questões que estão ainda sendo reconstruídas decorrentes daquela fase. Como pode observar muitos projetos, foram embargados, com objetivo de censurar os profissionais. Inúmeros profissionais da educação foram prejudicados, exilados e exonerados de seus cargos. Por meio de IPMs, e depoimentos da época, observa-se as diversas questões pendentes decorrentes daquela fase. Dentre alguns projetos interrompidos Cruz (2009) cita:

Projeto interrompido. ‘O plano educacional idealizado no Governo Goulart (1961-1964) e que contou com Paulo Freire e tantos outros educadores importantes, foi bruscamente interrompido quando da tomada do Estado pelos militares, segundo Scocuglia.’ ‘A proposta de uma escola pública de qualidade’, por exemplo, nunca mais foi recuperada, mesmo com a retomada do governo pelos civis. ‘E que civis, não? Temos uma seqüência terrível de governos após a ditadura: Sarney, Collor, Itamar. Quase dez anos depois, vem o governo Fernando Henrique, já na década de 1990. E aí já é uma conjuntura marcada pela globalização, ou seja, o Estado nacional está combalido.’ Diante desse quadro, ficou difícil retomar um projeto próprio de educação, na opinião de Scocuglia. ‘Não interessava naquele momento que a educação pública voltasse a pontificar. Interessava que a educação estivesse no rol dos serviços, na lógica de mercado.’ (SCOCUGLIA apud CRUZ. 2009. p.7).

Os projetos e planos educacionais idealizados antes do golpe (1961-1964) e que contou com Paulo Freire, como ressaltamos anteriormente, e tantos outros educadores importantes foram bruscamente interrompidos (mão-armada), quando da tomada do Estado pelos militares e nunca mais foi recuperada. E Mais uma vez, retornamos a questão da qualificação da mão de obra- do cidadão apenas ‘para o rol dos serviços’.

A educação, por sua vez, assume um caráter formador, mas em prol de atender as demandas do mercado. No entanto, Demerval Saviani (2001), em sua obra “Escola e Democracia” nos remetem a uma reflexão ampla sobre a questão da educação, pois Saviani defende uma pedagogia ativa, centralizada na ‘troca de conhecimentos e na iniciativa dos alunos’. Diferente da que estava sendo imposta naquele período. Portanto,

segundo esse autor, a Escola só será valorizada a partir de uma pedagogia articulada com os interesses do povo.

Na escola para o povo, segundo Saviani (2001), os métodos ultrapassariam os ‘métodos tradicionais’ e novos, teriam que levar em conta os interesses dos ‘alunos’ em ‘primeiro lugar’, porém sem abrir mão da iniciativa do ‘professor’. Esses métodos não seriam ecléticos, mas sim manteria continuamente presente a vinculação entre educação e sociedade, em que o ponto de partida do ensino seria a prática social, fazendo-se necessário transformar as relações de produção que impedem a construção de uma sociedade igualitária.

Esse tipo de pedagogia era completamente diferente ao sistema vigente daquela época como já foi exposto nesta pesquisa. Com isso, surgiram as contradições e contra-reformas que ganharam forma e proporção à medida que a sociedade civil se articulava em movimentos sociais contra o sistema predominante e ativo que impunha um modelo tecnicista e autoritário vindo do sistema ditatorial.

A educação foi uma das grandes mutiladas da época ditatorial brasileira, mesmo com todas as ações por parte do povo, a repreensão do Estado foi maior. Saviani (2001) acredita que apesar de certa subordinação da educação à política, deveríamos defini-la como uma ‘prática idealista’ e a política como uma ‘prática realista’, mas que podem coexistir pacificamente, respeitadas as diferenças. Mas isso seria de fato possível? Ainda hoje observa-se os resquícios e traços do sistema ditatorial no sistema educacional brasileiro, mesmo nas escolas atuais e ainda mais presente em escolas como as cívicas militares, implantadas recentemente em 2019 pelo Programa PECIM.

1.4 Influência da extrema direita na fase vivenciada no Brasil: alguns conceitos sobre o totalitarismo e a Extrema direita e criação de instituições militarizadas como estratégia para massificação do sujeito

A Filósofa Política, Hannah Arendt, nos legou uma obra da teoria política, *Origens do Totalitarismo*, Antissemitismo, imperialismo, totalitarismo, essa obra escrita após a derrota militar das forças do nazifascismo, procura desenvolver um entendimento, as causas que propiciaram o avanço da barbárie, do terror e da destruição das individualidades, do pensamento e da liberdade.

Aprender a interpretar o fato histórico/cultural do fascismo/totalitarismo imposto em fases como as ditaduras ou mesmo em fases como as que crises causadas por

ideologias políticas extremistas, faz-se essencial. Observamos que realidades como citadas pela autora em sua obra foi realidade em nosso país em tempos passados como citados nos anos de Chumbo, e aparentemente iniciou-se um movimento em massa, fase como a vivenciada no passado, como no antigo governo de Jair Messias Bolsanaro. Onde a extrema direita desejava colocar em risco a democracia em nome de uma “ordem” que na verdade por final terminou como desordem de movimentos ditos como passivos, mas gerando alguns conflitos entre governo atual (Luiz Ignácio Lula da Silva) e cidadãos no início do ano de 2023 no momento da posse do atual governante.

No passado (desde a época medieval) até atualidade, os sujeitos realizam ditos em nome de seus reis, governantes e colocam esses feitos em nome de “Deus”. Devem ser mais que refletidas e entendidas os fatores que compõe esta ameaça, é a contingência da superação dialética do capitalismo e do fascismo, o caminho da maior idade da civilização, a emancipação humana nos princípios de uma sociedade sem classes e orientada pela igualdade e pela dignidade da vida.

A desconstituição das classes em massas é o fermento essencial para o surgimento do Totalitarismo. “A transformação das classes em massas e a concomitante eliminação da solidariedade grupal são condições *sine qua non* do domínio total” (ARENDR, 2018, p. 424). Os regimes, enquanto no poder, e o líderes totalitários, enquanto vivos, sempre ‘comandam e baseiam-se no apoio das massas’.

Esse termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDR, 2018, p. 438). Arendt traça a principal característica das massas, qual seja, a perda dos interesses individuais, despertencimento social e político, alta disposição em ‘render obediência cega aos ditames ideológicos do líder’.

Nessa perspectiva, a massa é formada por sujeitos modelados para obedecer e reproduzir. Fatores que alavancam a construção de um Estado forte, dirigido por um único partido e seguindo as vontades do líder. Mais do que submissão, os seguidores fanatizados oferecem até a vida em nome do líder e da causa. (ARENDR, 2018, p.485). Em se caracterizando as massas como a base de sustentação dos totalitarismos, precisamos apontar que a formação deste segmento descolado da realidade e da participação política

tem a sua origem na constituição dos imperialismos e da sociedade de mercado, modelo social que prioriza o lucro e a acumulação do capital, instâncias detonadoras da alienação, do fetiche da mercadoria, lugar em que a coisa ganha vida e personalidade própria, enquanto os sujeitos produtores das riquezas entram em um processo de negação da sua essência criativa, o criador se coisifica.

“A verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe.” (ARENDRT, 2018, p.446). A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe. (ARENDRT, 2018, p. 441.).

Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (ARENDRT, 2012, p. 634). Enfim, programas como PECIM foram criados no intuito de atender as demandas da massa e do capital.

Em escolas como as Cívicas-Militares existe esse movimento reproduzir um sujeito modelo, modelado e disciplinarizado para ser o bom aluno, o mocinho da direita, que irá crescer e ter uma visão da realidade distorcida e massificada. No próximo capítulo ficará ainda mais conciso o que de fato essa pesquisa retrata como o “sujeito docilizado” ou seja um aluno submetido ao modelamento do sistema ditador e condicionado pelo poder disciplinar a ser um ser assujeitado, homem coisificado e mero objeto para atender a demanda capital, e se sujeitar ao poder da grande massa e aos governos tiranos.

1.5 Histórico das Escolas Cívico-Militares do Brasil

A participação de militares na educação básica, por meio de parcerias com a segurança pública e com as redes públicas de ensino, ocorre, no Brasil, em diferentes estados, há mais de vinte e três anos como descrito no Manual de Implantação do PECIM de 2020. Historicamente, destacam-se a escola cívico-militar mais antiga em funcionamento, a Escola Estadual Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, em Manaus/AM, ligada à Polícia Militar, que iniciou suas atividades em 1994, e a mais recente escola a se tornar Cívico-Militar, o CED 03, de Sobradinho/DF, ligado à Polícia

Militar do Distrito Federal.

Suas atividades no modelo cívico-militar iniciaram concomitantemente ao ano letivo de 2019 da rede estadual de ensino. Atualmente, existem dezenas de escolas consideradas cívico-militares no país. As Escolas Cívico-Militares se fortaleceram no país em decorrência do anseio social por um ensino de qualidade, com melhores resultados do Ideb e no Enem, e pelo desejo da sociedade por mais oportunidades aos estudantes das redes estaduais e municipais, como ocorre com os alunos oriundos dos Colégios Militares.

Ainda segundo o Manual de Implantação do PECIM como não havia um modelo único para a implementação dessas parcerias nas escolas, cada localidade estabeleceu o arranjo administrativo que melhor se adaptou às suas necessidades e às suas especificidades, a fim de garantir aos alunos um ensino fundamental e médio de qualidade, fundamentado em valores como: patriotismo; civismo; respeito aos símbolos nacionais; noções de hierarquia e de disciplina; valorização da meritocracia e outros.

O manual ainda relata a experiência dos Colégios Militares demonstra o desenvolvimento de um ambiente escolar mais seguro para alunos, professores e funcionários, em que o foco está voltado para a melhoria do desempenho de toda a comunidade escolar, não só em relação aos aspectos didático-pedagógicos, mas também no que se refere ao crescimento pessoal, às relações interpessoais e ao desenvolvimento de valores de cidadania e civismo.

Por isso, em 2 de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.665, foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim), a qual possui como uma de suas atribuições propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio. Oito meses depois, o Decreto presidencial nº 10.004, de 05 de setembro de 2019, instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que se desenvolverá pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa e se implantará em colaboração com os estados, os municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares (Ecim).

Através dessa pesquisa pudemos observar algumas discrepâncias no que se diz respeito aos valores e objetos citados pela proposta que no decorrer dos capítulos foram discutidas e debatidas por autores, leis e normativas documentais.

2. O PODER DISCIPLINAR UTILIZADO NAS ECIM ATUANDO PARA DOCILIZAÇÃO DOS CORPOS E NA CONDIÇÃO DOS INDIVÍDUOS COMO ASSUJEITADOS

Hoje, mais do que nunca, é preciso questionar como a educação está contribuindo para a formação de sujeitos capazes de refletir sobre a realidade social, já que para alguns estudiosos, como Foucault, o poder disciplinar nas escolas vai disciplinando os alunos, docilizando seus corpos para atender as demandas do mercado de trabalho e concepções do *status quo*.

O indivíduo, ao entrar na instituição escolar, muitas vezes, traz em si perspectivas de sua realização não somente profissional como também seu autoconhecimento, ou seja, compreender seu modo de proceder ser e se realizar. No entanto, o que a escola oferece homogeneiza esses sujeitos em formação, oferecendo apenas estratégias mecanicistas que apenas favoreça o capital.

Foucault (1987) argumenta que o aluno vai sendo docilizado e sujeito de acordo com as aspirações tecnicistas de outrem, ou seja, o padrão a ser alcançado, assim não pergunta para o aluno suas aspirações, o que deseja além de trabalhar para sobreviver.

Compreendendo a importância de discutir mais profundamente essa temática de docilização dos corpos e o indivíduo sendo submetido às condições de assujeitamento, desenvolvemos estas reflexões de pesquisa, tendo como principais aportes teóricos Foucault (1987), Hannah Arendt (2010) e dentre outros. Também se fez necessário lançar um olhar sobre o sujeito/indivíduo no ECIM e como se dá seus primeiros momentos de contato com as instituições.

2.1 O Indivíduo na Escola ECIM (Escola Cívico-Militar)

A relação do sujeito relatado nesta pesquisa/mais precisamente intitulado por aluno, e a instituição citada por ECIM, nos fez lançar olhares sobre como funciona a educação na sociedade disciplinar. Como consta no PPP 2020 da Ecim

SEÇÃO II O ALUNO DA ESCOLA CÍVICO-MILITAR Se por um lado, se exige cidadãos cada vez mais preparados para a sociedade e para o mundo do trabalho, por outro, a realidade que se apresenta em muitas escolas públicas do país, tornam a educação um grande desafio. Essa difícil realidade será ainda

mais presente nas Ecim, onde a situação de vulnerabilidade social e o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foram critérios para a adesão das escolas públicas ao Pecim. Uma pesquisa do Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (MEC/INEP), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o título “Repensando a escola: os desafios de aprender a ler e a escrever”, realizada em dez estados brasileiros, abordou as ações mais eficazes do enfrentamento ao fracasso escolar, aqui entendido como a conjugação de graves problemas sociais vividos pelos alunos e suas famílias, associada ao baixo desempenho na escola (INEP; UNESCO, 2007). O estudo destacou que “conhecer o aluno como um todo” e “aproximar-se da cultura e da realidade do aluno” foi consenso entre os diversos atores ouvidos na pesquisa (educadores, pais e alunos). Por isso, esse é o objetivo desta Seção. Para fazer um retrato dos alunos brasileiros da atualidade, foi utilizada a última Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (IBGE, 2015), realizada com alunos do 9º ano do ensino fundamental em todo o Brasil.

As ECIM visam em sua proposta que o aluno seja alcançado em sua integralidade, enfrentando o fracasso escolar, mas existem contradições mesmo nessa prática, são muitos os desafios frente as novas demandas, as muitas vulnerabilidades tem sido cenário de evasão escolar.

Ainda contidas no Manual das ECIM, foram extraídos alguns dados que podem ajudar a entender melhor o contexto socioeconômico, cultural e familiar dos jovens e adolescentes que frequentam as Ecim. Dos alunos que frequentam o 9º ano do ensino fundamental da rede pública, 45,0% não têm acesso, simultaneamente, nas escolas de pia ou lavatório em condições de uso com acesso a água e sabão para lavarem as mãos. Esse resultado ocorre, principalmente, pela falta de sabão para a limpeza das mãos, podendo contribuir para a disseminação de diversas doenças que comprometem a frequência à escola e o aprendizado das crianças (MANUAL, 2020, 13 p).

A ausência à escola por motivos de saúde nos doze meses anteriores à pesquisa foi relatada por 53,7% dos escolares brasileiros. A falta, no ambiente escolar, entre outros, de infraestrutura favorável à manutenção de hábitos saudáveis de higiene, dificulta o aprendizado desses hábitos e, conseqüentemente, reduz a possibilidade de mudança desses padrões no meio familiar. Apenas 17,7% de alunos da rede pública frequenta escolas que proporcionam um ambiente mais completo para a prática de esporte (presença de quadra, material esportivo e vestiário simultaneamente). (MANUAL, 2020, 13 p).

Por outro lado, 56,1% informaram ficar mais de três horas em um dia de semana comum não só assistindo televisão, mas também realizando outras atividades como usando computador, jogando vídeo game ou fazendo outras atividades sentados. O fortalecimento de vínculos familiares, estabelecendo laços de confiança, diálogo e conhecimento das demandas dos filhos, é considerado muito importante na prevenção de comportamentos de riscos entre jovens e adolescentes. (MANUAL, 2020, 13 p).

O percentual dos que faltaram às aulas, nos trinta dias anteriores à pesquisa, sem autorização dos pais ou responsáveis foi de 25,0%. Já 44,4% dos estudantes responderam que seus pais ou responsáveis não tinham o hábito de verificar seus deveres de casa. Com relação à escolaridade materna, a proporção de escolares cujas mães tinham o nível superior completo atingiu apenas 13,3%. O percentual informado de mães que possuíam “nenhuma instrução ou ensino fundamental incompleto” foi de 24,8%. Dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, 55,5% já haviam tomado alguma vez na vida uma dose de bebida alcoólica e 21,4% informaram que já sofreram algum episódio de embriaguez. O consumo excessivo de bebida alcoólica na adolescência está associado ao insucesso escolar, acidentes, violências e outros comportamentos de risco como tabagismo, uso de drogas ilícitas e sexo desprotegido (ANDRADE, S. S. C. de A. et al., 2012; WHO, 2014; PECHANESKY; SZOBOT; SCIVOLETTO, 2004 apud.: MANUAL, 2020, 13 p).

Ainda segundo os dados descritos na pesquisa no MANUAL 2020. Os dados mostram que 9,0% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental já usaram drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança-perfume, ecstasy, oxy etc.). Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization – WHO), o uso intenso de cannabis, também conhecida por maconha, está relacionado a uma série de problemas, incluindo comprometimento cognitivo, baixo desempenho escolar, deterioração e abandono, externalização de problemas, tais como a tomada de riscos, agressão e delinquência e problemas de internalização, como depressão e ansiedade (WHO, 2012 apud.: (MANUAL, 2020, 13 p).

Dos escolares brasileiros do 9º ano do ensino fundamental, 27,5% já tiveram relação sexual alguma vez. Destes, 38,8% responderam não ter usado preservativo na primeira vez que tiveram relação sexual, aumentando a possibilidade de gravidez precoce e do contágio de doenças sexualmente transmissíveis. Dos entrevistados, 4,0% responderam já terem sido forçados a ter relação sexual. (MANUAL, 2020)

Verificou-se que 14,5% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, responderam que nos trinta dias que precederam a pesquisa foram agredidos fisicamente

por um adulto da família. Nos doze meses anteriores à pesquisa, pelos menos uma vez, 23,4% dos entrevistados responderam ter tido envolvimento em briga e 12,3% foram seriamente feridos. Apesar da vulnerabilidade social de muitos alunos, o perfil do estudante que compõe as Ecim pertence a uma geração denominada pelo meio acadêmico de “nativa digital”. Dos alunos das escolas públicas, 86,0% declararam possuir aparelho celular. Seus anseios, suas relações sociais, seus costumes e, principalmente, suas “apropriações do saber” se dão de maneira distinta às do passado. (MANUAL, 2020)

Eis então o desafio contemporâneo da escola: manter-se atualizada, permanentemente, para atender a esse novo perfil de aluno que exige dos docentes novos métodos e práticas de ensino. Essas informações devem servir de alerta para que a escola se prepare, adequadamente, para proporcionar uma boa educação para todos os alunos diante de uma realidade que não pode ser ignorada. A educação básica, na perspectiva das Ecim, vai dirigir-se ao ser humano integral, englobando todas as dimensões de sua relação com o mundo (intelectual, física, afetiva, moral, ética, social e simbólica). (MANUAL, 2020)

Por isso é importante compreender o aluno em sua totalidade, complexidade e singularidade. A partir desta compreensão, é possível colocar o aluno como protagonista do seu aprendizado, apresentando a ele uma escola que vá ao encontro de suas expectativas, necessidades e aspirações e que, portanto, considere o contexto no qual está inserido. Dessa forma, a escola irá criar oportunidades para que todos possam adquirir as aprendizagens necessárias para o prosseguimento de seus estudos em anos superiores, dando a eles o direito de permanecerem na escola e em um sistema educacional de qualidade. Só assim é possível ter uma educação inclusiva, em que a escola passa a se preocupar em alcançar todos os seus alunos, apesar das suas dificuldades cognitivas, culturais, econômicas, etc. (MANUAL, 2020)

Na concepção de educação das Ecim, o ser humano deve ser formado para ser ativo, solidário, crítico, autônomo, construtor de sua cultura, de sua história e da sociedade em que vive. Para ele, é imprescindível o acesso a uma escola que, além de conhecimentos e habilidades, desenvolva valores e atitudes próprias ao cidadão, formando alunos responsáveis, criativos, atuantes e transformadores, que conheçam e lutem por seus direitos, mas que sejam determinados a cumprir os seus deveres. É nessa visão de aluno e de sociedade que se inserem as Ecim, tendo como referência os Colégios Militares, cujos fundamentos e educação, fortemente ancorados em valores éticos e morais, vem sendo trabalhados por mais de um século. (MANUAL, 2020)

Aprendemos com Foucault (2010) que as sociedades disciplinares, constituídas ao longo dos séculos XVII e XVIII, colocaram em funcionamento um conjunto de dispositivos de poder que, ao bloquearem a prática do suplício, enquanto técnicas corretivas e disciplinares deram lugar a um tipo de poder que se ocupou em trabalhar o corpo de forma detalhada e minuciosa.

O controle minucioso do corpo, objetivando imprimir-lhe docilidade-utilidade, tem nas instituições de sequestro (fábrica, presídio, hospital, escola etc.) espaços/tempos privilegiados de ação. “É assim que no exército aparecem sistemas de graus que vão, sem interrupção, do general, chefe até o ínfimo soldado, como também os sistemas de inspeção, revistas, paradas, desfiles etc., que permitem que cada indivíduo seja observado permanentemente” (FOUCAULT, 2010, p.106) Sobre isso temos a argumentação de que:

Os estudiosos do fenômeno “corpo” lançam sobre ele vários olhares, assim como conceitos diversos. Inicialmente o corpo foi apresentado e estudado como corpo biológico e, posteriormente, também vivido como corpo cultural. Assim, o “corpo” vai sendo fabricado e educado para a vida em sociedade. (BRIGHENTE. 2011, p. 2390).

A temática docilização dos corpos vem sendo debatida com base em Foucault (2004), ao defender que o educando vai passando por adequações visando sua vida em sociedade. É apontado por Brighente (2011, p.2391) que:

Docilizam-se os educandos, em um quadro que pode ser interpretado como de violência sobre o corpo, para torná-los homogêneos e úteis, fazendo-se uso dos processos disciplinares para puni-los e normalizá-los. Assim, vão sendo fabricados corpos docilizados, submissos e educados para a vida em sociedade que, na visão do autor, é possível por meio da vigilância hierárquica, da sanção normalizadora e do exame.

O aluno enquanto corpo a ser docilizado vai sendo violentado pelas disciplinas que além de punir, também normatizam para um viver em sociedade, que na visão foucaultiana é uma forma de vigiar de forma hierárquica o aluno. Foucault (1987, p.117) relata que:

Houve durante uma época clássica, uma descoberta do corpo como objeto de poder. Encontraríamos facilmente grandes sinais dessa atenção dedicada ao corpo, que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam.

Na escola, o aluno tem seu corpo manipulado, já não mais pertence ao seu modo de proceder, mas vai entrando numa “[...] maquinaria de poder, que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 1987, p.118)

Nessas instituições a utilização do Civismo é comum, é uma palavra que procede de *civisme*, em francês, que, por sua vez, deriva da palavra latina *civis*, que pode ser traduzida como cidadão. De uma forma generalizada, define-se civismo como respeito aos valores de uma sociedade, a suas instituições e às responsabilidades e aos deveres do cidadão. Outrossim, pode-se conceituar como dedicação pelo interesse público ou pela causa da pátria, civilismo ou patriotismo, conceitos implantados nos alunos das instituições do PECIM. Entretanto, o conceito amplo seria: atitudes e comportamentos que, no dia a dia, manifestam os cidadãos, na defesa de certos valores e práticas, assumidos como os deveres fundamentais para a vida coletiva, visando preservar a sua harmonia e melhorar o bem-estar de todos.

O civismo é uma questão de cultura política e de filosofia política, no entanto gera uma massificação, pois esse conceito coletivo em instituições com ECIM visam estabelecer a unidade/massificando-a a massa modelada é mais fácil de ser controlada.

O aluno modelado e disciplinado é ainda mais vulnerável a se tornar um sujeito alienado ao sistema capital, ainda que advindo de uma educação extremamente

2.1.1 A Educação na Sociedade Disciplinar x LDB

Ao analisar as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas, Bauman (2001) também anuncia o fim do tipo de configuração de poder presente nas disciplinas. Para ele, no mundo líquido moderno, as relações de poder encontram-se reconfiguradas, na medida em que não há mais a necessidade de enclausuramento e de vigilância constantes. Há uma espécie de decadência do modelo panóptico utilizado nas sociedades disciplinares, analisadas por Foucault. Uma vez que para esse autor,

[...] o momento histórico das disciplinas, é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que num mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais é útil e inversamente. Forma-se então uma política de coerção que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 1987, p. 118).

Como é apontado, o corpo humano do aluno passa por uma coercitiva voltada para habilidade no trabalho, bem como sua utilidade baseada na obediência das disciplinas estabelecidas de uma forma manipuladora. Ainda para este autor:

[...] a disciplina assim fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo, faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ela procura aumentar, e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição escrita. (FOUCAULT, 1987, p.118)

As disciplinas são alicerçadas na força coercitiva dos corpos que são treinados para serem submissos ao trabalho, ou seja, ao que se é estabelecido para um aspecto político e econômico cada vez mais capitalista. Assim “[...] se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 1987, p.118)

Na visão desse estudioso, o espaço disciplinar

[...] tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa, tática de antideserção, de antivadiagem e de antiaglomeração. Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. (FOUCAULT, 1987, p. 119).

O modelo disciplinar acima se configura num “[...] procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar” (FOUCAULT, 1987, p.119). Em outras palavras, um espaço analítico.

E fácil notar, pela própria disposição arquitetônica das escolas esta questão disciplinar. Prédios que se assemelham aos quartéis, aos conventos, aos hospitais. O espaço marcado para fala do professor, a disposição das salas, organizadas em territórios definidos por séries, as turmas formadas pelas idades, a disposição das carteiras, a rotina do escrever, ouvir, falar, repetir, mas sempre, silenciar em respeito à ordem. Uma rede de relações, bem descrita por Foucault. (PEREIRA & OLIVEIRA, p. 3).

Conforme citado a estrutura escolar também acentua para uma construção pautada na ordem e autoritarismo, inclusive a forma que é disposta as carteiras escolares dos educandos e a distância entre eles definem uma forma de separação e isolamento,

uma vez que o local se torna também padronizado, assim como a padronização do uso de uniforme, a qual contribui para a padronização dos sujeitos.

Consoante Foucault (2004a, p.125), “A disciplina, arte de dispor em fila, e de técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações”. Nesse sentido, é pertinente destacar que o silêncio dos corpos abordado pelo autor é oriundo da organização escolas, dentre ela: uso de uniformes, localização das carteiras, centralidade no professor, uso da hierarquia são fundamentais para disciplinar, consequentemente, tornam os corpos e os sujeitos dóceis ao criar certa movimentação de coesão pautada na rotina escolar.

Na atualidade dos bancos escolares, “[...] a docilização dos corpos não está mais necessariamente ligada à violência física (castigos, palmatória, ficar de joelhos no milho, palmadas, etc.), mas se estabelece por outro tipo de violência sobre o corpo – uma “violência simbólica”. (BRIGHENTE, 2011, p.2391).

Quando citamos o poder simbólico nos remetemos à ideia de Pierre Bourdieu (1930-2002) e Michel Foucault (1926-1984). Mais especificamente, analisaremos os fundamentos das noções de poder simbólico e de poder disciplinar, desenvolvidos, respectivamente, em suas obras.

Sabe-se que os estudos fundamentados em Foucault e Bourdieu indicam que os sujeitos geralmente estão condicionados pelas relações sociais e forças exteriores, as quais são inconscientes. Além do mais, “[...] a violência não precisa ser física, marcada no corpo, mas não deixa de ser uma violência psicológica, em que o próprio indivíduo com receio de ser punido ou excluído, se autovigia constantemente” (BRIGHENTE, 2011, p.2393). Isso significa que o indivíduo, mesmo não sofrendo maus-tratos em seu corpo físico, ele pode ficar traumatizado por ter sofrido violência psicológica que atinge seu modo de pensar, levando-o a ficar com medo.

Os corpos dóceis são levados a serem “[...] obedientes e “bonzinhos”, que não contestam e que apenas se deixam instruir. Lembrando que isso acontece em vários setores da sociedade” (BRIGHENTE, 2011, p.2391). O aluno sendo treinado dessa forma no contexto educacional vai se tornando obediente e bonzinho (docilizado) em tudo que lhe transmitir e pedir, não se pode desobedecer.

No caso de desobediência desse corpo docilizado, tem-se para com ele “[...] um olhar de reprovação, como também a privação da palavra, a proibição da expressão do

pensamento, a exigência da boa conduta” (BRIGHENTE, 2011, p.2391). Ainda nos dizeres dessa pesquisadora, temos:

Afinal, o que seria então um corpo dócil? É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que poder ser transformado e aperfeiçoado. [...] Nesses esquemas de docilidade, em que o século XVIII teve tanto interesse, o que há de tão novo? Não é a primeira vez, certamente, que o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes; em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações. (BRIGHENTE, 2011, p.2392).

A sociedade dociliza o corpo humano em vários setores, o educacional tende a formar alunos dóceis que obedecem aos treinamentos, ao conteúdo, as práticas impostas no decorrer e depois que sair do cotidiano escolar. A docilização por meio do poder disciplinar, significa que

O poder disciplinar é invisível, pode vigiar sem ser visto, se expressando pelo olhar e exercendo seu controle sobre os corpos em questão. Mantendo o indivíduo disciplinado. Além disso, o exame faz com que a individualidade de cada corpo entre para uma documentação administrativa, pois tudo é anotado. (BRIGHENTE, 2011, p.2392).

Furlan alicerçado nos dizeres de Foucault (1987) concebe a disciplina como “[...] um tipo de poder, torna os indivíduos meros objetos e, ao mesmo tempo, instrumentos do seu próprio exercício” (BRIGHENTE, 2011, p.2392).

Nota-se, portanto, em Foucault, o quanto o poder era

[...] absoluto, dramático, sombrio, que era o poder de soberania, e que constituía o poder de fazer morrer, eis que agora aparece com essa tecnologia de biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a população, enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de fazer viver. A soberania fazia morrer e deixar viver. E eis que agora aparece o poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste ao contrário em fazer viver e deixar morrer. (FOUCAULT, 1987, p.223).

O poder imposto ao indivíduo tende a permitir que ele viva, em seguida, morra no ato da ignorância, de tudo que lhe foi imposto, por meio de técnicas e regulamentações políticas e econômicas. Assim surgiria então “[...] cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver e, no como da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobre tudo”. (FOUCAULT, 1976, p.274).

A norma, segundo Foucault (1976, p.303), “[...] é o que pode tanto se aplicar a um corpo, que se quer disciplinar, quanto a uma população que se quer regulamentar”. Um indivíduo é normalizado na medida em que seu corpo obedece a disciplinarização e regulamentação.

A educação é uma ‘função social’, que está submetida à influência do Estado, essa intervenção é uma ação exercida que determina os propósitos da educação e as medidas adotadas para atingir esse fim. Em qualquer tempo conhecer os processos educacionais é estar envolvido com conhecimento.

Na LDB 9394/96 Art. 2º “[...] A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, ou seja, a própria legislação enfatiza os encaminhamentos da formação humana.

A educação é uma realidade que faz parte das expressões da ‘vida real’, está diretamente ligada ao ato do ‘aprendizado’, independente das intervenções. O fato de ‘aprender sobre educação’ faz parte do processo de comunicação que está inserida no ‘sistema de unidade vinculada ao coletivo’ (homem-individual/ sociedade-coletiva) é determinada por fatores ideológicos que envolvem elementos relacionados e inerentes à realidade social.

Os processos educacionais influenciam o comportamento dos indivíduos no meio em que vivem, transitam por esses um ‘sistema de valores’ que representam a condensação da ‘prática social’, a educação é um instrumento/mecanismo que auxilia no aprendizado, e a maneira como se entendem e interpretam esses conceitos faz-se entender como se consolidar as ideologias e as estruturas das ‘esferas sociais construídas pelo homem/sociedade”.

A ideologia educacional está contida na realidade e determina o meio que vivemos, é uma série de valores inseridos ao sistema que torna possível a construção utópica do ser social ideal. A educação faz parte da ‘existência humana, nasceu junto com a origem do homem’, mas foi transformada e moldada de acordo com inúmeros processos decorrentes dos acontecimentos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem o homem e o seu meio. Tendo como contribuidores vários personagens, tais como os professores.

Segundo a LDB/9394/96 Art. 1º “[...] A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho,

nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

No Art. 22. Da LDB 9394/96 é apregoado que “[...] A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Na formação na educação básica, o educando vai tendo a oportunidade de ir se tornando um cidadão, se preparando para trabalhar e continuar sua formação.

Para a LDB 9394/96, Art. 27., os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III – orientação para o trabalho;
- IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Nas diretrizes citadas, as palavras respeito, bem comum, trabalho, práticas esportivas, elas se referem a práticas cotidianas e sociais que devem estar alicerçadas também no contexto escolar não somente nas teorias como também nas práticas.

Além disso, está disposto na LDB 9393/96 art.3:

- Art. 3o O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Com base nos princípios que devem ser ministrados nas escolas deve-se considerar que a permanência dos alunos em seu interior depende muito do respeito em que o aluno é tratado, se tem liberdade, autonomia como se é proposto. Isso porque ao serem docilizados não gozam de forma plausível destes princípios.

Em relação ao direito e dever de educar, a LDB 9394/96 cita:

- Do Direito a Educação e do Dever de Educar Art. 4o O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:
- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

- III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;
- V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- VII – oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;
- VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Aos alunos, em qualquer idade, desde que esteja condizente com o início da educação escolar, devem ser matriculados numa instituição infantil, no ensino fundamental, médio e superior. Essa oferta de educação é de responsabilidade do governo que deve atender às necessidades específicas de cada aluno.

Quanto aos docentes, no art.13 da LDB 9394/96, é atribuído:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III – zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV – estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V – ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Dentre as funções/ atribuições da profissão do professor é ser ‘educador’, este deveria fazer parte de forma ‘ativa’ do processo de ensino/aprendizado dos alunos/sujeitos. Ele deveria ser um profissional apto e que exerce influência no processo da educação dos alunos. É uma grande responsabilidade, junto à responsabilidade de mediar todo conhecimento possível aos alunos, e poder assim contribuir de forma direta no processo de formação de indivíduos ativos na sociedade, com senso de criticidade/reflexivos, e autônomos, com pensamento político e consciente da sua importância enquanto sujeito de direitos. Grande é a responsabilidade desses profissionais frente às realidades.

Diante de tais considerações, o poder disciplinador, a docilização dos corpos e a sujeição dos indivíduos concretizam a soberania política e econômica do Estado, o qual transmite técnicas e procedimentos padronizados que vai treinando os mesmos para o mercado de trabalho. De fato, o trabalho é importante para o homem, porém é preciso que este seja educado para a transformação, uma vontade de autonomia e criticidade.

No entanto, essa condição de ser autônomo e livre só virá quando os sujeitos se reconhecerem e exigirem que sejam respeitados os seus direitos como indivíduos que fazem parte de uma coletividade, mas para tal, esses indivíduos carecem de tomar para si as responsabilidades que a libertação dos corpos traz e essa ideia de liberdade, empoderamento e pertencimento depende do meio em que ele vive e da qualidade de ensino a que ele terá acesso.

Assim, ao ter acesso a uma escola transformadora, esse processo de transformação do pensamento e conhecimento fornecerá ao indivíduo a capacidade de se colocar diante do outro como igual, e de posse desse empoderamento, o homem estará se rebelando contra a docilização de seus corpos físico/moral e intelectual e poderá se livrar das amarras subjetivas que o mantém como escravo disciplinado.

2.2 Disciplinarização dos corpos nas Escolas Cívicas Militares

Atentando para as condições de existência ainda das práticas de “docilização dos corpos”, notadamente para os discursos que tratam do desaparecimento de antigas práticas punitivas e o surgimento de novas no âmbito escolar, nas práticas em sala de aula, dando ênfase às questões de disciplina e de indisciplina, além dos procedimentos de organização e controle vão desde a organização do espaço da sala de aula até métodos de ensino tecnicistas.

Foucault (2010) faz uma crítica, e ressalta que quanto maior o controle, maior a eficiência do trabalho desenvolvido. Fica muito claro, na rede interdiscursiva que permite esses enunciados, que o dispositivo de controle do comportamento é a garantia do silêncio, da ordem, da concentração, ou seja, disciplinarização dos sujeitos.

Disciplina é a obediência ao conjunto de regras e normas que são estabelecidos por determinado grupo. Também pode se referir ao cumprimento de responsabilidades específicas de cada pessoa. Do ponto de vista social, a disciplina ainda representa a boa conduta do indivíduo/sujeito no caso dessa pesquisa seria o excelente aluno (bonzinho e obediente), ou seja, a característica da pessoa que cumpre as ordens existentes na

sociedade no caso como citado acima melhor segue as regras da Instituição PECIM.

Neste aspecto, o oposto de disciplina é a indisciplina, quando há a falta de ordem, regra, comportamento ou de respeito pelos regulamentos.

2.2.1 Sobre a (in) disciplina nas escolas cívico-militares

O programa PECIM em suas instituições ECIM, não aceitam a indisciplina. Por exemplo, por meio de condutas como rejeitar a aprendizagem, faltar à aula, não levar os materiais escolares ou não fazer as tarefas, o desrespeito às normas elementares de condutas disruptivas, rebelião, tudo que o aluno não realizar que esteja descrito como dever no regimento da instituição tudo se caracteriza como indisciplina, sujeito a punições também descritas em regimentos de condutas. A disciplina na ECIM está ligada a ‘obedecer sem limites as normas e ao senso de unidade (massificação) da instituição’. Aquilo que Foucault (2010) ressalta sobre o poder disciplinar, e como ele impõe ao sujeito o modo como será doutrinado.

As Escolas Cívico-Militares não admitem nenhum tipo de comportamento que fuja de seus padrões e têm os seguintes valores, conforme é ponderado pelo Manual de implantação das Instituições PECIM

- I – civismo: colocamos o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais;
- II – dedicação: acreditamos que, tanto no trabalho quanto nos estudos, precisamos empenhar o melhor dos nossos esforços;
- III – excelência: buscamos o mais alto nível de qualidade em tudo o que fazemos;
- IV – honestidade: pautamos as nossas relações pela verdade, integridade moral e correção de atitudes; e
- V – respeito: procuramos tratar os outros com deferência e atenção à sua dignidade e aos seus direitos, bem como respeitar as instituições, as autoridades e as normas estabelecidas. (BRASIL 2020, p.7).

Na complexidade dessas instituições não é permitido espaço para comportamentos tais como (in) disciplina, são criadas para além do citado por Foucault (2010), gerar uma memória em que a disciplina faz parte dos processos de subjetivação desses sujeitos, disciplinados e docilizados e quais são os princípios da docilização, cumprimento dos deveres, horários, comportamento adequado com o ambiente público, organização, limite. Todos esses enunciados estão investidos de sentidos implícitos associados interdiscursivamente a um feixe de outras produções discursivas; reatualizam

discursos que valorizam a sanção do tempo, o corpo que deve ser hábil para ser útil, a organização das multidões, exatamente, como explica Foucault (2010b).

Além de manipular o corpo, instituições como a ECIM trabalham para manipulação do sujeito, de forma a compreensão e estabelecer valores coletivos. Exemplo disso é o Projeto Valores citado do manual de Diretrizes do ECIM:

Cada Ecim deverá elaborar o seu Projeto Valores, atentando-se para as diretrizes descritas a seguir: – elaborar o Projeto em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP). (MANUAL. 2023. p 73-74)

O Projeto Valores visa implementar atividades para o desenvolvimento de valores em educação nas Ecim. Diante das constantes mudanças na sociedade, é possível perceber mudanças no ambiente escolar e o aparecimento ou o agravamento de diversas situações. No entanto cabe indagar se essa proposta tem sido efetivada. Logo abaixo podemos ainda observar:

São objetivos específicos deste Projeto: – integrar e dinamizar as atividades planejadas na escola sobre valores; – proporcionar vivências para o exercício dos valores estudados nas dependências da escola, proporcionando ao educando experiências significativas que o preparem para a vida como cidadão; – favorecer a criação de uma política para difusão de valores nas Ecim, envolvendo todos os profissionais e viabilizando a integração escola-comunidade; – resgatar a valorização do ser humano e a importância das virtudes, como tendências para o bem, que devem ser ensinadas e partilhadas desde a mais tenra idade; – promover o exercício consciente da cidadania e do convívio social, baseado no respeito às diferenças e na prática do diálogo, oportunizando as reflexões e atitudes que visem ao bem-estar do ser humano; – implementar uma prática pedagógica com ênfase na participação ativa e responsável do próprio estudante em seu processo de aprendizagem; – compreender o mundo, seu pluralismo cultural e atuar nele de forma crítica, criativa e responsável; e – promover ações que visem à responsabilidade e à formação de atitudes conscientes na proteção ao meio ambiente, na proteção da saúde e na valorização da vida. (MANUAL. 2023. p 74).

Esses valores, vivências, experiências significativas, podem ser ensinadas com eficácia, sem uma educação humanizadora. Como o sujeito poderá praticar o diálogo se em muitos momentos no contexto militarista não se discute o assunto, apenas ‘obsede-se as ordens’.

3. O QUE É O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES (PECIM)?

Optamos por abrir este capítulo com fragmentos de notícias extraídos de portais no intuito de compreender o que é o Programa Nacional das Escolas Cívico – militares – PECIM- e como foi implantado no Brasil, que conseqüentemente os processos de militarização da educação avançaram ainda mais nos últimos anos. Segundo informações retiradas do site da Marinha, “O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) foi criado pelo Decreto 10.004, de 2019, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas²”.

Por meio do levantamento bibliográfico sobre esse tópico observamos que é ressaltado pelo programa o objetivo de melhorar o processo de ensino/aprendizagem nas escolas públicas. Contudo, essa pesquisa trouxe debates acerca da implantação da proposta, e as muitas contradições existentes nela.

3.1 Objetivos da proposta do PECIM/ECIM

O aporte teórico das Escolas Cívico- Militares defendem um educar integral do aluno, formando o desenvolvimento humano de forma global, o que contribuiria para melhorar a Educação Básica. O objetivo do ECIM está no art. 5 deste manual (BRASIL, 2020, p.6):

Art. 5º A finalidade das Ecim é prover uma educação básica de qualidade, proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional.

Essas escolas têm como finalidade transmitir ao educando uma educação de qualidade, se desenvolver integralmente, preparando-o para atuar como cidadão, proporcionar-lhe a continuidade de estudos depois da educação básica em uma determinada profissão. No entanto, será que de fato essa proposta tem sido atendida e eficaz visto que a educação emancipatória, é mais efetiva em outros modelos escolares.

Dos princípios da ECIM, o Manual (BRASIL, 2020, p.6-7) cita em seu art.6

I – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola;

² Fonte: <https://www.marinha.mil.br/com1dn/pagina/programa-nacional-das-escolas-c%3ADvico-militares-pecim>. Acesso em 16 de jun. de 2022.

- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – respeito às diferenças individuais;
- IV – valorização dos profissionais da escola;
- V – gestão democrática;
- VI – valorização da experiência extraescolar;
- VII – busca permanente pela melhoria da qualidade;
- VIII – educação integral; e
- IX – participação ativa da família na escola.

Como podemos observar a maioria destes princípios se igualam aos já disponibilizados na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. São princípios importantes que envolvem não somente a comunidade escolar como também a família. Mas o maior conflito se pauta nesse debate, pois de fato é efetivamente verdadeiro o cumprimento desses princípios e valores, porém se esbarram nas práticas cotidianas que pregam que as gestões escolares sejam pautadas na democracia e na liberdade de pensamento, com isso a imposição de ordem, obediência e disciplina que são primordiais na educação e aprendizado das escolas cívico-militares se esbarram nos princípios de liberdade e autonomia e das práticas de educação emancipatória e integral, princípios esses que são postas e defendidas pelas normas da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96.

Segundo o decreto nº10004 de 5 de setembro de 2019 ressalta os Capítulo II dos Princípios e dos objetivos:

Art. 3º São princípios do Pecim: I - a promoção de educação básica de qualidade aos alunos das escolas públicas regulares estaduais, municipais e distritais; II - o atendimento preferencial às escolas públicas regulares em situação de vulnerabilidade social; III - o desenvolvimento de ambiente escolar adequado que promova a melhoria do processo ensino-aprendizagem; IV - a articulação e a cooperação entre os entes federativos; V - a gestão de excelência em processos educacionais, didático-pedagógicos e administrativos; VI - o fortalecimento de valores humanos e cívicos; VII - a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares; VIII - a indução de boas práticas para a melhoria da qualidade do ensino público; e IX - a adoção de modelo de gestão que proporcione a igualdade de oportunidades de acesso à educação. (BRASIL. Decreto nº10004 de 5. 2019)

Em relação os seus princípios, nota-se que é ressaltado a preocupação com o fortalecimento de valores humanos, práticas geralmente contraditórias em modelos

tecnicistas e militarizados, preocupados em alcançar a excelência de notas. Mais abaixo está excerto dos objetivos, retirado do mesmo Decreto citado acima:

Art. 4º São objetivos do Pecim: I - fomentar e fortalecer as escolas que integrarem o Programa; II - contribuir para a consecução do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; III - contribuir para a implementação de políticas de Estado que promovam a melhoria da qualidade da educação básica, com ênfase no acesso, na permanência, na aprendizagem e na equidade; IV - proporcionar aos alunos a sensação de pertencimento ao ambiente escolar; V - contribuir para a melhoria do ambiente de trabalho dos profissionais da educação; VI - estimular a integração da comunidade escolar; VII - colaborar para a formação humana e cívica do cidadão; VIII - contribuir para a redução dos índices de violência nas escolas públicas regulares; IX - contribuir para a melhoria da infraestrutura das escolas públicas regulares; e X - contribuir para a redução da evasão, da repetência e do abandono escolar. . (BRASIL, Decreto nº 10004 de 5. 2019)

Como pode-se observar os objetivos fomentam implementação de políticas para melhoria de qualidade da educação, esse item vem citado primeiramente ao VII que faz uma pequena menção a estimular a formação humana. A condição para que esse sujeito seja o “bom aluno é ele se encaixar no programa”, ter boa conduta e nota. Segundo o Manual da ECIM:

Os objetivos estratégicos são os alvos a serem alcançados ou as situações que a escola pretende atingir num dado período de tempo. Refletem as prioridades ligadas à visão de futuro e à missão, que direcionarão o trabalho da escola, determinando, assim, onde a escola deve concentrar os seus esforços (BRASIL, 2006). 1. Objetivos Estratégicos das Ecim a) Melhorar a Gestão Escolar. b) Melhorar o Ambiente Escolar. c) Melhorar as Práticas Pedagógicas da escola. d) Melhorar o Aprendizado e o Desempenho Escolar dos alunos. Esses são os quatro objetivos estratégicos a serem alcançados pelas Ecim. Eles devem servir de parâmetro para a atuação das escolas e de farol que indica o caminho a ser seguido. No entanto, cada escola pode acrescentar outros objetivos estratégicos, desde que eles não desviem a atenção da escola e nem empenhem recursos e esforços necessários aos objetivos considerados prioritários. (MANUAL ECIM 2020)

3.2 Mecanismos Legais para que servem? Ajudar ou subjugar o sujeito?

Leis foram criadas pra fazer-se vigorar os direitos de preservação da educação, tais como a LDB sendo que esta visa a ‘profissionalização das ações educativas’ e propõem melhorias aos níveis globais de ‘qualificação de aprendizagem’, com uma

definição mais concreta aos conteúdos e métodos de ensino que proporciona uma maior ‘qualidade ao ensino’. Como a qualidade do ensino estaria ligada à prática de poder disciplinar existente na PECIM ou a uma formação da mão de obra dos sujeitos? Tal postura acerca da qualidade de ensino é prescrita pela LDB, Lei nº 9.394/96, da seguinte forma:

Art. 1º A educação abrange os ‘processos formativos que se desenvolvem na vida’ familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizacionais da ‘sociedade civil’ e nas manifestações culturais. 1º Esta Lei disciplina a educação escolar em instituições próprias. [...] (LDB. Lei nº 9.394/96.)

No entanto, já no próximo capítulo da Lei, temos: “[...] 2º A educação escolar deverá vincular-se ao ‘mundo do trabalho’ e a ‘prática social’.” (LDB. Lei nº 9.394/96.), embora essa lei tenha sido decretada no intuito de beneficiar o cidadão, parece também ter vindo para sustentação das bases da educação como moldes da ‘formação’, ou seja, a ‘LDB’ descreve que a educação deve ser vinculada ao trabalho’.

Todos os processos vivenciados pela sociedade fazem parte da educação. Assim, a educação deixou de ser somente no ‘sentido educativo’ e passou a ser ‘voltada ao trabalho’, a democratização do ensino voltou-se para a massa, devido à necessidade ‘de mão-de-obra’ ‘mais qualificada’ para o mercado de trabalho. Os discursos educativos por parte do governo sempre possui vertentes, tudo que é introduzido na sociedade tem um interesse voltado à ‘dominação da massa.’

Para Sacristan (2001, p.35), “[...] uma escola democratizada é uma ‘escola plural’, inclusiva e obrigatória, a todos os indivíduos, pois está inserida na realidade social, caracteriza a história da educação e o futuro das sociedades.” Mas essa humanização da escola reflete no progresso da sociedade, a vertente atual é a inclusão que na atual ‘democracia é o foco principal’.

A questão da inclusão escolar é prescrita por lei, mas Segundo Saviani (1994) a democratização da educação pela LDB é um processo que visa à ‘comercialização’ do ensino à medida em que a educação passa a ser tratada, segundo os mecanismos de mercado, ela passa a ser assumida como mercadoria.

Segundo Silva e Souza (1997, p.38), “no Decreto 2.306 de 19 de agosto de 1997, se lê que as instituições de ensino, no caso, superior podem ser organizadas na forma de empresas privadas com fins lucrativos”. Com isso, a educação passou de ‘conhecimento intelectual à mercadoria’, mesmo com a inclusão digital nas escolas, os interesses sempre

estão voltados ao ‘mercado de trabalho’. Desse modo, é preciso acompanhar o avanço das tecnologias, as transformações nesse campo tanto podem criar como desqualificar muitos profissionais por falta de aperfeiçoamento.

Na PECIM existe práticas tais como essa, na tentativa de trazer o sujeito ao seu máximo aperfeiçoamento. Como ressaltado no Decreto de 2019 de nº10004:

CAPÍTULO V DO MODELO Art. 11. O modelo de Ecim é o conjunto de ações promovidas com vistas à gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, baseada nos padrões de ensino adotados pelos colégios militares do Comando do Exército, das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares. (BRASIL, Decreto nº10004,2019)

O alto padrão de ensino, em conjunto com uma gestão de excelência oportuniza o estudante ao seu pleno desenvolvimento cognitivo acadêmico (modela o sujeito), no entanto muito comum também nessas escolas evasão escolar por parte de alunos mais vulneráveis que não conseguem se adequar a essa realidade.

A sociedade da informação é restrita, portanto, não se elabora uma simples regra para que ela seja adaptada, as escolas têm que estar em constantes transformações, reconstruir ideias para uma nova realidade. Todo esse contexto proporciona novas maneiras de aprendizagem no âmbito social, econômico e cultural. O desenvolvimento desta nova sociedade está em construção, possibilitando novos avanços na educação e, conseqüentemente, preparando os alunos para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo:

A educação modela o ser humano”, “[...] o ser humano como sujeito do direito à educação, tem que modelar a maneira de entendê-la, de conduzi-la e avaliá-la; ou seja, que a pessoa com seus direitos, ou seja, a referência do que devemos lhe dar e como fazê-lo” (SACRISTÁN, 2001, p. 135).

Toda sociedade tem suas formas de se expressar tanto pela cultura, pela comunicação ou pela educação “[...] a expressão sociedade da informação é uma das metáforas utilizadas para caracterizar o que se considera uma condição nova da realidade social”. (SACRISTAN, 2001 p.43). Nesse sentido, de acordo com o autor, essa sociedade não é totalmente inovadora, pois existe uma alusão às verdades, a qual é muitas vezes apenas uma maneira de renomear tendências já consolidadas. A educação na escolas cívico-militares modela o ser humano através de poder disciplinar.

A sociedade é antagonista, mesmo com muitos projetos para mudar o contexto histórico, porque existem condições sociais, políticas e culturais que ainda geram desigualdades entre os indivíduos e essas mesmas modificações, na realidade, estão articulando discursos que enfocam ideias ocultas, para que seu verdadeiro foco seja legitimar o interesse dominante de caráter político e econômico. Nas ECIM o foco real é a disciplinarização dos sujeitos, a excelência em formar alunos bons para atender os interesses do capital.

Educar uma sociedade não é apenas informar, todavia é preparar os indivíduos para que possam desenvolver sua personalidade, seu protagonismo e criticidade mesmo frente a linguagem imposta de forma ‘dominante’ pelo sistema capital e mascaradas em diversas instituições, como a estudada nessa pesquisa o PECIM.

Todas essas transformações não são fenômenos novos, nem toda sociedade pode viver essa realidade de conhecimento e informação. Esse fluxo de conhecimento não abrange todos os indivíduos nem todas as oportunidades de estarem inseridos nessa sociedade, pois essa democracia da informação também gera hierarquias, com isso existem restrições que abrangem parte da população e possibilita novas desigualdades. É o que ocorre nas ECIM, quando alguma parcela de docentes evadem pelos diversos motivos de vulnerabilidades, dando lugar a outros alunos que se ajustam “perfeitamente ao modelo imposto”.

Alguns mecanismos legais foram criados para defesa do cidadão e de seus direitos. A Constituição federal de 1988 ampara os direitos dos homens em uma perspectiva política e a natureza pública da educação é realçada em seu contexto, não só pela expressa definição de seus objetivos, como também pela própria estruturação de todo o sistema educacional, no intuito de auxiliar os sujeitos em vulnerabilidades a não apenas adentrar na escola, mas a permanecer.

A CF/88 enuncia o direito à educação como um direito social no artigo 6º; especifica a competência legislativa nos artigos 22, XXIV e 24, IX; dedica toda uma parte do título da Ordem Social para responsabilizar o Estado e a família, tratar do acesso e da qualidade, organizar o sistema educacional, vincular o financiamento e distribuir encargos e competências para os entes da federação. Assim, observa-se o direito à educação como um direito fundamental.

Nesse sentido, ‘a educação é um direito fundamental, na qual se guarda sinonímia com a expressão ‘direitos humanos’. Já os direitos humanos são aqueles que se encontram no fundamento de validade na preservação da condição/dignidade humana, ou

seja, são direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico como indispensáveis aos homens em suas atribuições legais. Na ECIM o que pode-se observar é que foi criada no intuito de atender as demandas mais carentes de alunos, em territórios de vulnerabilidades, no entanto mesmo com todos os mecanismos e estratégias existe alto índice de evasão.

Um sopeçamento entre leis, e constrangimentos criados pelas diferenças entre teoria x prática da criação desses a sua efetivação dos mesmos desafios existentes no cotidiano no sistema de ensino não é diferente de todas as demais instâncias, incluindo o PECIM/ECIM

3.3 Realidade atual de implantação da ECIM no Brasil

Os dados quantitativos da implantação das Escolas cívicas militares, em sites divergem em relação ao número de escolas criadas desde 2019. No site do MEC, observamos que já foram definidas as 54 instituições de ensino que irão programar o projeto-piloto das escolas ECIM em 2020. Elas estarão espalhadas por 22 estados e pelo Distrito Federal para promover um salto na qualidade educacional do Brasil. Observa-se que a lista foi divulgada pelo ministro da Educação e a região Norte será contemplada com 18 escolas. Já no Sul, serão 13 unidades e no Centro-Oeste serão 11 instituições que farão parte do programa. Além disso, outras sete escolas estão sendo programadas para atuar no Nordeste e cinco no Sudeste brasileiro.

Conforme critérios de seleção estipulados pelo MEC foram escolhidas 40 escolas estaduais e 14 escolas municipais. O modelo será implementado em parceria com o Ministério da Defesa, que já está selecionando e capacitando os militares da reserva das Forças Armadas que vão atuar na gestão educacional das instituições.

Conforme consta no site do Ministério da educação³ será utilizado R\$ 54 milhões de reais para o desenvolvimento das 54 escolas cívico-militares, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino. Dessa forma, serão dois modelos: no primeiro, acontecerá à disponibilização de pessoal, com isso serão repassados do MEC R\$ 28 milhões para o Ministério da Defesa, o qual arcará com os pagamentos dos militares da reserva das Forças Armadas. Por fim, R\$ 26 milhões de reais irão para o governo local, os quais aplicarão nas infraestruturas das unidades, assim como aquisição de materiais escolares e

³ Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/noticias-lista/72-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>. Acesso em: 15 jan. 2023.

pequenas reformas, também vale observar que policiais e bombeiros militares atuarão nesses ambientes escolares.

REGIÃO NORTE – 18 ESCOLAS	
ACRE	<u>Cruzeiro do Sul</u> : Escola de Ensino Fundamental e Medio Madre Adelgundes Becker. <u>Senador Guiomard</u> - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de junho.
AMAPÁ	<u>Macapá</u> : Escola Estadual Antônio Ferreira Lima Neto e Escola Estadual Prof. Antonio Munhoz Lopes.
AMAZONAS	<u>Manaus</u> : Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira, Escola Estadual Professora Tereza Siqueira Tupinambá e Escola Estadual Professor Reinaldo Thompson.
PARÁ	<u>Ananindeua</u> : EEEM Prof. Francisco Paulo do Nascimento Mendes <u>Belém</u> : EEEFM Maestro Waldemar Henrique da Costa Pereira e Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso <u>Santarém</u> : EE José de Alencar <u>Paragominas</u> : Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco
RONDONIA	<u>Porto Velho</u> : EEEFM Ulisses Guimarães
RORAIMA	<u>Boa Vista</u> : Escola Estadual Fagundes Varela <u>Caracaraí</u> : Escola Estadual Sebastião Benício da Silva
TOCANTINS	<u>Gurupi</u> : Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva <u>Palmas</u> : Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros <u>Paraíso</u> : Escola Estadual José Operário
REGIÃO NORDESTE – 7 ESCOLAS	
BAHIA	<u>Feira de Santana</u> : Escola Municipal Quinze de Novembro
CEARÁ	<u>Sobral</u> : EEFM Ministro Jarbas Passarinho <u>Maracanaú</u> : EEFM Tenente Mário Lima
MARANHÃO	<u>São Luís</u> : Unidade Integrada Duque de Caxias

PARAÍBA	<u>João Pessoa</u> : Caixa Escolar Chico Xavier
PERNAMBUCO	<u>Jaboatão dos Guararapes</u> : Escola Municipal Natividade Saldanha
RIO GRANDE DO NORTE	<u>Natal</u> : Escola Municipal Professor Verissimo de Melo
REGIÃO CENTRO-OESTE – 11 ESCOLAS	
DISTRITO FEDERAL	<u>Santa Maria</u> : Centro Educacional 416 de Santa Maria <u>Gama</u> : Centro de Ensino Fundamental 05 do Gama
GOIÁS	<u>Águas Lindas de Goiás</u> : Colégio Estadual de Águas Lindas <u>Novo Gama</u> : Colégio Estadual Céu Azul Valparaíso de Goiás <u>Luziânia</u> : Colégio Estadual Maria Abadia Meireles Shinohara Santo Antonio do Descoberto: CAIC José Elias de Azevedo
MATO GROSSO	<u>Cuiabá</u> : Escola Estadual Salim Felicio e Escola Professora Maria Dimpina Lobo Duarte (6º ao 9º ano)
MATO GROSSO DO SUL	<u>Corumbá</u> : Escola Municipal José de Souza Damy <u>Campo Grande</u> : Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito) e Escola Estadual Marçal de Souza Tupã Y <u>Maracajú</u> : Escola Estadual Cel. Lima de Figueiredo <u>Anastácio</u> : (EECIM Maria Corrêa Dias).
SUDESTE- 5 ESCOLAS	
MINAS GERAIS	<u>Belo Horizonte</u> : Escola Estadual Princesa Isabel <u>Ibirité</u> : Escola Estadual dos Palmares <u>Barbacena</u> : Escola Municipal Embaixador Martim Francisco
RIO DE JANEIRO	<u>Rio de Janeiro</u> : 3ª CRE
SÃO PAULO	<u>Campinas</u> : EMEF Profa. Odila Maia Rocha Brito
REGIÃO SUL – 13 ESCOLAS	

PARANÁ	<u>Curitiba</u> : Colégio Estadual Beatriz Faria Ansay <u>Colombo</u> : Colégio Estadual Vinícius de Moraes <u>Foz do Iguaçu</u> : Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves <u>Londrina</u> : Colégio Estadual Profª Adelia Barbosa
RIO GRANDE DO SUL	<u>Alvorada</u> : Escola Est. de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade <u>Caxias do Sul</u> : Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera <u>Alegrete</u> : Instituto Estadual Osvaldo Aranha <u>Bagé</u> : Escola Municipal Cívico Militar de Ensino Fundamental São Pedro <u>Uruguaiana</u> : EMEF Do Complexo Escolar Elvira Ceratti – CAIC
SANTA CATARINA	<u>Biguaçu</u> : EEB Emérita Duarte Silva e Souza <u>Palhoça</u> : EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo <u>Chapecó</u> : EEB Professora Irene Stonoga <u>Itajaí</u> : Escola Básica Melvin Jones.

É importante ressaltar que após a busca pelas escolas, observamos que os estados de Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Piauí ficaram fora da implantação desse projeto, isso porque os respectivos municípios que solicitaram não tinham contingente suficiente de militares na reserva para participarem do modelo.

Ressaltamos que no município de Campinas houve a Judicialização⁴, uma vez que manifestaram interesse em aderir ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares por meio do Ofício nº 138/2019, de 10 de outubro de 2019. Logo a Secretaria de Educação do município indicou a Escola Municipal Professora Odila Maia Rocha Brito para participar do modelo, todavia, por falta da consulta pública à comunidade escolar da unidade educacional, a vaga do município de Campinas, não atendeu ao critério de envio da consulta pública no prazo acordado.

⁴ Fonte: Disponível: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/escolas-civico-militare>. Acesso 20 de jun. de 2022.

No que se refere aos critérios para participarem do programa, foi considerado pelo Ministério da Educação - MEC como aspectos eliminatórios e classificatórios a quantidade de militares da reserva disponíveis para atender as demandas locais, assim estão as regras dispostas em portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU). Com isso, foram eliminados municípios que não encaminharam a adesão assinada pelo prefeito e com número baixo ou sem militares da reserva residindo na cidade.

Alguns outros itens também foram considerados positivos no momento da classificação, tais como: ser capital do estado ou pertencer à região metropolitana; estar situado na faixa de fronteira; faixa populacional, considerando a realidade estadual.

Portanto, caso houvesse empate, o ministério priorizou os municípios mais populosos dentro de cada estado, uma vez que objetivaram alcançar um número maior de escolas públicas com matrículas entre 500 e 1.000 alunos, além de áreas em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, as escolas, que fazem parte do PECIM, darão oportunidade de militares inativos das Forças Armadas de quaisquer Corpos, Quadros, Armas, Serviços e Especialidades participarem e atuarem como prestadores de tarefa por tempo certo no programa, assim poderão se manifestar por meio do preenchimento da Ficha de Voluntariado anexa à Portaria GM-MD nº 469, de 28 de janeiro de 2021:

Os militares inativos das Forças Armadas, de quaisquer Corpos, Quadros, Armas, Serviços e Especialidades, interessados em atuar como prestadores de tarefa por tempo certo no Pecim, poderão se manifestar por meio do preenchimento da Ficha de Voluntariado, anexa à Portaria GM-MD nº 469, de 28 de janeiro de 2021. O voluntariado para o Pecim será de âmbito nacional, de forma continuada e poderá ser para mais de um município. Ele visa a montagem de um banco de dados, que será denominado “Cadastro de Voluntários para o Pecim”, que agilizará o processo de contratação. As vagas para o Programa serão definidas pelo Ministério da Educação e poderão ser para execução de tarefas nas escolas cívico-militares (Ecim) ou para apoio à coordenação do Programa. Em cada escola, os militares atuarão no apoio às gestões escolar, administrativa, educacional e didático-pedagógica, como assessores e colaboradores da direção escolar. Em nenhuma hipótese ocorrerá a substituição dos profissionais da educação por militares inativos. (MANUAL, 2020)

Dessa forma, os membros militares desses quadros poderão compor o quadro de docentes do colégio e até parte do corpo gestor. Portanto, nosso debate atual seria se esse profissional teria condições e ou instrumentos pedagógicos para exercer a função de docência, visto que para exercer o ofício de docência, os profissionais (embora isso nem sempre ocorra na prática) passam por anos de licenciatura, especialização, cursos, no

intuito de que possam ter em seu exercício profissional habilidades específicas para o exercício docente.

Esse exercício e ofício docente caberia, de fato, a um profissional devidamente formado e especializado, contudo, existem alguns casos de docentes chamados leigos, os quais assumem cargos temporários na ausência de profissionais devidamente especializados, no entanto, no caso das Escolas Cívico-militares é diferente. O voluntariado para o PECIM será de âmbito nacional, de forma continuada e poderá ser para mais de um município. Com isso, o PECIM visa à montagem de um banco de dados, que será denominado “Cadastro de Voluntários para o PECIM”, que proporcionará maior agilidade e menos burocracia e profissionalismo educacional ao processo de contratação.

As vagas para o Programa serão definidas pelo Ministério da Educação e poderão ser para execução de tarefas nas escolas cívico-militares (PECIM) ou para apoio à coordenação do Programa, assim como determina o preenchimento da Ficha de Voluntariado anexa à Portaria GM-MD nº 469, de 28 de janeiro de 2021.

Hannah Arendt (2010), ao contrário do estabelecido pelas normas do cadastro de voluntários para a execução dos programas do PECIM, acredita que a preciosidade do homem está na “vida”, no cotidiano do homem, seja como for, a era moderna continuou a operar a premissa de que a vida, e não o mundo é o bem supremo do homem, não importa quantos ataques e contradições isso receba, é isso uma “verdade auto-evidente”. Mas essa consciência ainda não está inserida no universo de todos os homens, esses não são esclarecidos quanto a sua importância, porque “[...] o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo, e não para este mundo.” (ARENDR, 2010, 400 p.).

De acordo com a autora a humanidade socializada é aquele estado da sociedade, no qual impera somente ‘um interesse’, e o sujeito desses interesses são as classes ou o gênero humano, mas não o “homem”, ou seja, apenas “um indivíduo”, nem os “homens”, o que importa é a coletividade é o “eles” em cada “homem” que gera o “total”, o qual tem força de “ação”, e que em união poderá promover uma “práxis” transformadora.

A Arendt (2010) acredita que não devemos viver nessa sociedade longe dela, precisamos ‘ter consciência da nossa existência’ enquanto ser humano/homem ativo/motivador, perceber, contudo que somos como instrumentos de vital importância para este mundo e sociedade. Sua forma de refletir o homem deu-me clareza para analisar as relações existentes no cotidiano da prática educacional que os homens estão imersos:

[...] o homem é mais que um mero animal apenas'[...], 'somos animais sociais', homens nascidos para produzir, construir, fabricar, criar e etc. Embora limitados, pela vitalidade e fragilidade de um corpo mortal, temos capacidade de agir de forma racional individualmente e socialmente nos campos diversos e nas teias de relações humanas. (HANNAH ARENDT, 2010, 401 p.).

A educação exerce uma 'função sobre os homens'. A educação é a 'maneira pela qual a sociedade forma' os 'indivíduos' para sua 'própria existência' mas precisamente, de acordo com a necessidade social. O homem se torna um 'ser social' a partir do momento que a 'educação' é implantada 'em si', criando um 'novo ser'. De acordo com esses princípios, observa-se toda a grandeza que envolve a educação é perpetuada, de certa maneira ela se forma/ e se transfere por meio do 'aprendizado' para satisfazer 'algumas necessidades sociais'.

A busca pelo 'saber' é uma característica humana e a sociedade o induz a buscar o conhecimento de acordo com sua 'necessidade', de certa forma obriga os indivíduos a procurarem novos interesses fora do 'hábito natural', ensina a dominar os próprios extintos em prol de uma causa maior, 'dominar o poder'. Toda essa subordinação do sistema, mantém a ordem pré-estabelecida e é instituída por meio da sociedade (*status Quo*). 'É uma das formas de dominação do homem pela privação dos fins individuais e a subordinação dos meios'. A educação é uma 'função social', que está submetida à influência do Estado, essa intervenção é uma ação exercida que determina os propósitos da educação e as medidas adotadas para atingir esse fim. Em qualquer tempo, conhecer os processos educacionais é estar envolvido com o processo de construção do conhecimento.

A educação é uma realidade que faz parte das expressões da 'vida real', está diretamente ligada ao ato do 'aprendizado', independente das intervenções. O fato de 'aprender sobre educação' faz parte do processo de comunicação que está inserida no 'sistema de unidade vinculada ao coletivo' (homem-individual/ sociedade-coletiva) é determinada por fatores ideológicos que envolvem elementos relacionados e inerentes à realidade social.

Os processos educacionais influenciam o comportamento dos indivíduos no meio em que vivem, transitam por esses um 'sistema de valores' que representam a condensação da 'prática social', a educação é um instrumento/mecanismo que auxilia no aprendizado e a maneira como se entendem e interpretam esses conceitos faz-se entender

como se consolidar as ideologias e as estruturas das ‘esferas sociais construídas pelo homem/sociedade.’”.

A ‘ideologia educacional’ está contida na ‘realidade’ e determina o ‘meio que vivemos’; é uma série de ‘valores inseridos’ ao sistema que torna possível a construção utópica do ser ‘social ideal’. A educação faz parte da ‘existência humana, nasceu junto com a origem do homem’. No entanto, foi transformada e moldada de acordos com inúmeros processos decorrentes dos acontecimentos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais que envolvem o homem e o seu meio. Tendo como contribuidores vários personagens, tais como os professores.

Dentre as funções/ atribuições da profissão do professor é ser ‘educador’, este deveria fazer parte de forma ‘ativa’ do processo ensino/aprendizado dos alunos/sujeitos. O papel do educador não é o de transmitir conhecimentos, mas o de criar e oferecer condições que potencializem a aprendizagem e o desenvolvimento destes, para que os estudantes se assumam como indivíduos – em toda sua integralidade – e cidadãos. É uma grande responsabilidade, participar do processo de formação de um sujeito ativo na sociedade, com senso de criticidade/reflexivo e autônomo com pensamento político e consciente da sua importância, enquanto sujeito de direitos. Grande é a responsabilidade desses profissionais frente as realidades e demandas atuais, ainda mais em instituições com a PECIM.

Segundo o normativo publicado no diário da união e no site do MEC, é prática do Programa PECIM a utilização de militares para o corpo docente, como se pode observar nos capítulos anteriores abordados por esse trabalho, o ‘autoritarismo’ não apenas foi um dos mecanismos utilizados na tomada do poder nos anos de ‘chumbo’, bem como ainda hoje é mantido como ‘instrumento de manutenção e manipulação.

No Brasil, propriamente, os anos de chumbo estão relacionados diretamente com a Ditadura Militar no Brasil. O regime foi iniciado porque os militares tinham como foco afastar o presidente João Goulart e seus aliados.

O propósito do golpe militar era fazer uma limpeza nas instituições, para tirar os comunistas, adversários de quartéis e extinguir o Congresso Brasileiro. A economia que ia bem no país durante os anos de chumbo, foi um dos pilares que sustentaram o Regime Militar, fazendo com que ele durasse 21 anos: 1 de abril de 1964, até 15 de março de 1985.

Nesse sentido, vale ressaltar que o sistema educacional foi um dos grandes lesados/prejudicados e mutilados pela ditadura militar, uma vez que o verdadeiro ‘foco’

do ensino/ aprendizado muitas vezes foi deixado de lado, sendo utilizado como mero reprodutor de mão de obra.

É imprescindível destacar que essa pesquisa observou a forte presença de ações e ‘práticas repreensivas’ no processo educacional na contemporaneidade. Apesar de a lei existir a ‘favor do cidadão’, ou pelo menos ‘deveria ser’, elas deveriam propor melhorias nas ações educativas, mas o que acontece, muitas vezes, é que ela vem esbarrando em si mesma.

Os anos de chumbo fez com que os educadores fossem vistos ‘como inimigo em potencial’, e esses deveriam ser mantidos sob ‘estrito controle e rigorosa vigilância’ dos militares. Segundo Saviani (2008), é indubitável que a educação passou a ser para ‘formação do funcionamento do sistema fabril’, perdendo de vista sua ‘especificidade’ e, por consequência, assume modelos tecnicistas, resquícios de um sistema ‘autoritário’ molde da ditadura vigente da fase. Como ressalta esse autor:

‘O controle’ seria feito basicamente pelo preenchimento de formulários. O magistério passou, então, a ser submetido a um pesado e ‘sufocante ritual’, com resultados visivelmente negativos. Na verdade, a pedagogia ‘tecnicista’, ao ensaiar transpor para a escola a forma de funcionamento do ‘sistema fabril’, perdeu de vista a ‘especificidade da educação’, ignorando que a articulação entre escola e processo produtivo se dá de modo indireto e por meio de complexas mediações. Além do mais, na prática educativa a orientação tecnicista cruzou com as condições tradicionais predominantes nas escolas bem como com a influência da pedagogia nova, que exerceu poderoso atrativo sobre os educadores. (SAVIANI, 2008, p.383)

A pedagogia ‘tecnicista’ faz com que a escola perca a sua ‘especificidade da educação’, a preocupação dessas seria apenas uma formação voltada para as necessidades de atender as demandas do sistema capital; no passado, foi assim e ainda hoje é. E o que fazer para mudar isso? Os mecanismos legais ajudam nesse processo ou contribuem para a manutenção do sistema?

Ainda sobre a atuação militar nas instituições do ECIM não se restringirá apenas a sala de aula, a atuação e inclusão desses profissionais na escola serão de ampla participação. Segundo a Portaria GM-MD nº 469, de 28 de janeiro de 2021. Sendo que em cada escola, os militares atuarão no apoio às gestões escolar, administrativa, educacional e didático-pedagógicas, como assessores e colaboradores da direção escolar. O mesmo documento citado relata que em nenhuma hipótese ocorrerá à substituição dos profissionais da educação por militares inativos.

Com base nas pesquisas realizadas no site do MEC e em comparação com a Constituição Federal, a LDB e o Plano Nacional de Educação e mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular, bem como em consonância à Declaração Universal de Direitos Humanos, que nos propomos a analisar o Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, do atual Ministério da Educação (BRASIL, 2019).

É importante ressaltar que o Decreto nº 9.465, em sua seção II, Artigos 11 e 16, propõem a criação e expansão de um modelo de escola cívico-militar para instituições de educação básica “municipais, esses esforços foram e são reiterados pela legislação brasileira que destaca o tema da educação em direitos humanos, a formação de valores, a convivência ética em sua ampla dimensão” (desde a convivência humana à sustentabilidade socioambiental) legitimando, dessa maneira, a importância desta área em nosso país.

Mas de acordo com vários autores anteriormente citados e a partir da análise do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, do atual Ministério da Educação (BRASIL, 2019), nota-se que existem contradições entre a teoria e as práticas nesse programa, a forma que é citada a questão da formação humana, a disciplinarização docilizadora e autoritária praticadas na ECIM de fato atenderia esse objetivo de uma escola transformadora, como primordial para o programa desde que foi autorizado ao Programa PECIM a utilização de militares sem a qualificação necessária para participar do corpo docente nas escolas cívico-militares, visando manter e disseminar os conceitos de ordem, obediência e disciplina aos educandos.

3.4 Adentrando a Pesquisa Documental da Implantação do PECIM/ ECIM - Manual de implantação das Instituições



<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br>

O PECIM é “[...] o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, criado pelo Decreto 10.004, de 2019, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas⁵.” (BRASIL, 2021, p.1)

No PECIM, conforme pondera o Ministério da Educação (BRASIL, 2021, p.1) [...] o modelo de escola a ser implementado tem por objetivo melhorar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas públicas e se baseia no alto nível dos colégios militares do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares.

Segundo o PECIM, sua implementação nas escolas públicas é uma tentativa de melhorar a educação, ou seja, interferir no método de ensino/aprendizagem adaptando-o ao sistema de ensino decorrente dos colégios militares do Exército, das Polícias e Corpo de Bombeiros no militarismo brasileiro.

O Programa tem gerado muitas críticas e é alvo de debates, um exemplo disso podemos citar:

Em julho de 2022 foi publicada uma reportagem na Revista G1⁶ que fomenta uma situação ocorrida no Paraná, um acontecimento recente também trouxe situação de um monitor ' policial militar da reserva' que usa técnicas violentas para retirar adolescente do pátio. Uma Gravação mostra momento em que monitor, um policial militar da reserva, usa movimento para retirar adolescente do pátio. Secretaria de Educação disse que não tolera violência nos colégios. Situações como essa estão ocorrendo por todo país, em alguns estados já proibiram abertura de escolas nesse modelo em sua jurisdição.

No jornal Gazeta do povo (2023) do Povo publicou uma reportagem afirmando que em São Paulo, o juiz do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) suspendeu a implantação do programa escolas cívico-militares na rede de ensino do estado. O essa decisão foi tomada, como ressalta uma reportagem na revista online Diário do centro do mundo. Depois de pedido da APEOESP (sindicato dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo, os mesmos alegavam que as ECIM afronta o princípio constitucional da liberdade de ensinar e aprender, pratica censura e desrespeita a diversidade e a liberdade nas unidades escolares, além de implantar uma disciplina de quartel, incompatível com os valores democráticos que devem ser praticados na educação pública”, escreveu em nota o sindicato. O projeto é parte do governo do Sr. Jair Messias

⁵ Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2022/07/07/video-monitor-e-afastado-apos-dar-gravata-em-aluno-de-colegio-civico-militar-do-parana.ghtml>

Bolsonaro (2019-2022). A decisão tem caráter liminar, segundo o juiz, o projeto possui um “caráter nitidamente ideológico” e “conflita com os princípios constitucionais que regem o ensino, lastreado na liberdade de aprender e ensinar”.

Ainda nessa mesma reportagem da revista online Diário do centro do mundo pontuou os dizeres desse juiz sobre esse projeto onde afirma que:

“Sob aspecto material, o caráter nitidamente ideológico da estruturação das escolas cívico-militares, amparado em hierarquia e disciplina comportamental rígidas, típicas da organização militar, conflita com os princípios constitucionais que regem o ensino (artigo 206 da CF), lastreado na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, arte e saber, com respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, além da necessidade de observância da gestão democrática do ensino público”, constou a decisão. Revista online Diário do centro do mundo.

Esse modo de ensinar tem já na atualidade brasileira provocado debates extremamente pertinentes. A metodologia adotada por algumas dessas escolas tem sido questionada no decorrer do cotidiano e promovendo alguns aspectos conflituosos resultantes da influência da extrema direita na fase política do governo de 2019-2022, período em que foi mostrada de forma clara a ligação que existe entre o totalitarismo e a Extrema direita.

A Filósofa Política, Hannah Arendt (1989) nos legou uma obra da teoria política, *Origens do Totalitarismo, Antissemitismo, imperialismo*, essa obra escrita, após a derrota militar das forças do nazifascismo, procura desenvolver um entendimento sobre as causas que propiciaram o avanço da barbárie, do terror e da destruição das individualidades, do pensamento e da liberdade.

Aprender a interpretar o fato histórico/cultural do fascismo/totalitarismo imposto em fases, como as ditaduras, ou mesmo em fases como as que crises causadas por ideologias políticas extremistas provocam nas sociedades, faz-se essencial.

Fase como a vivenciada no passado da ditadura militar especificamente no Brasil ou mesmo no passado menos distante como no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019/2022) onde a extrema direita desejava pôr em risco o processo democrático e o Estado Democrático de direito do povo brasileiro, devem ser mais que refletidas e entendidas e os fatores que compõe esta ameaça, é a contingência da superação dialética do capitalismo e do fascismo, o caminho da maior idade da civilização, a emancipação humana nos princípios de uma sociedade sem classes e orientada pela igualdade e pela dignidade da vida.

A desconstituição das classes em massas é o fermento essencial para o surgimento do Totalitarismo. “A transformação das classes em massas e a concomitante eliminação da solidariedade grupal são condições *sine qua non* do domínio total” (ARENDDT, 2018, p. 424).

Os regimes, enquanto no poder, e o líderes totalitários, enquanto vivos, sempre ‘comandam e baseiam-se no apoio das massas.’ Esse termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores.

Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto. (ARENDDT, 2018, p. 438). Essa autora traça a principal característica das massas, qual seja a perda dos interesses individuais, despertamento social e político, alta disposição em ‘render obediência cega aos ditames ideológicos do líder’. A massa é formada por sujeitos modelados para obedecer e reproduzir. No ECIM é ensinado o sentimento de unidade e pátria. O modelamento do aluno, e padronização desse sujeito ao sistema imposto levará esse ao assujeitamento e coisificação, alienação e massificação.

Fatores que alavancam a construção de um Estado forte, dirigido por um único partido e seguindo as vontades do líder. Mais do que submissão, os seguidores fanatizados oferecem até a vida em nome do líder e da causa. (ARENDDT, 2018, p.485).

Em se caracterizando as massas como a base de sustentação dos totalitarismos, precisamos apontar que a formação deste segmento descolado da realidade e da participação política tem a sua origem na constituição dos imperialismos e da sociedade de mercado, modelo social que prioriza o lucro e a acumulação do capital, instâncias detonadoras da alienação, do fetiche da mercadoria, lugar em que a coisa ganha vida e personalidade própria, enquanto os sujeitos produtores das riquezas entram em um processo de negação da sua essência criativa, o criador se coisifica.

“A verdade é que as massas surgiram dos fragmentos da sociedade atomizada, cuja estrutura competitiva e concomitante solidão do indivíduo eram controladas apenas quando se pertencia a uma classe.” (ARENDDT, 2018, p.446).

A sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia gerou apatia, até mesmo hostilidade, em relação à vida pública, não apenas entre as camadas sociais

exploradas e excluídas da participação ativa no governo do país, mas acima de tudo entre a sua própria classe. (ARENDDT, 2018, p. 441.).

Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (ARENDDT, 2012, p. 634). Enfim programas como PECIM foram criados no intuito de atender as demandas da Massa e do capital.

3.5 Diferenças entre teoria e prática no ECIM

Desse modo, para fundamentar a diferença entre os métodos de ensino das Escolas cívico-militares e as normas estabelecidas e praticadas nas escolas normais geridas e regidas segundo as leis da LDB - 9394/96, veremos o que diz o manual do ECIM (BRASIL, 2020, p.7) e o que dispõe em seu art.8:

Art. 8º Os fundamentos que compõem a proposta pedagógica das Ecim são:
I – oferecer ao aluno condições de acesso aos conhecimentos historicamente construídos, considerando a realidade de sua vida, proporcionando uma formação integral para o seu desenvolvimento nos aspectos físico, intelectual, afetivo, ético, moral, social e simbólico; (BRASIL, 2020, p.7)

Cabe, porém, indagar, se de fato a proposta da Ecim de ofertar uma educação integral, afetiva, ética, moral se faz efetiva. Como educação opressora pode ser libertadora e integral. Essa formação integral não é possível em uma instituição onde existe opressão. Como ressalta CHAUI (2023) “A violência não é percebida onde se origina e onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa”. Ainda no documento da LDB - 9394/96:

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, **na convivência humana**, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB.1996)

O aluno não pode ser reduzido a simplesmente meros objetos, nem pode ser coisificado, modelado em padrões. Um sujeito massificado não possuirá habilidades para convivência social protagonista, um homem alienado não conseguirá participar de forma

crítica e reflexiva da sociedade. O homem assujeitado ao sistema viverá para obedê-lo. Não conseguirá por si se libertar sozinho.

O manual do ECIM dispõe em seu art.8:

II – desenvolver nos alunos atitudes **crítico-reflexivas**, espírito investigativo, criatividade, curiosidade, imaginação e iniciativa, conduzindo-os a aprender a aprender e a buscar soluções para os problemas da vida cotidiana. (BRASIL, 2020, p.7)

Mediante a leitura desse recorte do manual do ECIM, faz-se necessário indagar se esse espírito “crítico-reflexivo é possível” em uma Instituição ECIM, onde a disciplina vem primeiro e é ensinada que não pode ser questionada como já citada em diversos momentos dessa pesquisa, ainda no Manual dispõe em seu art.8:

III – valorizar as manifestações artísticas, culturais e esportivas dos alunos, não apenas como expectadores, mas também como participantes e disseminadores delas;

IV – desenvolver nos alunos as relações interpessoais, sempre baseadas em princípios **éticos**, democráticos, inclusivos e solidários; (BRASIL, 2020, p.7)

Observamos como esses princípios deveriam de fatos ser efetivados, no entanto em Instituições como Ecim a ação ética está longe do que CHAUI (2023) ressalta “a ética só é virtuosa se for livre e só será livre se for autônoma, isto é, se resultar de uma decisão interior ao próprio agente e não vier da obediência a uma ordem, a um comando ou a uma pressão externos.” Como a palavra autonomia indica, é autônomo aquele que é capaz de dar a si mesmo as regras e normas de sua ação, no entanto vale ressaltar que nossa liberdade e autonomia é parcialmente vetada. Que no cotidiano esbaramos com situações que é necessário disciplina. Também ressaltamos que essa ética está ligada a valores dos indivíduos. Ainda continuamos observando princípios do ECIM contraditórios na teoria e prática:

V – desenvolver nos alunos atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade, em um ambiente no qual todos possam: a) compreender e respeitar os direitos e os deveres da pessoa humana, do cidadão, da família, dos grupos sociais, das instituições, do estado e da nação brasileira; b) acessar e dominar recursos científicos, tecnológicos e digitais relevantes, de maneira ética e responsável, que lhes permitam situar-se **críticamente diante da realidade**, assumindo responsabilidades sociais e socioambientais; c) desenvolver a sua autonomia, propondo seu projeto de vida e preparando-se para participar produtivamente da sociedade, no exercício responsável de sua futura atividade profissional; e d) argumentar e se comunicar por meio de diferentes linguagens

sobre os seus pontos de vista, respeitando os direitos humanos e as divergências de opiniões. (BRASIL, 2020, p.7)

Nos fundamentos exibidos, dirigidos aos estudantes, consta a oportunidade de desenvolver sua criticidade, aprender tomando como base sua realidade, expressar a cultura e conhecer outras, compreender a importância de viver priorizando a ética, na democracia, na inclusão e na solidariedade. Cabe, porém, indagar: será de fato que uma educação modeladora de caráter disciplinador tem a eficácia de dar oportunidade ao discente ser crítico-reflexivo, ou ela simplesmente trabalha para modelar esse sujeito a atender as demandas do capital?

Nestas escolas será possível observar em conformidade ao Manual (BRASIL, 2020, p.8) a seguinte organização: Art. 9º A organização geral das ECIM tem a seguinte composição:

- I – Direção Escolar;
- II – Secretaria Escolar;
- III – Divisão de Ensino;
- IV – Divisão Administrativa; e
- V – Corpo de Monitores.

“Os profissionais que atuarão nesta organização são: diretores, coordenadores, secretários, administradores e monitores; sendo que no Art. 10, a Direção Escolar compreende: I – Diretor; e II – Vice-Diretor” (BRASIL, 2020, p.8).

Em relação a esta seção pedagógica, o manual cita:

- Art. 22. A Seção Psicopedagógica orienta o planejamento e a execução das ações psicopedagógicas da escola, visando contribuir com a formação e o desenvolvimento integral dos alunos e tem as seguintes atribuições:
- I – planejar, coordenar e realizar ações de cunho psicopedagógico, como o aconselhamento e a orientação educacional dos alunos;
 - II – coordenar o planejamento e a execução do Projeto Valores na escola;
 - III – assistir aos alunos, individualmente ou em grupo, **visando ao seu desenvolvimento integral;** (BRASIL, 2020, p20)

Em relação a essa citação acima em negrito, cabe, porém, indagar como que o profissional dessa instituição deve poder auxiliar os discentes a uma educação integral estando dentro de uma instituição onde a disciplinarização é o fator primordial. No Manual BRASIL (2020) ainda podemos nessa mesma página observar:

IV – realizar pesquisas e estudos que proporcionem ao Diretor, ao Conselho Escolar e às Coordenações Pedagógicas de Ano subsídios relativos à adoção de medidas capazes de melhorar a integração aluno-escola-família;

V – atuar com as famílias para identificar e intervir nas dificuldades de aprendizagens relacionadas às áreas comportamental, afetiva, emocional e social dos alunos;

VI – realizar levantamentos para orientação de aptidões, interesses, habilidades e projetos de vida do educando;

VII – participar do planejamento, organização e execução, em apoio à equipe de Supervisão Escolar, na condução do Estágio de Atualização Pedagógica e outros estágios de formação continuada sob a responsabilidade do estabelecimento de ensino e voltados para os docentes e monitores;

VIII – registrar os acompanhamentos realizados com alunos que apresentem dificuldades nas áreas cognitiva e afetiva;

IX – participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola, nos assuntos referentes à psicopedagogia escolar; X – propor ações de formação continuada para os seus integrantes e participar das promovidas pela escola;

XI – fazer cumprir todas as diretrizes, as normas e as ordens contidas nos documentos das Ecim, bem como nas diretrizes relativas à área psicopedagógica emanadas pela respectiva secretaria de educação;

XII – colaborar na área psicopedagógica com a elaboração do Planejamento Anual de Ensino ou documento semelhante que regule o planejamento escolar;

XIII – zelar pela conservação e pela limpeza das instalações, dos equipamentos e dos materiais que estejam sob sua responsabilidade;

XIV – contribuir para a integração da família à escola, por meio da participação dos pais e responsáveis em eventos promovidos pela escola, particularmente na reunião de responsáveis e mestres. (BRASIL, 2020, p.20).

A presença desses profissionais na educação é essencial, já que muitos são os traumas, os conflitos que os alunos levam de seu cotidiano para a sala de aula, assim poder ter atendimento psicológico, ser assistido pelo serviço social, orientados e dentre outros, é uma forma de auxiliá-lo em suas necessidades dentro e fora do contexto escolar. Ainda é citado pelo manual que a seção pedagógica contempla os seguintes profissionais “[...] a) Chefe; b) Psicólogo; c) Orientadores Educacionais; e d) Assistente Social”. (MANUAL, 2020, p.11).

Esse Manual também traz as atribuições dos Diretores das ECIM:

Art. 16. A escolha dos Diretores das Ecim seguirá critérios definidos pelas respectivas secretarias de educação. O Diretor Escolar tem as seguintes atribuições:

I – orientar o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola;

II – fazer cumprir a proposta pedagógica da Ecim;

III – planejar, administrar e avaliar o ensino e a aprendizagem, com o objetivo de aperfeiçoá-los constantemente;

IV – incentivar e promover ações para o aperfeiçoamento do corpo docente;

V – supervisionar, coordenar e acompanhar as atividades do ensino;

VI – orientar a elaboração das propostas orçamentárias anuais e zelar pelo emprego correto dos recursos disponibilizados para a escola;

VII – fazer cumprir todas as diretrizes, as normas e as ordens contidas nos documentos das Ecim, bem como nas diretrizes emanadas pela respectiva secretaria de educação;

VIII – orientar a elaboração e fazer cumprir o Planejamento Anual de Ensino ou documento semelhante que regule o planejamento escolar, de acordo com a legislação vigente;

IX – matricular os candidatos voluntários a vagas na escola de acordo com as normas e os requisitos expedidos pela respectiva secretaria de educação;

X – convocar a comunidade escolar para tratar de assuntos de interesse da escola;

XI – fazer cumprir a carga horária e os dias letivos, conforme a legislação vigente;

XII – orientar e determinar o preenchimento correto do Censo Escolar, dentro dos prazos previstos;

XIII – zelar pela transparência e pela correção dos atos administrativos na escola;

XIV – zelar pela conservação e pela limpeza das instalações, dos equipamentos e dos materiais existentes na unidade escolar;

XV – contribuir para a integração da família à escola, por meio da participação dos pais e responsáveis em eventos promovidos pela escola e também pelo acompanhamento do processo educativo, em particular, de seus dependentes; (BRASIL, 2020, p.11-12).

O diretor na escola deve ser um mediador das competências atribuídas à escola, sabendo ser um bom integrador entre a escola, a família e a comunidade. Acrescentando ainda que deve prestar atenção em suas tarefas diárias, cumprir seus horários e deveres em relação ao ECIM, ser um fiscalizador, controlador, aquele que vigia, tudo que ocorre na escola.

Em relação a outros segmentos escolares, pode-se observar sobre a secretaria escolar, segundo o manual:

Art. 19. A Secretaria Escolar é responsável pelo planejamento e pela execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de atendimento a alunos, a professores e às famílias e/ou responsáveis legais em assuntos relativos à sua área de atuação e tem as seguintes atribuições:

I – expedir certificados, declarações, boletim de notas, históricos escolares, diplomas e documentos de transferência;

II – receber requerimentos, dirigidos ao Diretor, conferindo seu correto preenchimento e se está de acordo com a legislação em vigor, restituindo-o em caso de incorreção;

III – preencher e enviar corretamente o Censo Escolar, dentro dos prazos previstos e das normas vigentes;

IV – manter-se atualizado em relação à legislação educacional vigente, especialmente as relacionadas às atividades da Secretaria Escolar;

V – organizar e manter atualizados a escrituração escolar, as normas, as diretrizes, legislações e os demais documentos relativos à organização e ao funcionamento da unidade escolar;

VI – planejar, coordenar e executar as tarefas para efetivação de matrícula, transferência e renovação de matrícula, de acordo com as normas e orientações da secretaria de educação e da Direção Escolar;

VII – fornecer aos órgãos competentes, informações relativas à unidade escolar e à vida escolar dos alunos e dos profissionais da escola, quando solicitadas;

VIII – preparar processos e elaborar relatórios de acordo com as orientações e os prazos previstos pela secretaria de educação;

- IX – articular-se com os demais setores da escola para que, nos prazos previstos, sejam fornecidos todos os resultados escolares dos alunos;
- X – manter atualizados no arquivo as pastas e os registros individuais dos alunos e dos profissionais da unidade escolar;
- XI – manter todos os documentos arquivados na secretaria organizados, conservados e de fácil acesso;
- XII – adotar medidas para preservar a segurança das informações e o acesso somente a pessoas autorizadas;
- XIII – emitir e assinar documentos escolares, de acordo com a legislação vigente e sob as orientações do Diretor Escolar; XIV – atender a comunidade escolar com cordialidade, presteza e eficiência;
- XV – utilizar o Sistema de Informação definido pela secretaria de educação, mantendo atualizadas as informações da unidade escolar;
- XVI – realizar periodicamente cópias de segurança (backup) dos arquivos da Secretaria Escolar; XVII – expedir e entregar documentações referentes à vida escolar do aluno somente aos pais, aos responsáveis legais pela matrícula ou ao aluno, se maior; e
- XVIII – realizar o registro das seguintes atividades: início e término do ano letivo; nomeação e exoneração de Diretor, Vice-Diretor e outros cargos de confiança; visitas de órgãos de Inspeção de Ensino; eventos comemorativos; atas do Conselho de Classe; decisões do Conselho Escolar; registros disciplinares; resultados parciais e finais de avaliação e de estudos de recuperação; frequência dos alunos; aproveitamento, adaptação e avanço de estudos; progressão parcial em regime de dependência; equivalência de estudos; aprovação e reprovação, entre outras julgadas pertinentes, respeitadas as peculiaridades de cada rede de ensino. (BRASIL, 2020, p.12-13).

Um dos locais mais importantes na instituição escolar é a secretaria, isso porque num contexto de fomentar todas as adequações como matrículas, transferências, atualização de dados, registrar disciplinas, arquivar documentos, estar em harmonia e sintonia com o diretor, num trabalho em conjunto que é tão necessário na escola. Está ali para manter a burocracia em dia, manter a ordem, os documentos arquivados e ‘controlados’. Para o manual (BRASIL, 2020, p.15), em seu art.20, o Chefe da Divisão tem as seguintes atribuições:

- I – assistir o Diretor nas atividades de planejamento, programação, coordenação, execução e avaliação do ensino e da aprendizagem, assim como na orientação psicológica, educacional e vocacional dos alunos;
- II – coordenar as atividades das seções e dos setores subordinados;
- III – **supervisionar os trabalhos de avaliação educacional;**
- IV – exercer as atribuições do Diretor que lhe forem delegadas;
- V – assessorar o Diretor em suas decisões no campo pedagógico;
- VI – coordenar a elaboração dos relatórios de ensino solicitados, submetendo-os à aprovação do Diretor;
- VII – propor ao Diretor medidas que visem a alcançar o máximo de eficiência no processo de ensino e aprendizagem, como a realização de seminários, conferências e palestras, por pessoas convidadas, contratadas ou pertencentes aos quadros da Ecim;
- VIII – elaborar, por intermédio das seções da Divisão, os relatórios concernentes ao ensino;
- IX – **estabelecer normas** que regulem a troca de informações entre as diversas áreas da Divisão de Ensino, particularmente entre a Seção Psicopedagógica, a Seção de Supervisão Escolar e as Coordenações Pedagógicas de Ano;

- X – programar e coordenar a execução do Estágio de Atualização Pedagógica, sob responsabilidade da Seção de Supervisão Escolar;
- XI – presidir os Conselhos de Classe;
- XII – **controlar, por** intermédio dos professores, a frequência dos alunos às aulas;
- XIII – definir estratégias, com o Oficial de Gestão Educacional, que contribuam com a formação integral dos discentes;
- XIV – manter diálogo permanente com o Chefe da Divisão Administrativa sobre as melhorias na infraestrutura e os serviços que possam contribuir para o processo de ensino e aprendizagem;
- XV – conduzir o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola;
- XVI – incentivar os professores e gestores educacionais a participarem de ações de formação continuada;
- XVII – cumprir a proposta pedagógica da Ecim. (BRASIL, 2020, p.15),

Todas as propostas e as atividades desenvolvidas na escola serão chefiadas por este profissional, que deverá estar atento à participação dos alunos nas aulas (frequência), observar o trabalho docente, conduzir o PPP - Projeto Político pedagógico, cumprir sempre as atribuições da ECIM. Em relação ao PPP da escola, não foi encontrado para baixar em nenhuma dos sites da SED/MS em 2020, apenas nesse ano de 2022 tivemos acesso á ambos PPP de 2020 e de 2022.

O mesmo tem função de “supervisionar, estabelecer normas e controlar, palavras que nessa pesquisa deixamos em destaque no recorte acima para exemplificar que no ECIM podemos observar o poder disciplinar por diversos trechos do manual, com práticas tecnicistas, autoritárias e opressoras.

Ainda dando sequência a nossa análise documental. Na parte que se refere às tarefas da Supervisão escolar, nas palavras do Manual:

- Art. 21. A Seção de Supervisão Escolar coordena todas as ações pedagógicas da escola, assessorando o Chefe da Divisão de Ensino nos assuntos relativos ao processo de ensino e aprendizagem, tendo as seguintes atribuições:
- I – orientar e coordenar a adaptação dos currículos, de acordo com os fundamentos da Base Nacional Comum Curricular, buscando a articulação horizontal entre os componentes curriculares dentro de cada ano escolar e a articulação vertical em cada componente curricular ao longo dos anos escolares;
 - II – **supervisionar a execução** dos currículos de todos os anos escolares;
 - III – coordenar a elaboração e a execução dos planos de aula e demais documentos do ensino;
 - IV – coordenar os programas e os estágios desenvolvidos sob a responsabilidade da Divisão de Ensino;
 - V – trabalhar com as Coordenações Pedagógicas de Ano no intuito de acompanhar o rendimento dos discentes;
 - VI – coordenar e acompanhar, por meio da Subseção de Apoio Pedagógico, o planejamento e o desenvolvimento do Apoio Pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
 - VII – organizar e executar o Estágio de Atualização Pedagógica realizado no início do ano letivo, voltado para os docentes;
 - VIII – orientar, coordenar e apoiar o trabalho dos docentes;

- IX – promover e incentivar a atualização pedagógica e o aperfeiçoamento sistemático dos docentes;
- X – realizar pesquisas educacionais e produzir quadros estatísticos sobre o rendimento da aprendizagem;
- XI – interpretar, acompanhar e utilizar os resultados das avaliações externas para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2020, art.21)

Supervisionar é também uma forma de exigir da equipe de profissional; é estar interligado diretamente com o currículo da escola, coordenando e executando os planos de aulas, de ensino, a realização de estágios, dentre outras atividades. Quando não há supervisão, muitas vezes, as tarefas ficam a desejar, principalmente, a proposta curricular que enraíza todo processo educacional na escola.

No que se refere ao currículo, “[...] cada rede de ensino tem autonomia para elaborar os seus próprios currículos, com o fim de assegurar aos estudantes o pleno desenvolvimento humano global em todas as suas dimensões” (BRASIL, 2020, p28, art.131).

É importante citar ainda a Coordenação Pedagógica, pois em conformidade com o Manual (BRASIL, 2020, p.21), temos as seguintes atribuições:

- Art. 23. As Coordenações Pedagógicas de Ano são as responsáveis pelo planejamento e execução das atividades de ensino dos seus respectivos anos escolares e têm as seguintes atribuições:
- I – **coordenar, conduzir** e avaliar a execução didático-pedagógica das atividades interdisciplinares desenvolvidas no seu ano escolar, previstas no Planejamento Anual de Ensino;
 - II – **orientar e acompanhar** a execução do ensino das disciplinas da grade curricular que estão reunidas sob sua orientação pedagógica;
 - III – assessorar sobre assuntos específicos da Coordenação, a serem submetidos à apreciação do Chefe da Divisão de Ensino;
 - IV – estimular o aperfeiçoamento e a atualização dos professores, por meio da participação em estudos, debates, seminários e encontros, sugeridos à Chefia da Divisão de Ensino, coletando subsídios para o planejamento letivo do ano seguinte;
 - V – orientar e coordenar a adaptação dos currículos do seu ano escolar, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as orientações das secretarias de educação;
 - VI – **coordenar e acompanhar** a execução dos currículos do seu ano escolar;
 - VII – acompanhar a elaboração e a execução dos planos de aula dos professores de seu ano escolar e demais documentos do ensino;
 - VIII – **acompanhar o rendimento** escolar dos discentes, fazendo as intervenções necessárias para melhorar a aprendizagem dos alunos com dificuldades. (BRASIL, 2020, p.21),

A maioria das funções são normatizadoras, que visam a vigiar, fiscalizar e fazer cumprir. Por meio da coordenação pedagógica que pode ter um trabalho educativo

com mais competência, compromisso e responsabilidade, já que ela orienta, acompanha, elabora e executa atividades que estão ligados ao cotidiano educativo, favorecendo a didática, a prática do professor em sempre se atualizar, pesquisando para o crescimento intelectual; o que poderá contribuir não somente para seu sucesso profissional como para a formação do aluno.

Embora e infelizmente essas funções na maioria das vezes ficam apenas no papel devido a fatores cotidianos dos professores, tais como: excesso de carga horária, acúmulo de funções e administração da vida particular que influenciam na fluência e cumprimento dessas competências.

Também faz necessário um olhar sobre os monitores presentes na ECIM, os quais são responsáveis “[...] pela Gestão Educacional e deve atuar na promoção de atividades que visem à difusão de valores humanos e cívicos que estimulem o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno e a sua formação integral como cidadão”. (BRASIL, 2020, p.28, art.31).

As atribuições dos monitores, segundo o Manual são:

Art. 33. O Corpo de Monitores tem as seguintes atribuições:

I – **atuar em harmonia e mútua** ajuda com a Divisão de Ensino e a Divisão Administrativa, sob a orientação e liderança da Direção Escolar;

II – **melhorar o ambiente educativo**, promovendo a convivência sadia entre os integrantes da comunidade escolar contribuindo assim na melhoria do processo de ensino e aprendizagem;

III – colaborar no desenvolvimento humano global dos alunos, particularmente nos aspectos afetivo, ético, moral, social e simbólico;

IV – desenvolver suas atividades sempre em prol da educação dos alunos, buscando um convívio harmônico e cooperativo com os demais profissionais da escola;

V – estimular **a solidariedade** entre o corpo discente e a satisfação e a alegria de se estar na escola;

VI – desenvolver nos alunos um **sentimento de pertencimento** ao ambiente escolar. (BRASIL, 2020, p.28)

Palavras bonitas, que levaria o monitores a ser um sujeito que deveria proporcionar harmonia local e entre os alunos, seriam uma espécie de super heróis que salvariam tudo e todos, pois para colocar em prática essas funções esbarraria em uma realidade muito dura da cultura escolar, as relações sociais entre outras situações do cotidiano do ECIM.

O corpo de monitores que deveria auxiliar no processo de ensino/aprendizagem e na administração, oxigenando o ambiente, auxiliando numa boa convivência entre a equipe escolar, colaborando no desenvolvimento dos alunos como pessoa e profissional no contexto escolar, mas devido às questões disciplinares impositivas pelo método de

educação do militarismo, esses monitores acabam sendo mais um controlador de corpos.

No entanto, nem sempre ocorre dessa forma normatizada como já citado, pois em outros momentos em nossa pesquisa, notamos que na prática esse modelo tem sido questionado pela sua falta de efetividade. Mesmo assim cabe aos monitores, procurar cumprir o que está asseverado no Manual (BRASIL, 2020, p.31).

[...] Art. 35. Os Monitores têm as seguintes atribuições:

I – estimular o sentimento de amizade e solidariedade entre os alunos;

II – atuar na área educacional, particularmente no desenvolvimento de atitudes e valores, em consonância com as demais áreas da escola;

III – atender aos responsáveis dos alunos sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade;

IV – controlar a frequência dos alunos na escola;

V – contribuir para a formação ética, moral, afetiva, social e simbólica dos alunos, promovendo conversas, relatos de experiências e retirada de dúvidas sobre diferentes assuntos;

VI – assegurar o cumprimento das Normas de Conduta e Atitudes, com educação e serenidade;

VII – procurar resolver os conflitos entre as pessoas no ambiente escolar com base no diálogo e na negociação;

VIII – lançar as ocorrências dos alunos no sistema de gestão escolar;

IX – zelar por sua conduta pessoal e profissional, a fim de servir de exemplo para os discentes e demais profissionais da escola;

Como no livro *Vigiar e Punir* de Foucault. Assim, seriam os vigias, os controladores de frequência, de cumprimento de normas e ocorrências registradas no sistema, relacione com *Vigiar e Punir*.

Os monitores têm a tarefa de estar em harmonia com os alunos, fazer com que estes estejam harmoniosos uns com os outros, sendo amigos, zelando pelo bom aproveitamento dos alunos nas aulas. Além disso, devem realizar seu papel de forma condizente com a ética, compromisso e responsabilidade, mas sabemos que na prática a teoria acaba por não ter total eficácia.

Acima citamos sobre a composição do campo docente, gestor. Monitores, Além de tudo isso ainda é preciso a presença de policiais. outro aspecto preocupante é a presença de policiais fardados no interior da escola com a incumbência de supervisionar e controlar o comportamento dos alunos. Nesta perspectiva, ao colocar em prática a exigência da obediência frente ao conjunto de regras estabelecidas para o ambiente escolar militarizado, instituem-se processos de controle e punições que compõem o histórico comportamental institucional dos alunos.

No que se refere ao plano de Ação desenvolvido na ECIM tem como características essenciais “[...] Ser elaborado com base em uma análise da realidade da

escola; envolver diversos agentes da escola na sua elaboração; indicar, claramente, os prazos e os responsáveis pelo cumprimento das ações; e Possuir um responsável pelo seu monitoramento”. (BRASIL, 2020, P.73).

3.6 Poder Disciplinar x Poder Simbólico no ECIM

Em relação aos alunos na ECIM, conforme pondera o Manual (BRASIL, 2020, p.34) devem ser levados à ordem e ao canto do Hino Nacional e da Bandeira:

Art. 44. A **execução da ordem** unida será regulada pelo manual correspondente à Força da qual fazem parte os militares da escola.

Art. 45. A **ordem** unida estimula no aluno **a disciplina e o espírito de corpo**, além de desenvolver a coordenação motora, a **postura e a resistência**.

Art. 46. A **ordem** unida deve ser ensinada pelos monitores em espaços internos da escola, como pátios, quadras e outras áreas amplas que comportem os alunos e, por questão de segurança, livres de circulação de veículos durante sua execução.

Art. 47. Os deslocamentos das turmas de **aula deverão** ser feitos em forma, sob o **comando** do aluno chefe de turma, e em passo ordinário, sempre que possível.

Art. 48. Os alunos das Ecim **devem** conhecer e saber cantar o Hino Nacional Brasileiro e Hino à Bandeira, além de outras canções definidas pelas secretarias de educação.

Art. 49. Durante o deslocamento em forma das turmas, podem ser entoadas canções, desde que o canto não atrapalhe as atividades escolares.

Art. 50. Todas as canções entoadas na escola devem despertar o entusiasmo pela escola, **pelos heróis nacionais e pela Pátria**. Não são autorizadas canções que usem palavras depreciativas, discriminatórias, que exaltem a violência ou que violem os valores éticos e morais da sociedade. Por isso, as canções devem ser previamente, **submetidas ao Diretor** pelo Oficial de Gestão Educacional.

Ao observarmos o recorte acima sobre a Ordem Unida, podemos ainda ressaltar que Cantar o Hino segue todo um ritual, onde o poder disciplinar é imposto no intuito de estabelecer a ordem. No entanto cabe, porém, indagar: Qual a importância de cantar o hino em escolas? Desse modo, podemos dizer que o hino é um símbolo que ajuda a consolidar a República no país (em senso comum dizendo). É muito importante destacar ainda que a canção destaca fatos importantes da história do país (na verdade a história dos vencedores), simboliza lutas passadas e deveria contribuir para a construção da identidade do povo brasileiro, não deixa de ser a efetivação de um poder (o poder simbólico) que ao hino é atribuído, aos heróis, etc.

O “poder simbólico, é com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que

o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 7). Vale ressaltar que o conceito de poder disciplinar foucaultiano difere.

Se observarmos, explorarmos e analisarmos cuidadosamente os Art. 45; Art. 46; e o Art. 50 citados acima pelo [Manual do ECIM veremos o quanto estão relacionados e alinhados ao processo de disciplinarização e docilização dos corpos, o que nos remete a teoria do Panóptico de Foucault (1975). Entretanto, antes de dar continuidade a essa linha de pensamento reflexivo é preciso esclarecer do que se trata e o que fundamentou essa teoria de Foucault (1975):

[...] o panóptico é uma forma de estrutura arquitetônica projetada para cárceres e prisões. A referida estrutura supunha um arranjo circular das células em torno de um ponto central, sem comunicação entre eles e poder ser o preso observado de fora. No centro da estrutura seria uma torre de vigia onde uma única pessoa poderia visualizar todas as células, podendo controlar o comportamento de todos os reclusos. Estes, no entanto, nunca poderiam estar cientes de que estavam sendo observados ou não, dado que a torre foi construída de tal forma que, de fora, era vista como opaca, sem saber onde estava ou o que o vigia era. Assim, o prisioneiro poderia ser monitorado a cada momento, tendo que controlar seu comportamento para não ser punido. (FOUCAULT. 1975).

Desse modo, o panoptismo baseia-se, segundo Michel Foucault (1975), na busca por generalizar o comportamento de toda uma sociedade. É o que nos mostra os referidos artigos extraídos do Manual do ECIM: “Art. 45. A ordem unida estimula no aluno a disciplina e o espírito de corpo, além de desenvolver a coordenação motora, a postura e a resistência”. Impondo a cada um dos indivíduos dessa população regras e princípios padronizados que devem ser seguidas por todos, pois estão sendo observados continuamente. Assim como o “Art. 46. “A ordem unida deve ser ensinada pelos monitores em espaços internos da escola, como pátios, quadras e outras áreas amplas que comportem os alunos e, por questão de segurança, livres de circulação de veículos durante sua execução”.

Essa ideia de estar sendo controlado gera nas pessoas a insegurança, e o medo por estar sendo vigiado, observado e punido se desobedecer à ordem imposta. Por outro lado, vêm à percepção individual de poder conseguir alguma premiação pelo bom comportamento. Para Foucault (1975), essas regras padronizadas conseguem sem muito esforço docilizar os corpos e controlar o desenvolvimento social.

Para exemplificar como acontece esse controle, usaremos as muitas escolas que já incentivam forçosamente seus alunos a cantarem o Hino Nacional, porém na ECIM

essa será uma etapa ou tarefa, sempre realizada e vista como parte da normalidade ali imposta, e servirá para que os fatos marcantes e os heróis brasileiros sejam lembrados e ao mesmo tempo, colocando em prática o ensinamento da disciplina, obediência e da ordem assim como apregoa o art. 50 do ECIM:

Art. 50. Todas as canções entoadas na escola devem despertar o entusiasmo pela escola, pelos heróis nacionais e pela Pátria. Não são autorizadas canções que usem palavras depreciativas, discriminatórias, que exaltem a violência ou que violem os valores éticos e morais da sociedade. Por isso, as canções devem ser previamente, submetidas ao Diretor pelo Oficial de Gestão Educacional”.

A docilização dos corpos também acontece quando falamos em cantar o hino nacional, em prestar reverência à bandeira ou a qualquer símbolo nacional ou de cunho religioso, não que sejamos contra o nosso Hino e a nossa Bandeira, ou alguma religião, o problema está na manipulação, na adoração cega de símbolos, assim como nos adverte o autor Pierre Bourdieu (1930-2002). Ao utilizar a questão do “poder simbólico” pois por meio do poder dos símbolos ele argumenta sobre a alienação e a manipulação a que as sociedades estão predispostas a aceitar, seguir e obedecer sem questionar e em nome de um poder maior que a todos rege e vem representado através de símbolos. Para maiores esclarecimentos sobre essa teoria, analisaremos os fundamentos das noções de poder simbólico, de acordo com Rosa, 2017, p.6.

[...] Desse modo, o poder simbólico para Bourdieu (1989) é, fundamentalmente, um poder de construção da realidade. Tal poder detém os meios de afirmar o sentido imediato do mundo, instituindo valores, classificações (hierarquia) e conceitos que se apresentam aos agentes como espontâneos, naturais e desinteressados. (ROSA, 2017, p.6).

Conforme citado, o autor dá enfoque em como os sujeitos criam símbolos para se auto-afirmar e esses passam a exercer poder sobre esse mesmo sujeito. O poder simbólico faz ver e faz crer, transforma a visão e a ação dos agentes sociais sobre o mundo e desse modo, o mundo. É um poder “[...] quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário [...]” (BOURDIEU, 1989, p.14).

Sendo assim, há utilização de símbolos para subjugar o sujeito a esse mesmo símbolo (poder invisível). É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles

que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

É importante ressaltar que há diferenças quando falamos do poder disciplinar de Foucault (1926-1984) que enfatiza a modelagem dos corpos dóceis e do poder simbólico, no qual Pierre Bourdieu enfatiza as questões simbólicas atribuídas a esse poder. Mas observando algumas questões relacionadas ao PECIM e à forma como a proposta da escola cívico-militar foi criada, faz-se necessário observar algumas considerações acerca da visão de poder em relação a esses dois autores presentes em nossa discussão.

3.7 Docentes no PECIM/ECIM

Ainda em sequência a análise documental, lançaremos um olhar sobre o corpo docente. Espera-se “[...] que as ECIM promovam e incentivem professores e alunos a participarem de programas e ações sociais que melhorem as condições de vida das pessoas e despertem nos participantes o sentimento de solidariedade, desprendimento e empatia”. (BRASIL, 2020, p.50). O PECIM, programa do governo Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) reedita as regras do MEC e firma uma parceria com o corpo militar da reserva, pauta essa que leva a conflitos educacionais, haja vista que dentro do projeto de mudança na educação, desde o começo do mandato do ex- presidente Jair Messias Bolsonaro, o programa PECIM de escolas no modelo militarista já era uma das principais pautas, as secretarias de Educação continuariam com a responsabilidade do currículo, mas estudantes precisariam usar fardas e seguir as regras definidas por militares, como se fosse algo híbrido, diferente das escolas apenas militares. De acordo com o que foi posto pelo Ministério da Educação (2021, p.1):

O voluntariado para o Pecim será de âmbito nacional, de forma continuada e poderá ser para mais de um município. Ele visa a montagem de um banco de dados, que será denominado “Cadastro de Voluntários para o Pecim”, que agilizará o processo de contratação. As vagas para o Programa serão definidas pelo Ministério da Educação e poderão ser para execução de tarefas nas escolas cívico-militares (Ecim) ou para apoio à coordenação do Programa.

Esse voluntariado deve “[...], no entanto, estar totalmente desligados de suas organizações militares quando da expedição da portaria de sua contratação” (BRASIL, 2021, p.1). Segundo o Portal do Governo Brasileiro (2020, p.1):

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano.

Objetivando a uma didática civil-militar, apoiada por militares nas escolas públicas brasileiras, o PECIM foi criado pelo Ministério da Educação que trará uma nova gestão no modo de desenvolver a didática, a pedagogia e a administração. Isso implica que “[...] os militares atuarão no apoio à gestão escolar e à gestão educacional, enquanto professores e demais profissionais da educação continuarão responsáveis pelo trabalho didático-pedagógico” (BRASIL, 2020, p.1).

Igualmente, “[...] participarão de a iniciativa militar da reserva das Forças Armadas, que serão chamados pelo Ministério da Defesa. Policiais e Bombeiros militares poderão atuar, caso seja assim definido pelos governos estaduais e do Distrito Federal”⁷ (BRASIL, 2021, p.1).

O manual das escolas cívico-militares é um importante documento, pois ele contempla orientações que alicerçam a proposta de implementação nas escolas públicas brasileiras. Segundo esse manual, a finalidade do PECIM é “[...] orientar os entes federativos, participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), no tocante à implantação e ao funcionamento das Escolas Cívico-Militares (ECIM)”. (BRASIL, 2020, p.2).

A Constituição do Manual da ECIM se dá nessa ordem: “[...] Regulamento das ECIM; Projeto Político-Pedagógico; Projeto Valores; Normas de Apoio Pedagógico; Normas de Avaliação Educacional; Normas de Psicopedagogia Escolar; Normas de Supervisão Escolar; Normas de Gestão Administrativa; Normas de Conduta e Atitudes; Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos; Cartilha para os Responsáveis.

Apesar da forma como se apresenta a proposta, a qual aparenta uma dinâmica voltada para educação eficaz e utilização da disciplina para organizar a estrutura escolar cabe, porém, indagar: essa proposta é de fato eficaz? Como é apresentada proporciona uma educação integral e emancipatória? Ela propõe uma educação para a vida do estudante e o torna mais protagonista, ou ela é uma educação voltada a usar o poder disciplinar e o poder simbólico para modelar corpos dóceis?

⁷ Disponível em: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>.

Este Manual analisado é um documento que foi supervisionado por Aroldo Ribeiro Cursino, o qual ocupa o cargo de subsecretário de Fomento às Escolas Cívico Militares. Foi elaborado pelo coordenador-geral de desenvolvimento didático-pedagógico – Cleber Borges dos Santos, já o Projeto gráfico e diagramação foram os responsáveis Anaís Almeida de Siqueira; Caroline Menezes Coutinho. Foi revisado por Giulliana Pantuzzo. Os colaboradores foram: Adirce Juliana Alves de Sena; Eliane Vieira de Assis; Francisca das Chagas Soares Reis; Marcelo Elias dos Santos; Marialba da Glória Garcia Carneiro; Marta Vânia Ayres de Lima Braga; Sonia Regina dos Santos; Taissa Agrícola dos Santos Andrade.

A primeira vez que o Manual foi discutido e apresentado foi no decorrer da “[...] 1ª Capacitação dos Profissionais Participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, realizado no período de 10 a 13 de dezembro de 2019, em Brasília/DF, recebendo sugestões durante e após o evento para o seu aperfeiçoamento até a sua versão final”. (BRASIL, 2020, p.3).

Dessa forma, a construção deste manual se deu, numa tentativa de ser democrática pelo MEC, e participaram das elaborações representantes das redes estaduais e municipais de educação. Foi utilizado em 2020 no Programa Piloto, momento em que foram implantadas as ECIM que passarão por revisões visando uma educação com mais qualidade no cenário brasileiro. Assim “[...], essas revisões periódicas buscarão aproximar os conceitos do Manual à realidade das Ecim, considerando as características e as peculiaridades de cada região do país” (BRASIL, 2020, p.3).

No art.2 do manual das Escolas Cívico-Militares (2020, p.6), temos que “[...] As Ecim ministram o ensino regular na educação básica, nas etapas ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e ensino médio (1º ao 3º ano), nos turnos matutino e vespertino”. Isso implica que alunos a partir do Ensino Fundamental II já passariam a ter uma nova maneira de serem ensinados, ou seja, auxiliados por militares com conteúdo e práticas de suas escolas.

Igualmente, no “[...] Art. 3º As Ecim integram a estrutura da rede pública de ensino da sua respectiva secretaria de educação e terão a sua vinculação definida por decisão do Governo Estadual ou Municipal, conforme o caso” (BRASIL, 2020, p.6). Nesta nova forma de educar, haveria um vínculo entre a Educação e o Governo tanto do Estado como do município. Esse manual apresenta como objetivo

[...] permitir a gestão de excelência das Ecim nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, contribuindo para a educação integral, a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos e para a melhoria da Educação Básica do Brasil. (BRASIL, 2020, p.2).

Para fundamentar esse choque de práticas educativas entre os tipos de escolas veremos que as Escolas Cívico-Militares além do que consta nas diretrizes da LDB - 9394/96 acrescentam nesse arcabouço educacional alguns outros valores conflitantes com as práticas cotidianas das escolas normais, conforme é ponderado pelo Manual:

I – civismo: colocamos o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais;
 II – dedicação: acreditamos que, tanto no trabalho quanto nos estudos, precisamos empenhar o melhor dos nossos esforços;
 III – excelência: buscamos o mais alto nível de qualidade em tudo o que fazemos;
 IV – honestidade: pautamos as nossas relações pela verdade, integridade moral e correção de atitudes;
 V – respeito: procuramos tratar os outros com deferência e atenção à sua dignidade e aos seus direitos, bem como respeitar as instituições, as autoridades e as normas estabelecidas. (BRASIL 2020, p.7).

Embora não possamos negar que os valores citados pelo Manual das escolas cívico-militares sejam importantes na formação de caráter social, apenas devemos esclarecer que esses princípios já são trabalhados na prática docente e no cotidiano escolar através de ações e de trocas de conhecimento e de comportamento entre os educadores e educandos o que ocorre de maneira natural e contínua através de diálogos e trocas de experiências no convívio social e não da maneira normativa e impositiva do método disciplinar da educação militar.

A rigidez militarista deve ser utilizada na formação de indivíduos cuja pretensão e vocação esteja voltada para a complementação das Forças Armadas ao contrário do ensino democrático e transformador que visa à formação dos princípios geradores de indivíduos preparando – os para o convívio social / ético e que sejam empoderados como cidadãos dentro da sociedade em que pertencem e que lhes forneça ferramentas capazes de desconstruir o contexto histórico imposto pela versão colonizadora e que tenha a autonomia para reescrever e interpretar o mundo segundo sua capacidade de ser pensante. Para o Manual (BRASIL, 2020, p.51) o corpo docente na ECIM

Art. 150. O Corpo Docente das Ecim é composto pelos professores já existentes na escola antes da implantação do modelo.

Art. 151. Sugere-se que as secretarias de educação dos estados e dos municípios que aderirem ao Programa adotem medidas para completarem os cargos docentes previstos nas suas respectivas escolas.

Art. 152. Os professores das Ecim devem possuir licenciatura plena nas disciplinas que lecionam, conforme o art. 62 da LDB e a Meta 15 do Plano Nacional da Educação (PNE).

Art. 153. As escolas que possuem professores sem licenciatura ou ministram aulas em disciplinas diferentes da sua formação devem adotar ações para promover e incentivar os docentes a buscarem essa formação inicial e continuada, sempre que possível, com flexibilização da carga horária de trabalho desses profissionais.

Art. 154. As secretarias de educação devem promover a formação inicial, continuada e a capacitação dos profissionais do magistério, utilizando-se dos programas oferecidos pela Capes, entre outros.

Art. 155. As escolas devem buscar aumentar a qualificação dos professores, por meio da formação continuada e de cursos de pós-graduação, conforme a Meta 16 do PNE.

Art. 156. A seleção de professores, quando for necessário, será definida pelas respectivas secretarias de educação.

Porém como já foi salientado, para compor o quadro de docência no sistema educacional da ECIM é necessário que o professor tenha formação contínua, a fim de que estes sejam cada vez mais conhecedores e comprometidos com a ideologia das ECIM.

Além disso, cabe ao professor segundo o Manual (BRASIL, 2020, p.53):

Art. 171. O professor é uma referência para o aluno e contribui para a sua formação. Para tanto, os docentes devem:

I – guiar sua conduta por meio de comportamento ético, observando os princípios da justiça, honestidade, decoro, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, boa-fé, legalidade, impessoalidade, probidade, retidão e discrição;

II – **utilizar as mídias sociais com responsabilidade**, não expondo a escola, os colegas de trabalho e, principalmente, os alunos; **CONTROLE QUANTO AO USO DE REDE SOCIAIS**

III – zelar, permanentemente, pela reputação e integridade da Ecim, identificando e contribuindo para corrigir erros e omissões, próprios ou de terceiros, que possam comprometer a imagem da escola;

IV – empenhar-se no exercício do magistério, pela aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, considerando aspectos éticos e de convívio social;

V – respeitar a individualidade, as limitações e as condições próprias da idade do aluno, agindo com firmeza quando necessário, sem, no entanto, submetê-lo à situações de vexame ou constrangimento; e

VI – manter uma relação de respeito e amizade com os alunos.

Os ensinamentos do educador chegam até seus alunos e tendem a permanecer com eles, diante disso, cabe a este profissional o uso da ética, ser justo, honesto, ter moral, fazer de forma plausível o uso da mídia, sendo amigo e respeitando seu aluno, mas sendo impessoal. Quando falamos em relação ao corpo docente, observamos que o programa Pecim ressalta que o professor que estiver antes lotado na escola permanecerá incluído no programa, no entanto deve receber uma formação. Porém cabe indagar se esse profissional se enquadrará nesse novo modelo imposto, pois além da sua formação

pedagógica também caberá a esse profissional ser um “guia de conduta”? Ou seja, o professor será responsabilizado pelo comportamento ou atitudes de seus alunos? E caberá ao professor manipular e direcionar seu grupo a um pensamento único? pois segundo o Manual (BRASIL, 2020, p.53), Art. 171. O professor é uma referência para o aluno e contribui para a sua formação.

Para tanto, os docentes devem “I – guiar sua conduta por meio de comportamento ético, observando os princípios da justiça, honestidade, decoro, moralidade, publicidade, eficiência, transparência, boa-fé, legalidade, impessoalidade, probidade, retidão e discricção”;

Segundo o Manual, o professor é uma referência para a formação do seu aluno não apenas a sua conduta ética como também a troca de conhecimentos e o seu empenho pelo magistério, o respeito pelo conteúdo e pelas habilidades a serem aplicadas ao educando. Será que esse sujeito conseguirá guiar a vontade de outros controlando corpos e mentes? Será possível a esse profissional se enquadrar ao novo programa e ainda assim manter uma relação de vínculo com o estudante?

Na prática, acredita-se que muitos profissionais não se adequem a esse modelo, porque cada modelo precisa do seu perfil de profissional. Sendo assim, ao não se encaixar no programa, provavelmente, esse profissional será transferido de instituição ou perderá seu emprego se não for efetivo.

Mesmo assim, nas escolas cívicas- militares, em se tratando dos professores, o Manual especifica que:

Art. 24. Os professores têm as seguintes atribuições:

I – planejar, organizar, elaborar e executar o planejamento de ensino sob sua responsabilidade coerente com a carga didática disponível e o programa da disciplina;

II – realizar efetivo e contínuo acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, visando detectar eventuais dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, intervindo com oportunidade para a recuperação dos alunos;

III – contribuir para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola;

IV – **zelar pela disciplina** em sua sala de aula;

V – **relatar qualquer fato que seja considerado contrário às Normas de Conduta e Atitudes;**

VI – manter permanente diálogo com o Corpo de Monitores, visando à formação integral dos alunos;

VII – participar de reuniões de responsáveis e mestres, dos estágios de atualização pedagógica e de outras atividades previstas no Planejamento Anual de Ensino ou agendadas pelos gestores escolares;

VIII – participar das atividades interdisciplinares propostas pelo Coordenador do seu ano escolar;

IX – participar do Planejamento Anual de Ensino do seu ano escolar;

X – participar de estudos, debates, seminários e encontros, sugeridos pela Chefia da Divisão de Ensino, contribuindo para o seu aperfeiçoamento profissional;

XI – atualizar e cumprir o currículo do seu ano escolar referente à sua disciplina, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);

XII – **elaborar e executar os planos de** aula de sua disciplina e demais documentos de ensino sob sua responsabilidade;

XIII – avaliar o rendimento escolar dos discentes, fazendo as intervenções necessárias para melhorar a aprendizagem dos alunos com dificuldades;

XIV – **apurar a frequência dos** discentes, propondo intervenções necessárias junto ao Corpo de Monitores e à Seção Psicopedagógica para melhorar a assiduidade dos alunos; (BRASIL, 2020, p.23-24).

O professor é essencial na formação intelectual de seu aluno, mas para que isso aconteça de forma positiva, é necessário que este seja um bom conhecedor das teorias e práticas que envolvem e enraízam a educação, com o foco no processo ensino-aprendizagem. Assim é preciso acompanhar o aluno em suas possibilidades e limitações, frequências, assiduidade.

Além disso, sua participação no currículo e o no PPP da escola é primordial. No entanto, sem podermos realizar um trabalho de observação ou mesmo de coleta de dados in loco nos engessa o olhar fixado apenas no campo teórico, dificultando a análise completa da situação.

As palavras em destaque do recorte, novamente remete ao professor como um instrumento que visa a vigiar, fiscalizar e fazer cumprir.

Na contemporaneidade a sociedade civil, vive ainda alguns conflitos em seu sistema educacional, como observamos há resquícios de um processo de construção histórico decorrentes de vários momentos, tais como as ‘ditaduras’. Dentro desse contexto histórico a educação brasileira, por diversas vezes, sofreu impactos das ditaduras, e retrocessos que ainda persistem, as quais foram nomeadas como resquícios, mas que ainda tenta sobreviver sempre que a população elege através do voto políticos saudosistas e de viés autoritário.

Esses resquícios que ainda permeiam o sistema de ensino das escolas cívico-militar poderiam de fato ser descrito tal como é, ditatorial, pois se baseia no alto nível dos colégios militares regidos pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) e dirigidos por atores do Exército, das Polícias e dos Corpos de Bombeiros Militares, que são meros reprodutores de uma educação tecnicista e autoritária, que segue modelando os sujeitos e os enquadrando para atender as demandas do capital.

Hoje há necessidade de uma transformação em diversas áreas de atuação da esfera pública, e isso já têm sido discutidos em diversas pesquisas. As pesquisas

demonstram que a área da educação não diverge dessa realidade e com isso necessita ser ‘transformada’. É fato que junto com as novas demandas e problemáticas da sociedade contemporânea, vem à necessidade de uma visão mais ampla e abrangente sobre “a educação” e um novo modelo de profissional para o futuro.

Não existe um ‘tipo ideal’, mas é fato que o educador deve ser ‘melhor preparado’ e ter uma “formação mais humanitária”. Mas o que seria isso?

A Educação Humanitária não apenas apresenta aos estudantes os problemas, como desenvolve neles habilidades para enfrentar os desafios globais, além da vontade para buscar soluções, tomando-os conscientes da importância de seus próprios atos na transformação da sociedade. Busca desenvolver nas pessoas o desejo e a capacidade de se viver com compaixão, dignidade e sabedoria, enquanto também provê o conhecimento e as ferramentas para transformar valores em ações de forma significativa e com amplas consequências. Relaciona os direitos humanos. [...] Nas escolas onde a Educação Humanitária é aplicada os estudantes são ensinados a agir dessa forma ao longo de suas vidas, tornando-se capazes de tomar decisões baseadas em informação e compaixão, levando em consideração as sensações e sentimentos das pessoas. (BANBIRRA & FERNANDES, 2014. P.2-3)

E é no seu processo de formação que este profissional poderá ter um ‘preparo adequado’, devem aprender a desenvolver habilidades voltadas para atender as novas da sociedade, deve aprender a lidar com os desafios existentes e resistir às consequências desses resquícios tais como o autoritarismo ainda presente no processo ‘formador dos indivíduos’. Por este motivo que acreditamos que a metodologia de ensino dessas academias devem ser totalmente revistas, é preciso acabar com certos conceitos arcaicos, métodos tecnicistas e autoritários.

Deve-se levar em consideração que um profissional da educação com ‘autoridade’ não é o mesmo que ‘autoritário. Assim como ressalta Francisco: “[...] caso ele utilize sua força para fazer valer suas próprias vontades, não está exercendo autoridade, e sim sendo tirano, despótico e autoritário” (FRANCISCO, 1999, p. 108).

O educador deve exercer suas funções com autoridade, sem ‘tirantias’ ou quaisquer tipos de ‘autoritarismo’. As Práticas pedagógicas dos professores têm a ver com as suas Competências/e ou Habilidade inseparáveis da ‘ação’, já a prática pedagógica é entendida na percepção de Gimeno Sacristán (1999) como uma ação do professor no espaço de sala de aula.

Conforme o autor referido ressalta “o professor assume a função de guia reflexivo, ou seja, é aquele que ilumina as ações em sala de aula e interfere

significativamente na construção do conhecimento do aluno.” (SACRISTÁN. 1999, p. 73).

Sendo assim ao realizar essa tarefa, o educador proporciona reflexões sobre a prática pedagógica, pois, parte-se do pressuposto de que ao assumir a atitude problematizadora da prática, modifica-se e é modificado gerando uma cultura objetiva da ‘prática educativa’. Conforme, o referido autor SACRISTÁN. 1999, p. 73), “a prática educativa é o produto final a partir do qual os profissionais adquirem o conhecimento prático que eles poderão aperfeiçoar”.

É responsabilidade de o educador possuir ‘domínio de conhecimentos na área proposta’, ser apto para desempenhar suas funções legais de acordo com a sua formação. Em lei as práticas são exigidas desse profissional, mas no cotidiano, muitos profissionais encontram dificuldades em realizá-las, por ter suas limitações quanto algumas técnicas de ensino e formas de pensamentos entre teoria x prática de ensino.

Um educador deve estar apto, ser crítico, desenvolver habilidades socioemocionais para atender as demandas atuais. Algumas vezes não é o que acontece. Muitos profissionais não conseguem, se esbarram no medo do sistema opressor, cansaço da sobrecarga de trabalho, limitação de conhecimento entre muitos outros fatores que limitam ainda mais estabelecer um vínculo com o estudante.

Quanto às habilidades que se ligam a atributos relacionados não apenas ao ‘saber-conhecer’ mas ao ‘saber-fazer’, ‘saber-conviver’ e ao ‘saber-ser’, esse profissional ‘deve’ ter uma ‘boa relação com os alunos’. E deve ser capaz de exercer ‘domínio e autoridade sobre o ensino da disciplina, no entanto não exercer ‘autoritarismo’. Mas ser humano no exercício dos atributos de sua profissão.

Deve exercer uma ‘prática pedagógica crítica-reflexiva’, tendo em suas ‘competências operações mentais, capacidades para usar as habilidades, emprego de atitudes adequadas à realização de tarefas e conhecimentos’, ser apta a exercer o desempenho de suas funções. O docente precisa estar apto, ser orientador e facilitador na aplicabilidade das temáticas (conhecimentos) e assuntos abordados pelo ‘plano de ensino’ e sendo assim esse obterá subsídios para uma prática competente para que não se perca com os conteúdos e se sinta livre para exercer sua função.

Além dos professores, aparece nesse sistema educacional outros personagens a serem ensinados e treinados para controlar e docilizar corpos, pois a ECIM terá como aponta o Manual (2020, p.54, art.181) “[...] Para cada turma, haverá um aluno na função

de Chefe e um na função de Subchefe de Turma, designados por meio de um rodízio entre os discentes, de acordo com a escala elaborada pelo Monitor”.

Das atribuições deste Chefe de Turma, no Manual (BRASIL, 2020, p.54-55, art.181), temos:

- I – apurar as faltas na turma por ocasião de aulas ou formaturas;
- II – retransmitir avisos e orientações aos alunos da turma, zelando pelo seu cumprimento no que for de sua responsabilidade;
- III – quando solicitado pelo professor, alertá-lo sobre a aproximação do término da aula;
- IV – informar ao monitor quaisquer ocorrências com o material da sala de aula, como carteiras, cestos, vidros, lâmpadas, entre outros;
- V – dar conhecimento das presentes normas ao Subchefe de Turma, a quem cabe substituí-lo nas eventualidades;
- VI – zelar pela disciplina na ausência do professor ou do monitor;
- VII – ser o primeiro aluno a chegar ao local de formatura, colocando a turma em forma, nos horários previstos ou determinados;
- VIII – apresentar a turma ao monitor, comunicando-lhe as faltas e informando, se possível, os motivos;
- IX – conduzir a turma em forma nos deslocamentos para as aulas de laboratório, educação física e outros e apresentá-la, dentro do horário, ao professor;
- X – zelar pela manutenção da limpeza e da conservação da sala de aula, fiscalizando-a no final do turno;
- XI – verificar se há algum material esquecido pelos colegas de turma ao término das aulas e entregar aos monitores;
- XII – tratar os demais alunos com respeito, dando sempre bons exemplos e não se valendo da sua função para menosprezar os colegas de turma; e
- XIII – apresentar a turma para o professor ou monitor no início de cada atividade escolar.

Este aluno tem função de fazer parte da hierarquia de controle (famoso dedo duro da turma), vigiando-os. Pode-se dizer ainda que “[...] Parágrafo único. Cabe ao Subchefe de Turma substituir o Chefe de Turma na sua ausência e desempenhar as atribuições que lhe forem delegadas” (BRASIL, 2020, P.55).

3.8 Sujeitos/Alunos/corpos dóceis na ECIM

Em relação aos **direitos e deveres** dos alunos, o Manual (BRASIL, 2020, p.55-56) dispõe:

- Art. 186. Os deveres e direitos dos alunos, além **das normas que regulam** situações específicas, são os preconizados nos diversos títulos do presente Regulamento, complementados pelo que especifica este artigo. Art. 187. São deveres dos alunos:
- I – participar integralmente de todos os trabalhos escolares previstos;
 - II – dedicar-se ao estudos;

- III – contribuir para o prestígio da escola a que pertence;
- IV – conduzir-se corretamente em todas as atividades desenvolvidas pela escola;
- V – cooperar para a conservação do material, equipamentos e instalações da escola a que pertence;
- VI – **conhecer e cumprir os dispositivos regulamentares, normas**, diretrizes e determinações da escola;
- VII – empenhar-se em práticas sadias de higiene individual e coletiva, zelando por **sua boa apresentação pessoal**;
- VIII – acatar as Normas de Conduta e Atitudes**;
- IX – trajar uniformes da escola de acordo com o prescrito nas Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos;
- X – cultivar os valores das Ecim;
- XI – manter seus pais ou responsáveis cientes das atividades escolares, bem como das solicitações da escola, particularmente das que se referem à necessidade de suas presenças e ao cumprimento de compromissos;

Nada de pensamento crítico/reflexivo, só ser obediente! A proclamação de que o homem é portador de direitos e a reafirmação destes direitos como universais e inalienáveis também cria um espaço de atuação: sua concessão está ligada à sobrevivência dos saberes que constituem a civilização e a cidadania estabelecida na CF/88. Mesmo em instituições como a ECIM tem que estar bem descrito em seus normativos os direitos dos sujeitos, apesar de que em sua totalidade o dever aparentemente parece atrelado e reafirmado com o que de forma condicional como ainda pode-se ressaltar abaixo:

- XII – apresentar-se corretamente e ter conduta exemplar no seu relacionamento com a comunidade;
- XIII – participar de representações externas, quando solicitado;
- XIV – ser pontuais e assíduos nas atividades escolares;
- XV – ausentar-se de atividades escolares apenas com autorização;
- XVI – tratar os outros com dignidade sem discriminação de qualquer natureza;
- XVII – responsabilizar-se em caso de dano causado ao patrimônio da unidade escolar, se maior de idade, ou sua família e/ou responsável legal, quando menor;
- XVIII – cuidar dos livros da biblioteca que usar;
- XIX – cuidar dos livros didáticos e materiais recebidos, devolvendo-os ao final de cada ano letivo, de acordo com as orientações da escola;
- XX – **tratar o diretor, os professores, os servidores, os monitores e os demais membros da comunidade escolar com respeito e consideração**;
- XXI – devolver os comunicados assinados pelos pais ou responsáveis, quando necessário. (BRASIL, 2020, p.55-56)

Podemos observar que os alunos são conduzidos a obedecer ao que lhe for solicitado, levando em consideração os propósitos da ECIM, o que nos faz entender que há um processo de docilização nesse modelo de escola, no cumprimento das normas exigidas. No item XX – tratar o diretor, os professores, os servidores, os monitores e os demais membros da comunidade escolar com respeito e consideração, mas os colegas, não merecem esse respeito?

Podemos observar que, no programa PECIM, os alunos têm em seu manual os direitos e deveres muito bem delimitados, parte dos direitos observa-se que muitos alunos são impostos à obediência de tais leis e regras, sendo assim, são subjugados pelo próprio sistema que deveria defendê-los. Além dos deveres, o Manual (BRASIL, 2020, p.56-57) afirma que os alunos têm seus direitos:

Art. 188. São direitos dos alunos:

- I – solicitar revisão de prova, de acordo com as normas da escola;
- II – reunir-se com outros alunos para organizar, dentro do estabelecimento de ensino, agremiações de cunho cultural, cívico, recreativo ou desportivo, nas condições estabelecidas ou aprovadas pelo respectivo Diretor;
- III – recorrer de medida educativa, quando se julgarem prejudicados, ao gestor competente, conforme estabelecido nas Normas de Conduta e Atitudes;
- IV – ser apoiados pela escola, por meio da sua estrutura e dos profissionais disponíveis;
- V – frequentar a biblioteca, os laboratórios, as instalações desportivas, o refeitório a cantina e outros locais de seu interesse e necessidade, segundo as condições prescritas nas normas da escola;
- VI – realizar a segunda chamada de provas, de acordo com as orientações da escola;
- VII – concorrer à eleição de representante de sua turma no Conselho de Classe;
- VIII – receber diploma os concludentes do 3º ano do ensino médio;
- IX – concorrer a escala de Chefe e Subchefe de Turma;
- X – ter acesso ao ensino público e gratuito na escola;
- XI – participar de todas as atividades destinadas aos alunos e desenvolvidas pela unidade escolar, independentemente do seu desempenho ou rendimento escolar;
- XII – ser reconhecidos e respeitados na sua dignidade como pessoa humana, sem discriminação de qualquer natureza;
- XIII – conhecer o currículo escolar e os demais documentos norteadores do ensino;
- XIV – conhecer todos os documentos que compõem o Manual das Escolas Cívico-Militares;

Os alunos têm o direito de ser respeitados pela equipe escolar, sendo assim reconhecidos que são pessoas dignas e que devem ser acolhidos independente de sua cor, raça. Recorrer a seus direitos, devendo conhecê-los primeiramente, participar sempre das atividades escolares e conhecer o currículo elaborado na instituição de ensino em que estuda. Mas, diante desses direitos concedidos aos alunos percebemos que foram lhes negados direitos primordiais que nos transformam em cidadãos e com propriedade de discernimento. Os direitos em relação a formar o cidadão para intervir e transformar a sociedade são totalmente silenciados, já que não é objetivo dessas escolas.

Dentre esses direitos oprimidos pelo ensino militarizado podemos questionar por que lhes foram tolhidos os direitos de ser incentivado a querer saber, de investigar, de ser problematizador, de ter vez e voz dentro do processo ensino/ aprendizagem, de ter a liberdade de fazer sua própria leitura do mundo que o cerca.

O que mais parece explicitado na ECIM é que os alunos devem seguir normas e condutas, no Manual (BRASIL, 2020, p.57) tem-se:

Art. 189. As Normas de Conduta e Atitudes, com suas consequências na formação do adolescente, dentro e fora do universo escolar, devem criar condições para que o desenvolvimento de sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos da sociedade brasileira, incorporando-lhe os atributos indispensáveis ao seu crescimento social.

Tem-se a proposta na ECIM, na qual por meio das normas de Conduta e Atitudes os alunos poderão ser auxiliados em sua formação não somente na escola como também fora dela, assim poderão desenvolver sua personalidade, compreender a importância da ética na sua vida e no meio social em que vive.

Além disso, no art. 196 do Manual (BRASIL, 2020, p.58), é frisado algumas ponderações acerca dos uniformes

Os uniformes das Ecim estão previstos nas Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos. As Normas permitem aos estados e aos municípios definirem a cor e o tecido dos uniformes, desde que respeitadas as condições mínimas exigidas pelas Normas.

Art. 197. É fundamental a correção na apresentação individual e coletiva de todo o efetivo das Ecim, em qualquer que seja a situação.

Os Monitores devem orientar os alunos quanto à limpeza e à conservação dos uniformes, bem como à sua boa apresentação pessoal. Ressalta-se a importância do uso do jaleco branco pelos docentes em sala de aula.

Os alunos da ECIM devem estar todos uniformizados de acordo com as exigências das normas, com isso cabe também aos monitores orientá-los para bem conservar seus uniformes limpos, em relação aos docentes devem utilizar jaleco branco. Em relação aos uniformes, observamos o fato de que em escolas cívico-militares a utilização de uniformes faz parte de sua Disciplinarização. Nesse tipo de instituição, a apresentação pessoal dos alunos é de extrema importância, algumas escolas até mesmo utilizam de fardamentos como parte do uniforme escolar e apresentação pessoal dos alunos em escolas como essas são parte do processo disciplinarizador e padronização, uma forma de inculcar-lhes a obediência cega. É o poder silenciando-os.

Quando pensamos na uniformização escolar, remetemos a uma ideia de padronização de forma de apresentação individual e coletiva dos alunos para padronizá-los de uma forma a que esses possam ser reconhecidos onde estiverem. Trata-se de identidade coletiva escolar do programa, cabe, porém, indagar, que esse uniforme poderia ser uma apresentação e formalização simbólica da identidade desse local, quando falamos

de poder simbólico nos lembramos do autor Bourdieu quando enfatiza que objetos e coisas podem se tornar símbolos e nesses símbolos tem Poder.

Esse poder atribuído a coisas de forma simbólica, dá a elas simbolicamente reconhecimento e poder, poder esse futuramente chamado de Poder Estrutural uma forma de manipulação desse sujeito, através do poder simbólico atribuído a uma coisa, nesse caso, o uniforme/forma de padronização e modelação do corpo do sujeito.

Assim na visão Foucaultiana de modelação e docilização dos corpos do sujeito, o poder disciplinar retoma sobre os alunos da ECIM no primeiro ano de adesão, os quais passam por um período de adaptação “[...]. Art. 202. O período de adaptação poderá ocorrer antes do início do ano letivo ou durante as primeiras semanas de atividades escolares, devendo se encerrar com a formatura de recepção dos novos alunos à escola”. (BRASIL, 2020, P.59).

O patrimônio escolar deve ser zelado por todos, assim “[...] 212. O zelo e a funcionalidade de todas as áreas são aspectos que, pela influência que exercem no processo educacional, devem ser exigidos com persistência pela Direção Escolar e por todas as instâncias de chefia”. (BRASIL, 2020, P.59).

Em relação aos **direitos e deveres** dos alunos, o Manual (BRASIL, 2020, p.55-56) dispõe:

Art. 186. Os deveres e direitos dos alunos, além das normas que regulam situações específicas, são os preconizados nos diversos títulos do presente Regulamento, complementados pelo que especifica este artigo. Art. 187. São deveres dos alunos:

I – participar integralmente de todos os trabalhos escolares previstos;

II – dedicar-se ao estudos;

III – contribuir para o prestígio da escola a que pertence;

IV – conduzir-se corretamente em todas as atividades desenvolvidas pela escola;

V – cooperar para a conservação do material, equipamentos e instalações da escola a que pertence;

VI – **conhecer e cumprir os dispositivos regulamentares**, normas, diretrizes e determinações da escola;

VII – empenhar-se em práticas sadias de higiene individual e coletiva, zelando por sua boa apresentação pessoal;

VIII – acatar as Normas de Conduta e Atitudes;

IX – trajar uniformes da escola de acordo com o prescrito nas Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos;

X – cultivar os valores das Ecim;

XI – manter seus pais ou responsáveis cientes das atividades escolares, bem como das solicitações da escola, particularmente das que se referem à necessidade de suas presenças e ao cumprimento de compromissos;

A proclamação de que o homem é portador de direitos e a reafirmação destes direitos como universais e inalienáveis também cria um espaço de atuação: sua concessão

está ligada à sobrevivência dos saberes que constituem a civilização e a cidadania estabelecida na CF/88. Mesmo em instituições como a ECIM tem que estar bem descrito em seus normativos os direitos dos sujeitos, apesar de que em sua totalidade o dever aparentemente parece atrelado e reafirmado com o que de forma condicional, nada de criticidade na prática só obediência, como ainda pode-se ressaltar abaixo:

- XII – apresentar-se corretamente e ter conduta exemplar no seu relacionamento com a comunidade;
- XIII – participar de representações externas, quando solicitado;
- XIV – ser pontuais e assíduos nas atividades escolares;
- XV – ausentar-se de atividades escolares apenas com autorização;
- XVI – tratar os outros com dignidade sem discriminação de qualquer natureza;
- XVII – responsabilizar-se em caso de dano causado ao patrimônio da unidade escolar, se maior de idade, ou sua família e/ou responsável legal, quando menor;
- XVIII – cuidar dos livros da biblioteca que usar;
- XIX – cuidar dos livros didáticos e materiais recebidos, devolvendo-os ao final de cada ano letivo, de acordo com as orientações da escola;
- XX – **tratar o diretor, os professores, os servidores, os monitores e os demais membros da comunidade escolar com respeito e consideração;** e
- XXI – devolver os comunicados assinados pelos pais ou responsáveis, quando necessário. (BRASIL, 2020, p.55-56)

Podemos observar que os alunos são conduzidos a obedecer ao que lhe for solicitado, levando em consideração os propósitos da ECIM, o que nos faz entender que há um processo de docilização nesse modelo de escola, no cumprimento das normas exigidas, obediência sempre aos superiores, mas e o respeito aos colegas, mas uma vez não foi citado. Podemos observar que, no programa PECIM, os alunos têm em seu manual os direitos e deveres muito bem delimitados, parte dos direitos observa-se que muitos alunos são impostos à obediência de tais leis e regras, sendo assim, são subjugados pelo próprio sistema que deveria defendê-los. Além dos deveres, o Manual (BRASIL, 2020, p.56-57) afirma que os alunos têm seus direitos:

Art. 188. São direitos dos alunos:

- I – solicitar revisão de prova, de acordo com as normas da escola;
- II – reunir-se com outros alunos para organizar, dentro do estabelecimento de ensino, agremiações de cunho cultural, cívico, recreativo ou desportivo, nas condições estabelecidas ou aprovadas pelo respectivo Diretor;
- III – recorrer de medida educativa, quando se julgarem prejudicados, ao gestor competente, conforme estabelecido nas Normas de Conduta e Atitudes;
- IV – ser apoiados pela escola, por meio da sua estrutura e dos profissionais disponíveis;
- V – frequentar a biblioteca, os laboratórios, as instalações desportivas, o refeitório a cantina e outros locais de seu interesse e necessidade, segundo as condições prescritas nas normas da escola;
- VI – realizar a segunda chamada de provas, de acordo com as orientações da escola;
- VII – concorrer à eleição de representante de sua turma no Conselho de Classe;

- VIII – receber diploma os concludentes do 3º ano do ensino médio;
- IX – concorrer a escala de Chefe e Subchefe de Turma;
- X – ter acesso ao ensino público e gratuito na escola;
- XI – participar de todas as atividades destinadas aos alunos e desenvolvidas pela unidade escolar, independentemente do seu desempenho ou rendimento escolar;
- XII – ser reconhecidos e respeitados na sua dignidade como pessoa humana, sem discriminação de qualquer natureza;
- XIII – conhecer o currículo escolar e os demais documentos norteadores do ensino; XIV – conhecer todos os documentos que compõem o Manual das Escolas Cívico-Militares.

Os alunos têm o direito de ser respeitados pela equipe escolar, sendo assim reconhecidos que são pessoas dignas e que devem ser acolhidos independente de sua cor, raça. Recorrer a seus direitos, devendo conhecê-los primeiramente, participar sempre das atividades escolares e conhecer o currículo elaborado na instituição de ensino em que estuda. Mas, diante desses direitos concedidos aos alunos percebemos que foram lhes negados direitos primordiais que nos transformam em cidadãos e com propriedade de discernimento. Os direitos em relação a formar o cidadão para intervir e transformar a sociedade são totalmente silenciados, já que não é objetivo dessas escolas.

Dentre esses direitos omitidos pelo ensino militarizado podemos questionar por que lhes foram tolhidos os direitos de ser incentivado a querer saber, de investigar, de ser problematizador, de ter vez e voz dentro do processo ensino/ aprendizagem, de ter a liberdade de fazer sua própria leitura do mundo que o cerca.

O que também aparece especificado na ECIM é que os alunos devem seguir normas e condutas, no Manual (BRASIL, 2020, p.57) tem-se:

Art. 189. As Normas de Conduta e Atitudes, com suas conseqüências na formação do adolescente, dentro e fora do universo escolar, devem criar condições para que o desenvolvimento de sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos da sociedade brasileira, incorporando-lhe os atributos indispensáveis ao seu crescimento social.

Tem-se a proposta na ECIM, na qual por meio das normas de Conduta e Atitudes os alunos poderão ser auxiliados em sua formação não somente na escola como também fora dela, assim poderão desenvolver sua personalidade, compreender a importância da ética na sua vida e no meio social em que vive.

Além disso, no art. 196 do Manual (BRASIL, 2020, p.58), é frisado algumas ponderações acerca dos uniformes

Os uniformes das Ecim estão previstos nas Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos. As Normas permitem aos estados e aos

municípios definirem a cor e o tecido dos uniformes, desde que respeitadas as condições mínimas exigidas pelas Normas.

Art. 197. É fundamental a correção na apresentação individual e coletiva de todo o efetivo das Ecim, em qualquer que seja a situação.

Os Monitores devem orientar os alunos quanto à limpeza e à conservação dos uniformes, bem como à sua boa apresentação pessoal. Ressalta-se a importância do uso do jaleco branco pelos docentes em sala de aula.

Os alunos da ECIM devem estar todos uniformizados de acordo com as exigências das normas, com isso cabe também aos monitores orientá-los para bem conservar seus uniformes limpos, em relação aos docentes devem utilizar jaleco branco. Em relação aos uniformes, observamos o fato de que em escolas cívico-militares a utilização de uniformes faz parte de sua Disciplinarização. Nesse tipo de instituição, a apresentação pessoal dos alunos é de extrema importância, algumas escolas até mesmo utilizam de fardamentos como parte do uniforme escolar e apresentação pessoal dos alunos em escolas como essas são parte do processo disciplinarizador e padronização, uma forma de inculcar-lhes a obediência cega. É o poder silenciando-os.

Quando pensamos na uniformização escolar, remetemos a uma ideia de padronização de forma de apresentação individual e coletiva dos alunos para padronizá-los de uma forma a que esses possam ser reconhecidos onde estiverem. Trata-se de identidade coletiva escolar do programa, cabe, porém, indagar, que esse uniforme poderia ser uma apresentação e formalização simbólica da identidade desse local, quando falamos de poder simbólico nos lembramos do autor Bourdieu quando enfatiza que objetos e coisas podem se tornar símbolos e nesses símbolos tem Poder.

Esse poder atribuído a coisas de forma simbólica, dá a elas simbolicamente reconhecimento e poder, poder esse futuramente chamado de Poder Estrutural uma forma de manipulação desse sujeito, através do poder simbólico atribuído a uma coisa, nesse caso, o uniforme/forma de padronização e modelação do corpo do sujeito.

Assim na visão Foucaultiana de modelação e docilização dos corpos do sujeito, o poder disciplinar retoma sobre os alunos da ECIM no primeiro ano de adesão, os quais passam por um período de adaptação “[...]. Art. 202. O período de adaptação poderá ocorrer antes do início do ano letivo ou durante as primeiras semanas de atividades escolares, devendo se encerrar com a formatura de recepção dos novos alunos à escola”. (BRASIL, 2020, P.59).

O patrimônio escolar deve ser zelado por todos, assim “[...] 212. O zelo e a funcionalidade de todas as áreas são aspectos que, pela influência que exercem no

processo educacional, devem ser exigidos com persistência pela Direção Escolar e por todas as instâncias de chefia”. (BRASIL, 2020, P.59).

A ECIM institui nas escolas das redes públicas e municipais algumas regras e normas de conduta que levam os alunos a seguir o que lhes é apresentado, como se diz ser uma tentativa de melhorar a qualidade de ensino. O fato é que os alunos são submetidos a um modelo já existente, que padroniza, que dociliza, levando-os a um processo ensino-aprendizagem já estabelecido em escolas militares. Em relação à parte documental, o Projeto Político Pedagógico (PPP) na ECIM, de acordo com o Manual:

Art. 85. As Ecim são unidades de ensino diferentes entre si, porém submetidas a objetivos semelhantes. Por isso, o Projeto Político-Pedagógico das Ecim será elaborado, tanto pelas escolas, respeitando as suas características e singularidades, quanto pela Pecim, a fim de preservar a essência do modelo, conforme o referido documento. (BRASIL, 2020, p.42).

Em 2020 não tivemos acesso ao PPP da escola cívico-militar, a ausência de dados tão importantes e, ou documentos, tais como o citado dificultou a análise documental e o levantamento de dados e registros sólidos para uma análise mais completa e eficaz. Sabemos que a proposta foi um projeto recente de 2019 e isso dificultou também liberação da nossa entrada nas escolas, situação essa que fez nossa pesquisa tomar o rumo que tomou. E ir pelos caminhos que fomos!

3.8.1 Observação da cultura escolar regidas pelo PECIM, análise do PPP e breves reflexões sobre uma das Escolas: Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito)

A mudança da metodologia inicialmente escolhida para a realização dessa pesquisa tem como fundo a negativa de acesso às dependências físicas de uma unidade de escolas que tem como sistema de ensino o PECIM, o qual determina as normas e regras a serem seguidas pelos gestores, nesse caso específico a negativa de acesso físico e documental partiu dos gestores da Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito), através do Programa PECIM (Programa das Escolas Cívicas Militares), a qual foi oficialmente inaugurada em 02 de agosto de 2021, com a presença de autoridades governamentais e parceiros do programa.

Nesse sentido, e diante das respostas negativas sem explicações das instituições militares a um possível acesso nosso nas dependências, trazemos aqui as informações que conseguimos acessar e que estão publicadas no site da Sed/MS, no qual consta que o prédio foi idealizado para ser uma Escola Cívico-Militar e entrando, posteriormente, no Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), do Governo Federal, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar. A EECIV Professor Tito, também conhecida como “Escola de Vencedores”, obteve o maior IPECIM (0, 805) do Brasil.

De acordo com os dados acessados contidos no site da Sed/MS, o Índice do Programa das Escolas Cívico-Militares avalia o nível de adesão ao Programa nos seguintes objetivos estratégicos: Gestão Escolar, Ambiente Escolar, Práticas Pedagógicas, Aprendizado e Desempenho Escolar dos alunos. A avaliação foi realizada pelo MEC, pela Universidade de Brasília e pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, por isso essa seria a escola foco primordial dessa pesquisa.

Esses dados advindos do Sed/MS destacam ainda que os estudantes precisam ser protagonistas e autores do próprio projeto de vida, além de que a filosofia de ensino contempla a dimensão cognitiva e o universo socioemocional do estudante. Outro fator determinante para o sucesso da proposta pedagógica da “Escola de Vencedores” é o trabalho com valores, uma vez que prezam os valores necessários ao desenvolvimento de competências, os quais conduzem o estudante a ser um sujeito crítico, pensante e capaz de intervir e transformar a sociedade.

No que se refere à localização da escola, trata-se de uma instituição urbana em Campo Grande, cidade capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim, os dados pesquisados que constam no Sed/MS apontam que os Níveis de ensino oferecidos por essa instituição é fundamental e médio, ou seja, trabalha com a oferta de turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, além do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. É importante observar que todas as turmas estão inseridas no sistema de ensino em tempo integral, através do Programa “Escola da Autoria”.

Além disso, é demonstrada uma expressiva quantidade de estudantes que frequentam essa unidade escolar, ou seja, são 420 estudantes da Rede Estadual de Ensino (REE), matriculados na Escola Estadual Cívico-Militar Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito.

Outro dado importante a que tivemos acesso sobre a Escola Estadual Cívico-Militar Alberto Elpídio Ferreira Dias, foi o investimento liberado pelo governo Federal no montante de R\$ 4,4 milhões de reais. O prédio possui uma estrutura composta por 14

salas de aula e quadra de esportes coberta com arquibancada, totalizando 3,6 mil m² de área construída. A EECIM – Professor Tito conta ainda com biblioteca, cantinho da leitura, sala de informática, cantina, despensa, área de descanso, espaço de múltiplo uso e um palco, além de toda estrutura administrativa e banheiros, todos com acessibilidade.

Portanto, vale observar também que houve outras tentativas e todas negadas pela instituição em dar informações pertinentes a essa pesquisa e que pela negativa por parte da direção da escola acima citada, vários questionamentos ficaram sem possibilidade de serem esclarecidos, tais como: quantidade de funcionários efetivos, terceirizados ou contratados, identificando quais as áreas/setores que têm carência de pessoal. Abordar quais seriam as características econômicas, sociais e políticas dos estudantes e que fatores explicariam a constituição dessa escola e dessa comunidade. Quais as atividades que a escola tem desenvolvido, além de que pretendíamos, inicialmente, realizar a leitura e análise do regimento escolar e conhecer qual a concepção de avaliação, recuperação, promoção que esse regimento mostra. Em sala de aula buscaríamos identificar como ocorre o relacionamento do professor e aluno em sala de aula. Como seria o comportamento dos alunos em sala de aula? Como seria a avaliação do professor com os alunos?

Já no que se refere às famílias também pretendíamos identificar, o papel que a família atribui à escola; como os alunos se relacionam entre si, como são as relações no contexto escolar. Referente à profissão de professor: identificaríamos a formação do professor e sua trajetória de formação continuada que ele (a) faz para melhorar a sua situação profissional e a da categoria, se participa de cursos de formação continuada, quais as influências econômicas, sociais e políticas em sua atuação; seus conhecimentos sobre seu plano de carreira, todavia ao encontrar entraves para a realização da pesquisa in loco foi necessário um novo direcionamento, o qual foi realizado por meio da análise de dados fornecidos pelos sites de internet. Para comprovar as nossas tentativas de acesso a uma dessas unidades escolares cívico-militares, segue um breve histórico:

Na data de 14 de março de 2022, realizamos o contato com uma das unidades cívico-militar: Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito) (direção escolar) do Estado de Mato Grosso do Sul em Campo Grande, para a tentativa de apresentar nossa proposta de observação da Dissertação e para solicitar o PPP para uma possível análise. Sem sucesso de resposta! Somente em 16 de junho do mesmo ano na nossa segunda tentativa, conseguimos resposta sobre nosso pedido de observação proposta pelo projeto, mas a resposta foi uma negativa.

O diretor da unidade escolar pediu que entrássemos em contato com a Sed/MS de Campo Grande para solicitar por lá, pois é um projeto novo e não tem autorização para deixar ninguém realizar nenhuma pesquisa na escola. Pesquisei nos sites da Sed/MS o e-mail para contato, no entanto, estão desatualizados dificultando acesso à instituição.

Logo, em uma última tentativa de contato pedi a um conhecido que atualmente trabalha na Cre-10 do município de Paranaíba-MS, a fim de que me ajudasse conseguir esse contato atualizado, no entanto sem sucesso novamente, não houve negativa simplesmente não obtive resposta até o presente momento, situações como essa dificulta a pesquisa, a qual se tornaria pesquisa com coleta de dados e pesquisa de campo. Percebemos que fatos como esses podem ser considerados relevantes para nossa pesquisa, visto que a ausência de dados também é considerada um dado importante.

Importante ressaltarmos que em muitas cidades e estados brasileiros a proposta não tem dado certo, devido ao modo como são realizadas os métodos e metodologias utilizadas na rotina escolar.

Um exemplo dessa afirmação seria a Escola da cidade de Chapadão do Sul, que iniciou o projeto em parceria com a PM em uma de suas escolas e após a proposta não ser como a população desejava ou esperava foi desativado. Também como consta na reportagem já citada, em que no estado de São Paulo, a justiça barra a criação de escolas cívico-militares. Isso nos é percebido como falta de aprovação pela maioria da população brasileira com respeito à rigidez desse sistema de ensino e o sigilo que buscam manter a respeito de suas atividades pedagógicas.

3.8.2 Identificação: Escola Estadual Cívico-Militar Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito.

Dados:

Telefones:(067) 3355-6440

E-mail:eepaefd@sed.ms.gov.br 50034626 02.585.924/0456-57

Órgão Mantenedor: Secretaria de Estado de Educação.

Estado: Mato Grosso do Sul.

Município: Campo Grande.

Decreto de Criação n. 15.119 de 14 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial n. 9.803 de 16 de dezembro de 2018.

Rua Faride George, 1.344 – Bairro Jardim Anache.

CEP: 79.017-185.

Telefone da escola: (67) 3355-6440.

Sites da escola: <https://pt-br.facebook.com/eecmprofito>

Credenciamento e autorização de funcionamento do Ensino Fundamenta e Médio, conforme Res. n. 3.627, de 12 de setembro de 2019, publicada no Diário Oficial n. 9.986, de 13 de setembro de 2019. Resolução que credencia para oferta do ensino de tempo integral: RESOLUÇÃO/SED Nº 3.627, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019.

3.9.2 Análise do PPP (2022): breves reflexões

É importante destacar que só tivemos acesso ao PPP no ano de 2023, atualmente disponível no site⁸ da SED/MS. Com isso foi observado que a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cívico-Militar Prof. Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito resultou de um processo de construção em consonância com a Secretaria de Estado de Educação e oficiais do Corpo de Bombeiros Militar, iniciado pela Direção, Coordenação Pedagógica, Professores e Administrativos como objetivo de implementar uma matriz de trabalho pedagógico e administrativo junto à comunidade interna e externa.

Nesse sentido, esse documento está subsidiado pelas diretrizes da Constituição Federal (1988) e Estadual (1989), conforme as proposições do Capítulo III, Seção I quando trata da Educação, da Cultura e do Desporto. No entanto, cabe, porém, indagar se de fato a sua efetividade se faz tão eficaz quanto se apresenta sua proposta para isso iremos analisar seus marcos:

Este PPP encontra-se dividido em três marcos, a saber: Marco Atual: identifica, explicita e analisa a situação atual da escola, os seus problemas as necessidades e as potencialidades presentes em sua realidade escolar, comparativamente ao conjunto de ideais apresentados no Marco Desejado. Marco Estratégico: apresenta as propostas, as linhas de ação, os enfrentamentos e a organização da

⁸ Disponível em: <http://www.sistemas.sed.ms.gov.br/PortalSistemas/PPP>

escola para avançar do Marco Atual para o ideal proposto pelo Marco Desejado. Marco Desejado: expressa a opção e os fundamentos teórico-metodológicos para as Ecim, ou seja, aquilo que a Secretaria de Estado de Educação e a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) entendem como sendo seu ideal de estudante, escola, sociedade, prática educativa, recursos diversos (humanos, materiais e simbólicos), entre outros. É importante salientar algumas características desse ser humano e processo de formação: almeja-se a condição de autoria, pesquisa e projeto de vida. (PPP. 2022, S/P)

Sabe-se que esses marcos são direções para que a proposta possa ser implantada de forma potencial, segundo o documento a Escola Prof. Tito é uma unidade de ensino diferente, alicerçada nos princípios pedagógicos do RESPEITO e da DISCIPLINA, porém submetida a objetivos semelhantes das demais escolas que compõem a Rede Estadual de Ensino que é a formação integral do estudante.

Ainda esse documento ressalta que é essencial o trabalho com valores para propiciar uma mudança de comportamento e de visão de mundo do educando. Com isso há uma concepção de missão, a qual destaca que a “Missão e visão é promover a melhoria da qualidade da educação básica nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, por meio de uma gestão de excelência nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, ser ‘reconhecido’”. Cabe, porém, indagar se essa efetivação é de fato possível dentro desta dinâmica de valores, os quais serão mais abaixo ressaltados:

Valores: Civismo – Colocamos o bem da comunidade escolar e da sociedade em geral acima dos interesses individuais.

Dedicação – Acreditamos que, tanto no trabalho quanto nos estudos, precisamos empenhar o melhor dos nossos esforços.

Excelência – Buscamos o mais alto nível de qualidade em tudo o que fazemos.

Honestidade – Pautamos as nossas relações pela verdade, integridade moral e correção de atitudes.

Respeito – Procuramos tratar os outros com deferência e atenção a sua dignidade e a seus direitos, bem como respeitar as instituições, as autoridades e as normas estabelecidas.

Disciplina – É a capacidade aprendida de estruturar uma condição mental de transpor os obstáculos de maneira consciente a fim de obter um resultado pretendido.

Estudo – É o meio pelo qual o nosso estudante alcançará os objetivos educacionais almejados.

Resultado – É a razão de ser de todo o esforço concentrado no processo de ensino e aprendizagem e que norteia a arquitetura das estratégias pedagógicas. (PPP. 2022, S/P)

Como ressaltado no PPP, os valores são mais que foco para execução de um trabalho, é imposição de arquitetura e práticas disciplinares para organizar os métodos de ensino das propostas desses modelos de instituições, nesse sentido com ênfase a palavra

“correção” retrata com maestria o papel da instituição, o qual é pautado na disciplina e docilização de corpos hábeis a respeitar instituições, autoridades e normas.

A respeito do Histórico da escola da Escola Estadual Cívico-Militar Prof. Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito, cabe afirmar que foram iniciadas as atividades no ano letivo de 2020, em tempo integral, oferecendo as modalidades de ensino do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, tendo seu planejamento de vagas para 420 estudantes. A unidade escolar conta com a parceria do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, assim afirma-se no projeto político pedagógico.

Esse documento também traz conhecimentos sobre o Patrono Prof. Tito, o qual fora nascido aos 27 de fevereiro de 1925, na cidade de Assunção, Paraguai e registrado como nome de Alberto Elpídio Ferreira Dias, filho de Elpídio Ferreira Dias e Catarina Vacaro Ferreira Dias. Assim vindo a naturalizar-se brasileiro em 17 de novembro de 1982, conforme Portaria n. 738, de 03 de novembro de 1982, expedida pelo Departamento Federal de Justiça, do Ministério da Justiça. Ele fora casado com Zuleika Bogalho de Oliveira, brasileira, nascida em Três Lagoas.

De acordo com as informações do projeto político pedagógico o Patrono graduou-se Contador no ano de 1945, pela Escola Técnica de Comércio “Carlos de Carvalho”, em Campo Grande/MS. No que se refere à sua atuação profissional, ele foi Professor Titular de Contabilidade Geral e Contabilidade Comercial, na Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administração de Campo Grande na FUCMT, atualmente UCDB. Mas também foi servidor do Quadro permanente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 01 de fevereiro de 1984 a 04 de novembro de 1994 e, por fim, aposentou-se como cargo de Auditor de Controle Externo Especial.

Portanto, o professor Tito recebeu o título de Cidadão Campo-grandense, em 09 de agosto de 1979, concedido pela Câmara Municipal de Campo Grande, pelos relevantes serviços prestados à cidade. Ele faleceu em 26 de março de 2009. Nota-se que pelos inúmeros serviços prestados à educação, a Lei n. 4.828, de 10 de março de 2016, publicada no diário oficial em 16 de março de 2016. Nomeou a escola em construção, a qual é localizada na Rua Faride George, 1.344, no Jardim Anache, município de Campo Grande.

A respeito à organização do tempo nas Escolas ECIM, Segundo o PPP (2022, S/P) com relação aos horários de funcionamento a escola atua no período de tempo integral, assim as aulas iniciam às 06h40min com a Formatura Matinal e o canto do Hino

Nacional e terminam às 16h30min, após a conclusão do 9º tempo de aula. Nesse formato de Escola Cívico-Militar, não existe tolerância para atraso, uma vez que a pontualidade e a assiduidade são Cláusulas Pétreas dessa modalidade de ensino.

Já a organização e gestão da prática pedagógica busca atingir os objetivos da escola, assim no PPP (2022, S/P), consta que a “Equipe Gestora da E. E. Cívico-Militar Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito tem plena convicção de que os alicerces da verdadeira educação de qualidade são: disciplina, respeito, ensino forte, Estudo e resultado”, assim novamente há indícios de que há disciplinarização nessa escola, inclusive, por ser a primeira na enumeração, a qual é a que vem em destaque como crucial para que os resultados posteriores ocorram. É imprescindível afirmar que há implícita a informação: sem disciplina não há respeito nem ensino forte, estudo e muito menos resultado.

A partir dessa concepção pedagógica, faz-se necessário que todos os integrantes do Estabelecimento de Ensino se conscientizem que os Profissionais das diferentes áreas e funções devem contribuir decisivamente para a consecução dos objetivos da escola. Nesse sentido, “as reuniões pedagógicas são espaços privilegiados para a discussão da prática de sala de aula, configurando um ambiente propício para a reflexão, a busca de soluções dos problemas que surgem e para o compartilhamento de novas metodologias de ensino.” (PPP, 2022, S/P).

Ainda segundo o PPP (2022), a Instituição Educacional propõe como medidas de melhoria da organização do desempenho a participação efetiva de toda a comunidade escolar a partir de reuniões periódicas com todos os segmentos. O espaço escolar é marcado por toda uma série de rotinas disciplinares, objetivando dispor de mecanismos que possam estabelecer não somente a preparação dos indivíduos para estarem socializados, condicionados aos preceitos morais e legais de ordem nas relações sociais e dentro da civilidade, ou seja, sujeitos docilizados, prontos a atender as demandas capitais os “bons sujeitos”.

Ao analisar o PPP, é pertinente destacar a organização curricular, a qual consta no PPP (2022):

Quanto às ações que a escola desenvolverá em prol da melhoria da aprendizagem de nossos estudantes, tomamos como referência aquilo que estabelece a Base Nacional Comum Curricular-BNCC, por meio do Currículo de Referência de MS, buscando promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. (PPP, 2022, S/P)

Nesse sentido, conforme a citação, observa-se que o PPP da escola visa também seguir os demais documentos oficiais, tais como a BNCC e o Currículo de Referência de Mato Grosso do Sul para que sejam contemplados os desenvolvimentos dos estudantes.

No entanto, no que diz respeito ao currículo das Escolas Militares, Benevides e Soares (2015, p. 5) relatam que embora haja um currículo básico, com conteúdo mínimo, que deve ser seguido por todas as escolas ECIM, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em dezembro de 1996, deixa uma margem de diversificação do currículo, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar. Na diversificação curricular estão colocadas atividades pautadas na memorização de hinos e canções, ordem unida, que trabalha a repetição de movimentos relacionados à marcha e ao carregamento e hasteamento de bandeiras, tal como realizado com o corpo de profissionais militares. Atividades que não estão ligadas ao desenvolvimento intelectual dos alunos, pelo contrário, preconizam movimentos de memorização, movimentos corporais repetitivos, o que na visão Foucaultiana esse processo seria a docilização dos corpos.

Assim, a EE Cívico-Militar Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias – Prof. Tito como em outras, possui um caráter de modeladora, o PPP (2022) ainda ressalta que tem ações, projetos que promovem a autonomia e o protagonismo dos estudantes. Além disso, ainda reforça que o professor tem o papel de mentor, mediador, incentivador e facilitador da aprendizagem dos estudantes no desenvolvimento das competências socioemocionais, valorizando a cooperação e a criatividade.

Entretanto, em nossa análise, os princípios adotados na formulação do PECIM, por meio das escolas cívico-militares instituem um modelo de gestão de escola e de sala de aula que reproduz as relações hierárquicas de poder e meras repetições, e não valorização da criatividade.

Nesse contexto, ficam patentes as características que identificam o Discente do Colégio TITO: pesquisador, Autor e Arquiteto do próprio Projeto de Vida. No que diz respeito ao Regulamento das ECIM, encontra-se a finalidade, os princípios, valores e fundamentos que embasam o Programa. A finalidade das Ecim está descrita como “prover uma educação básica de qualidade proporcionando ao seu corpo discente o desenvolvimento integral, a preparação para o exercício da cidadania e a capacitação para prosseguir nos estudos posteriores e no exercício de sua atividade profissional” (BRASIL, s/d, p. 6). No entanto, o que está escrito se esbarra na realidade da instituição. As relações de poder não são uniformes, não estão localizadas em um espaço central e nem residem

em determinado sujeito, ao contrário, o poder se manifesta em formas múltiplas, neste caso, como já citado em outros recortes da pesquisa o poder disciplinar na visão foucaultiana. Na sociedade contemporânea, estas relações de poder percorrem todos os espaços sociais, todas as estruturas, integradas, interligadas, associadas. Todos os indivíduos são sujeitos, passíveis de ser sujeitados pelo poder disciplinar.

Segundo o PPP (2022) as atividades planejadas na escola dentro do ‘Projeto Valores’ devem permitir o envolvimento de todos os profissionais e difundir os valores das Ecim e outros definidos pela escola. O projeto deve ser avaliado continuamente, a fim de se verificar se os resultados alcançarão objetivos desejados, propiciando subsídios para aperfeiçoá-lo.

Ainda no PPP (2022), verifica-se que “O Projeto Valores” era elaborado pela Coordenação Pedagógica em parceria com a Seção Psicopedagógica e a colaboração do Corpo de Monitores e com consulta a professores e agentes de ensino. Por isso, e também pela abrangência e importância que o assunto requer nas Ecim, será abordado também na Gestão Educacional, apesar de já ter sido abordado nas Diretrizes para a Gestão Didático-Pedagógica.

Vale destacar que esse projeto, de acordo com o PPP, visa alcançar as dimensões de desenvolvimento das competências gerais da BNCC, as quais contemplam valores fundamentais para a formação e para o exercício da cidadania dos docentes, crianças, adolescentes e jovens e apresentando uma propositura de desenvolvimento da autoconfiança e da empatia, aspectos essenciais para a humanização das relações dos indivíduos.

Todavia ao trabalhar as dez competências gerais da BNCC não esgotam as possibilidades de a escola elaborar projetos específicos que contemplem as demandas de valores que o contexto escolar requer, por isso ele também busca contribuir, diariamente, no desenvolvimento de pequenas atitudes, as quais promoverão que auxiliem os alunos a se construírem como agentes de transformação em prol de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. Portanto, tais ações são destacadas como missão primordial das Ecim.

Também consta no PPP (2022, S/P) que

A ênfase na educação em valores é essencial na sociedade atual, que exige do profissional, além das competências cognitivas, uma formação mais humanista e comprometida como social. Por exemplo: os conhecimentos disciplinares formam o militar, o médico, o professor e o empresário, mas são os valores que irão formar o militar patriota, o médico que realmente se preocupa com a

vida, o professor comprometido com o aprendizado dos seus alunos e o empresário honesto e íntegro.

O recorte acima, cita sobre a importância de um profissional capaz de desempenhar sua função de forma humanizadora, utilizando mais que seus conhecimentos cognitivos, uma educação humanitária. No entanto como um sistema tecnicista pode propor uma educação libertadora e humanizadora.

Além disso, no PPP também traz a questão da Gestão Democrática, na qual se frisa que “é uma Gestão compartilhada com os Oficiais do Corpo de Bombeiros proporcionando à Escola uma dinâmica diferenciada no que concerne aos valores ligados à cidadania, ao patriotismo e, principalmente, ao gerenciamento administrativo e às normativas da disciplina escola”.

Portanto, a palavra “disciplina” aparece vinte quatro vezes no projeto político pedagógico da instituição, a qual é a todo momento destacada como fundamental nesse processo de ensino, assim também faz parte do processo centrado na hierarquia, o qual contribui para que os corpos sejam dóceis.

3.8.3 Um olhar reflexivo voltada para a educação, a escola Cívico-militares e a relação professor/aluno no desenvolvimento crítico do educando

A relação professor aluno na atualidade tem sido um grande desafio. De acordo com Beloti e Faria (2010, p.1)

Percebe-se, de uma maneira geral que, os professores estão descontentes com sua profissão, e, portanto, não vão além do que passar os conteúdos do currículo que lhes foi apresentado. Observa-se também que a indisciplina impera nas salas de aula, não há respeito do aluno com o professor e este não se preocupa com o aluno. Não se preocupa se ele está adquirindo conhecimentos ou não. Muita coisa mudou, mas muita coisa ainda precisa ser analisada e modificada. Parece-nos que o grande desafio dos educadores está em reverter a relação de desencontros, de conflitos e de pré-conceitos estabelecidos entre a escola, os professores e os alunos.

Os professores estão descontentes com sua profissão por diversos motivos, a desvalorização financeira e moral, os desrespeitos por parte do sistema opressor, a má relação entre gestor/educador e aluno/professor. O desafio de construir laços em sala de aula, torna-se ainda maior na medida que as situações e conflitos diários tomam lugar da paz nas relações sociais no âmbito escolar. Em instituições como a ECIM os professores são de certa forma oprimidos para também assim como o aluno obedecer as normas e

regras, o educador além de ter que cumprir também passa a ter o papel de zelar por essas, ou seja vigiar o aluno e se necessário puni-lo segundo o regimento se houver descumprimento, dificultando ainda mais o estabelecimento de vínculos. Aquino (apud BELOTTI; FARIA, 2010, p.1) ressalta:

A relação professor-aluno é muito importante, a ponto de estabelecer posicionamentos pessoais em relação à metodologia, à avaliação e aos conteúdos. Se a relação entre ambos for positiva, a probabilidade de um maior aprendizado aumenta. A força da relação professor-aluno é significativa e acaba produzindo resultados variados nos indivíduos.

É afirmado que o diálogo e a amizade entre professor e aluno cotidianamente permite um método, um avaliar e a mediar uma troca de conteúdos de forma mais significativa, eficiente e eficaz tanto para quem ensina como para quem aprende. O relacionamento (constituição de vínculos) é importante e necessário, conhecer a realidade um do outro, torna a sala de aula um local familiar e agradável de se estar.

É considerado por Belotti e Faria (2010, p.2) que:

Muitas escolas ainda seguem essa abordagem, no entanto, a nossa LDB é bem clara quanto às mudanças. O conhecimento é considerado uma construção contínua. A educação resume-se em provocar situações de desequilíbrio para o aluno, adequado ao seu desenvolvimento, para que ele aprenda a interagir nessa situação.

Para que o professor possa obter sucesso na construção do conhecimento é preciso desequilibrar o educando, despertando seu interesse a participar da construção do saber que se dá continuamente.

BELOTTI; FARIA (2010, p.2) citam que:

Se a escola tem como objetivo a integração dos indivíduos na sociedade, deve-se procurar fazer com que as crianças sintam-se aptas a captar os ensinamentos. No entanto, o que se tem visto ultimamente são apenas os professores passarem seu conhecimento, sem se importar com a realidade do aluno. Isso acaba prejudicando àqueles alunos que vem, por exemplo, de periferias ou de outras localidades onde a realidade é diferente. Sendo assim, essas crianças têm maior dificuldade em aprender e se comunicar. Nesse caso, percebe-se o desinteresse do professor em refletir sobre seu papel e o conteúdo que propôs.

O interesse do aluno em aprender está ligado à sua realidade, pois assim terá como debater, refletir, considerar. Ensinar na atualidade exige práticas atuais que favoreçam aprendizagem a partir do contexto do educando. Na atualidade esse

desinteresse de ambos (alunos e professores) principalmente em se tratando de alunos mais vulneráveis, gera a evasão escolar. Apesar dos desafios o educador deve buscar o resgate dos vínculos. Mesmo em instituições onde esse estreitamento de laços é extremamente difícil, cabe ao docente traçar estratégias junto a instituição para desenvolver junto ao aluno meios para estabelecer vínculos e assim fortalece-los.

É interessante ressaltar em conformidade com Belotti e Faria (2010, p.2):

Na atualidade, é impossível falar em qualidade de ensino, sem falar da formação do professor, pois são questões que estão intimamente ligadas. Antigamente, terminada a graduação, os professores atuavam da mesma maneira até o resto da vida. Não existia reciclagem, a maneira de lecionar era uma só. Passavam-se os conteúdos, o conhecimento que eles tinham adquirido e pronto. Não havia questionamentos por parte dos educandos e nem mesmo uma relação de amizade entre eles. O professor era o poder. O aluno apenas obedecia. Hoje a realidade é diferente, a formação do professor é permanente, e é integrada no seu dia-a-dia nas escolas.

Os conhecimentos críticos e reflexivos que estão sendo ensinados através das práticas docentes pautadas e direcionadas à educação devem ser de cunho humanísticas. Devem ser propostas e pautarem em promover ‘o debate e desenvolvimento’ de suas ‘potencialidades intelectuais’, ‘capacidades de reflexão crítica’ e no ‘esclarecimento’ necessário para que os sujeitos atinjam ‘maturidade intelectual’, e o tornando ‘apto as suas funções ativas de cidadãos autônomos como parte da sociedade’

A educação deve funcionar como um ‘mecanismo de esclarecimento e dar à luz ao conhecimento’. Pode-se dizer que é por meio do ‘processo de educativo que o homem se constrói’ se ‘faz’ e aprende a viver em sociedade. As diversas fases que a educação tem passado através dos tempos servem para ressaltar sua relevância no universo humano.

Em todo esse processo de aprendizagem do indivíduo/sociedade a ‘escola’ se torna o meio, veículo e local onde se pode fazer cumprir esse direito, e ela precisa se adequar e cumprir o seu papel como instituição ‘educadora’, ‘formadora’ e transformadora’, trabalhando no interesse de consolidar e ampliar o processo de esclarecimentos das pessoas, para contribuir na construção de diversos conhecimentos.

Ainda que em instituições com ECIM, e ainda que enfrentando um sistema ditador, o docente deve ser a resistência. O professor/educador tem nesse processo um papel fundamental, pois será de sua competência ser o ‘intermediário’ ou ‘condutor’ entre teoria e prática, e terá a função de despertar nos educandos a curiosidade necessária para estes buscarem uma compreensão sobre os valores e caracteres da participação nos

processos da sua formação individual ou coletiva como da parte da sociedade, romper com os cárceres da ignorância, ainda que dentro de instituições tecnicistas e modeladoras de corpos dóceis.

O convívio na sala de aula entre professor aluno deve ir além de quem ensina e quem aprende, senão a aprendizagem e a convivência não vão se proceder de forma plausível, construção de vínculos são necessárias no cenário atual. Muitas vezes são muitos desencontros, corpos vão sendo docilizados, interesses vão sendo diminuídos. O que se fazer diante deste cenário.

Considerando que “[...] isso não significa que se devem abandonar todas as técnicas aprendidas nos cursos de graduação, no entanto, deve-se acrescentar a essa prática o que se aprende no cotidiano escolar, pois sempre existirão situações conflitantes e o professor deve estar apto para tentar solucioná-las”. (BELOTTI; FARIA, 2010, p.2)

Nas palavras de Rocha e Carrara (2011, p.223):

Sob a perspectiva ético-moral, os comportamentos pró-éticos e pró-sociais funcionam como repertório básico que a criança pode e deve aprender e utilizar, desde logo, no convívio com seus pares mais próximos, como os adultos da família, os colegas da própria escola e em quaisquer outras situações de interação, de caráter lúdico ou socializante. O desenvolvimento dessa competência permite a essas crianças agirem como disseminadores, para outras turmas, de habilidades educacionais diversas para assegurar o desenvolvimento da cidadania.

É de suma importância que o aluno seja estimulado pelo seu professor a agir como cidadão, aprendendo as ações que devem realizar, conhecendo seus direitos, seus deveres, a importância também de construir sua cidadania no convívio social, ter boas relações sociais, e assim da mesma forma esse docente deve sempre buscar trabalhar com os seus pares, no intuito de socializar e assegurar desenvolvimento da sua plena capacidade social e socioemocional.

Seguindo as ideias de Dell Prete (apud CARRARA; ROCHA, 2011, p.224) entende-se que “[...] a noção de cidadania se articula, portanto, à de construção e reconstrução da identidade pessoal/social, mediando, por essa via, a emergência de ações coletivas que buscam uma reparação ou um equilíbrio nas relações entre categorias sociais”.

Dessa forma “[...] para que haja uma interação eticamente bem qualificada, as pessoas devem ser capazes de compreender os sentimentos uns dos outros e de demonstrar tal compreensão de maneira verbal ou não verbal sob uma perspectiva empática”

(FALCONE apud CARRARA; ROCHA, 2011, p. 224). Os indivíduos devem viver numa relação de troca e respeito aos sentimentos uns dos outros, se colocando um no lugar do outro. Nas ECIM perspectiva empática é sufocada pelos muitos segmentos e normatizações. (controle social)

Na concepção de Carrara e Rocha (2011, p.224):

A formação ético-moral do cidadão não se constitui repentinamente numa determinada fase do ciclo vital, nem se dá mediante simples exposição às regras sobre o comportamento ético ou a documentos formais sancionados pelas agências de controle social. A formação para a cidadania se consolida na medida em que, desde as primeiras interações sociais, as condições essenciais de formação do caráter estejam presentes e se organizem contingências para a sua instalação e manutenção. Seguramente, é na infância e na adolescência que podem ser assegurados os pré-requisitos essenciais para tal.

Dessa forma na escola é preciso haver oportunidade para que a criança interaja umas com as outras, com seu professor e com o componente curricular, isso deve ser de forma autônoma que valorize o seu pensar, os seus anseios e também sua forma de ser e sentir.

Moran (2007, p.8) assevera que “[...] a educação universal e de qualidade é percebida como a condição fundamental para o avanço de qualquer país. É o caminho necessário para evoluir, ser competitivo”. Isso significa que o indivíduo é educado a fim de contribuir para evolução e competição da sociedade onde mora.

Para Moran (2007, p.9) “[...] apesar dos avanços reais no Brasil, ainda estamos distantes de uma educação de qualidade. E com certeza caminhamos para o limite da irresponsabilidade, quando privilegiamos mais o lucro, o faz de conta, um jeitinho”. Educar para o lucro, para o acúmulo não implica qualidade, isso porque os alunos são treinados para contribuir na competitividade, evoluir como trabalhadores. Ainda para este autor,

A cada ano, a sensação de incongruência, de distanciamento entre a educação desejada e a real aumenta. A sociedade evolui mais do que as escolas e, sem mudanças consistentes e constantes, não avançaremos rapidamente como nação. Não basta colocar os alunos na escola. Temos que provocar uma educação instigadora, estimulante, provocativa, dinâmica, ativa, desde o começo e em todos os níveis de ensino. Milhões de alunos estão sendo submetidos a modelos engessados, padronizados, repetitivos, monótonos, previsíveis e asfixiantes (MORAN, 2007, p.9)

É indubitável que os educandos necessitam de uma educação de qualidade, porém muito ainda tem que mudar, adequar, a começar pela elaboração de novas práticas

que estimulam, provocam, instigam os mesmos para estarem mais conectados e interessados com a aprendizagem, na sua realização pessoal e profissional por meio da educação. Nesse sentido “[...] Moran (2009, p.9) afirma que “[...] a educação precisa de mudanças estruturais. A inadequação é de tal ordem que não adianta aperfeiçoamento, ajustes, remendo”.

Na visão de Moran (2009, p.10):

A educação é um todo complexo e abrangente que não se resolve só dentro da sala de aula. Ela envolve todos os cidadãos, as organizações e o Estado e depende intimamente de políticas públicas, e institucionais coerentes, sérias e inovadoras. Mas é na relação pedagógica que se centra o processo ensino-aprendizagem.

Educar não é uma prática simples e fácil, pelo contrário, requer um longo caminho de possibilidades, desafios, perspectivas e transformações, que devem visar uma relação pedagógica em que professor e aluno buscam juntos conhecimentos e um ajuda o outro, dialogando e refletindo.

Em se tratando da escola, Moran (2009, p.14) afirma que:

Tudo está acontecendo ao mesmo tempo: o atraso, a burocracia e a inovação. É importante ter uma visão realista, mas não desesperançada, niilista, destrutiva. Apostar mais na mudança, em novas possibilidades que se concretizam, do que no pessimismo desesperançador e corrosivo.

De fato, pode-se perceber que a escola tem tentado inovar em algumas práticas educativas, porém o processo ainda é muito burocrático, atrasado. Embora a realidade seja esta, é preciso ter esperança de que é possível mudar, muito deve ser trabalhado, inovado. Todos nós somos responsáveis pela educação, pois de acordo com Moran (2009, p.14):

A educação é um processo de toda sociedade – não só da escola – que afeta todas as pessoas, o tempo todo, em qualquer situação pessoal, social, profissional e de todas as formas possíveis. Toda sociedade educa quando transmite ideias, valores, conhecimento e quando busca novas ideias, valores, conhecimentos. Família, escola, meios de comunicação, amigos, igreja, empresas, internet, todos educam e ao mesmo tempo são educados, isto é, aprendem, sofrem influências, adaptam-se a novas situações. Aprendemos com todas as organizações, grupos e pessoas com as quais nos vinculamos.

O autor afirma que a sociedade também educa as pessoas, pois é transmissora do pensar, dos valores, do saber, valendo ressaltar que ela “[...] é educadora e aprendiz ao mesmo tempo” (MORAN, 2009, p.14-15).

Uma das possibilidades da melhoria educacional são os bons professores, que segundo Moran (2009, p.18):

Bons professores são a peça chave na mudança educacional. Os professores têm muito mais liberdade e opções do que parece. A educação não evolui com professores mal preparados. Muitos começam a lecionar sem formação adequada, principalmente do ponto de vista pedagógico. Conhecem o conteúdo, mas não sabe como gerenciar a classe, como motivar diferentes alunos, que dinâmicas para facilitar a aprendizagem, como avaliar o processo ensino aprendizagem, além das tradicionais provas.

O bom professor é aquele que trabalha a partir de seu bom preparo, ou seja, sua formação é essencial, além disso, deve saber gerenciar a classe, motivando os alunos em suas diversidades, trabalhando no dinamismo, facilitando o aprender, buscando novas formas de avaliação e não ser autoritário, pois em conformidade com Moran (2009, p.19):

O autoritarismo da maior parte das relações interpessoais, grupais e organizacionais, espelha o estágio atrasado em que nos encontramos individual e coletivamente no desenvolvimento humano, no equilíbrio pessoal e no amadurecimento social. E somente podemos educar para a autonomia e para a liberdade, com processos fundamentais participativos, interativos, libertadores, que respeitem as diferenças, que incentivem, que apoiem orientados por pessoas e organizações livres.

No processo ensino-aprendizagem, professor e aluno devem ter em vista a formação e o desenvolvimento de indivíduos que sejam autônomos, livres, que tenham a oportunidade de participar da educação, interagir, respeitarem e serem respeitados, enfim uma troca de conhecimentos, sentimentos e participação. Para tanto, o professor não pode ser autoritário, mas sim colaborador, participativo, dinâmico que saiba respeitar os limites, as possibilidades e o jeito de ser e aprender de cada aluno.

Seguindo ainda os dizeres de Moran (2009, p.21):

A educação tem de surpreender, cativar, conquistar os estudantes a todo momento. A educação precisa entusiasmar, encantar, seduzir, apontar possibilidades e realizar novos conhecimentos e práticas. A escola é um dos lugares privilegiados de elaboração de projetos de conhecimento, de intervenção social e de vida. É um espaço privilegiado de experimentar situações desafiadoras do presente e do futuro, reais e imaginárias, aplicáveis ou limítrofes. Promover o desenvolvimento integral da criança e o jovem só é possível com a união do conteúdo escolar e da vivência em outros espaços de aprendizagem.

Nas palavras acima, vimos que a educação deve ser diferenciada, ou seja, um momento cativante, surpreendente, encantador e sedutor para o educando e também para o educador. Em seu interior pode-se elaborar projetos voltados para o saber, para intervir na sociedade e na vivência das pessoas; expressando situações que desafiam o momento presente e as ações futuras que poderão surgir.

Por fim, Moran (2009, p.21) defende que na escola,

O currículo precisa estar ligado à vida, ao cotidiano, fazer sentido, ter significado, ser contextualizado. Muito do que os alunos estudam, está solto, desligado da realidade deles, de suas expectativas e necessidades. O conhecimento acontece quando algo faz sentido. quando é experimentado, quando pode ser aplicado de alguma forma e em algum momento.

Uma das possibilidades de não mais docilizar os corpos, seria assujeitar os alunos de acordo com uma abordagem curricular que seja ligada diretamente à vida deste, em que ele veja sentido em estar na escola e aprendendo algo que ele conhece, pois faz parte de sua realidade. Além disso, vai de encontro com seus anseios e necessidades.

Uma escola e educação de qualidade, a que muitos sonhos e descrevem em teorias, pode se tornar realidade, cotidianamente, numa ação em conjunto em que o Estado volte um olhar para educar de forma satisfatória com os interesses dos alunos e não com os seus, o trabalho auxilia na economia, na política, na vida da pessoa; mas além dele existem sonhos, anseios e o eu de cada um.

A ECIM é extremamente contraditória aos ideais de uma educação transformadora. Seus objetivos não foram atingidos. Apesar dos documentos normativos apresentar lindas propostas a efetividade da proposta se esbarra em muitas dificuldades, e resultando então em seu encerramento sendo anunciado nas mídias em 2023.

3.9. Governo Federal vai encerrar programa de ECIM

As Ditaduras contribuíram de forma direta como é o sistema educacional Brasileiro, o determinou através das Leis. Normas e decretos, que direcionam a educação, o aprendizado e o processo cultural nas escolas brasileiras, não diferente desse contexto está a ECIM. Instituída pelo PECIM em 2019 governo anterior e atualmente o Presidente Lula pretende encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).

O anúncio do encerramento do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), divulgado na quarta-feira (12/07/2023), deixou especialistas aliviados, mas não totalmente satisfeitos. De acordo com pesquisadores e ex-integrantes do Ministério da Educação (MEC) ouvidos pelo **G1 Revista**⁹ *on line*, é preciso que o governo seja mais incisivo contra a militarização na educação básica. Segundo alguns autores já ressaltados por esse trabalho em outros capítulos, essas leis educacionais foram feitas para tirar do povo a capacidade ‘reflexiva e as condições básicas para o desenvolvimento do pensamento crítico’ do povo.

Segundo Mariana Tokarnia¹⁰ (2023) – Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro, o programa foi alvo de elogios e de críticas, além de denúncias de abusos de militares nas escolas. Desde que assumiu o governo, a equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda como finalizar o Pecim sem prejudicar as unidades que aderiram ao programa.

É “importante frisar que o Programa que está sendo encerrado é o de iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, ou seja, distinto do ‘Projeto Escolas de Gestão Compartilhada’ que é executado em parceria com a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal”. Atualmente, o Projeto Escolas de Gestão Compartilhada no sistema público de ensino do DF está em execução em 13 unidades escolares da rede. Outras quatro escolas funcionam em parceria com o programa do MEC. Segundo Fabíola Sinimbu (2023) do jornal Agência Brasil resalta que: O Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) confirmou que outros estados receberam o ofício, mas ainda não se manifestou sobre o assunto. Alguns estados estão se pronunciando para manter o programa mesmo sem apoio das verbas do Governo.

Segundo a Revista G1 o MEC afirma que o modelo ECIM é excludente (não abrange todas as escolas), não tem resultados comprovados (faltam estudos e dados) e custa caro aos cofres públicos. No ano passado, o programa consumiu R\$ 64 milhões e atendeu o equivalente a 0,1% das escolas do país. Ainda a G1 resalta através de Fernando Cássio, professor de políticas educacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC), que o ministério deveria ter se posicionado de maneira “firme e categórica, contra a militarização”.

9. Disponível: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/13/escolas-civico-militares-decisao-do-governo-e-pouco-efetiva-e-nao-acaba-com-militarizacao-dizem-especialistas.ghtml>.

10. Disponível: <https://agenciabrasil.etc.com.br/educacao/noticia/2023-07/governo-federal-vai-encerrar-programa-de-escolas-civico-militares>

De acordo com ele, que também é integrante da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o formato não trouxe evidências ou dados que comprovem sua efetividade na **diminuição da evasão** e na inibição de **casos de violência escolar**, como havia sido prometido em sua implementação.

O que os estados vão fazer com suas escolas? Veja abaixo uma previsão que o MEC citou através da reportagem na G1:

ACRE:	<u>Fim do programa não deve afetar unidades do estado</u>
ALAGOAS:	<u>Escolas devem ser afetadas pela extinção do programa</u>
AMAZONAS:	<u>Secretaria estadual analisa a decisão que impacta sete escolas</u>
BAHIA:	<u>Única escola do modelo será mantida com recursos de Feira de Santana</u>
CEARÁ:	<u>Escolas cívico-militares municipais serão mantidas</u>
DISTRITO FEDERAL:	<u>Escolas militarizadas não seguem programa e serão mantidas</u>
ESPÍRITO SANTO:	<u>Escolas vão passar para administrações municipais</u>
MINAS GERAIS:	<u>Estado analisa futuro da gestão de 17 escolas</u>
MATO GROSSO DO SUL:	<u>Estado vai manter escolas cívico-militares; municípios avaliam</u>
MATO GROSSO	<u>Seduc-MT diz que irá manter escola cívico-militar</u>

PARÁ:	<u>Governo vai implementar programa de escolas cívico-militares no estado</u>
PARAÍBA:	<u>Municípios vão decidir se escolas continuam ou não no formato</u>
PARANÁ:	<u>12 escolas serão migradas para o modelo estadual cívico-militar, que já tem 194 escolas</u>
PERNAMBUCO:	<u>Rede estadual não aderiu ao programa, mas 3 escolas municipais aderiram</u>
PIAUI:	<u>Municípios mantêm escolas cívico-militares após fim de programa federal</u>
RIO DE JANEIRO	<u>Estado e município vão manter unidades cívico-militares</u>
RIO GRANDE DO NORTE	<u>Cinco escolas cívico-militares do RN serão afetadas</u>
SÃO PAULO:	<u>Tarcísio diz que vai criar programa próprio e ampliar unidades em SP</u>
TOCANTINS:	<u>Estado vai estudar novo formato para as escolas</u>

Como pode-se observar a tabela acima, referencia que em Mato Grosso do Sul a SED/MS tem interesse de manter as escolas. Muitos outros Estados estão se pronunciando, mas o MEC deixará a critério de cada Estado.

A G1 ressalta que o Ministério da Educação está jogando a responsabilidade para os estados e deixando implícito que eles têm autonomia para decidir o formato de suas escolas. Eu acho que, com isso, o MEC está abrindo mão do seu papel de estabelecer as normas gerais e as diretrizes da educação brasileira.

Ainda na revista citada acima Ximenes, professor de políticas educacionais, defende ainda que o formato militarizado é excludente e rígido, o que não é um parâmetro de qualidade. Além disso, Miriam Fábria Alves, membro da Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação (RePME), acredita que o que a escola militarizada evoca a ideia de uma instituição de qualidade, por supostamente ser uma instituição estruturalmente mais completa.

Professores e pesquisadores na atualidade ainda fazem muitas críticas ao programa, uma delas reforça que Escolas melhores estruturadas deveria ser realidade em todo o país, e não exclusividade de um formato tal como ECIM, maior infraestrutura. Ainda segundo a avaliação deles, a militarização cria uma diferenciação "muito perversa", uma vez que as escolas não militarizadas podem se tornar indesejadas por não oferecerem o mesmo resultado. Mais uma vez a ideia do sujeito ideal/alienado e massificado que busca ganhar o mercado de trabalho, e que não consegue perceber que foi programado para atender a demanda do capital

O governo é esse ser soberano que ter o poder de instituir e destituir, criar ou descreir, poder de vida e morte é dado ao poderoso Estado/Governo. Poder de decisão, de ora criou-se PECIM e agora vai encerrar e pronto! Afinal a sociedade é cheia de corpos dóceis formados e educado dentro de um padrão/ molde disciplinado visando apenas suprir a mão de obra barata, conseqüentemente, o Estado passa ter poder sobre a vida desse sujeito alienando-o ao sistema capital.

O governo pode por seu interesse fazer o inverso da desmilitarização, que foi o que ocorreu também quando disciplinas como sociologia, filosofia, antropologia e todos os outros saberes que contribuem para o entendimento dos processos estudados dentro das ciências sociais foram proibidas pelo Estado de participarem das grades curriculares do ensino em todas as suas esferas, com intuito de não oportunizar ao estudante disciplinas críticas/reflexivas que são geradores que conflitos e podem romper os cárceres da ignorância.

Somente após o fim da ditadura, com a força dos movimentos sociais, houve o retorno da 'sociologia no ensino médio brasileiro', isso ocorreu como 'fruto do intenso processo de mobilização e participação política da sociedade civil' em prol da instalação do 'regime democrático' e do 'exercício da cidadania', após um longo período da ditadura civil-militar.

A inscrição da Sociologia como disciplina obrigatória em todas as escolas (públicas e privadas) representou o reconhecimento legal do conhecimento das 'ciências sociais' como parâmetro fundamental na formação do povo brasileiro enquanto ser

humano, bem como a valorização de uma educação humanística e cidadã há muito menosprezado e negligenciada na nossa sociedade.

Disciplinas como sociologia, filosofia e outras da área de humanas e sociais aplicadas são disciplinas que auxiliam no processo do esclarecimento. Essas se tornam essenciais para estimular os alunos a alcançar conhecimentos necessários para uma maior compreensão e reflexão sobre as diferentes conjunturas sociais, econômicas, políticas e culturais da sociedade e de suas constantes transformações.

Essas disciplinas têm a responsabilidade de desenvolver nos sujeitos ‘a capacidade perceptiva’ e ‘reflexiva’ acerca das relações sociais e suas prerrogativas, são competências associadas ao profissional interessado em não apenas educar, mas também em preparar indivíduos aptos a interpretar e ‘discernir sobre sua realidade’ de forma mais clara, de modo que no futuro, esse aluno esteja preparado para contribuir nas ‘mudanças sociais’ necessários para a melhoria da ‘qualidade de vida da sociedade, na qual ele está inserido’.

Nos documentos analisados do ECIM não foram feitas referências a essas disciplinas, dando ênfase apenas á disciplinas tais como Português, matemática e outros projetos. Como instituições como ECIM irão proporcionar educação de forma integral, com ética e valores se disciplinas da base não são em momento nenhum incluídos em seus documentos norteadores, dificultando até mesmo saber se de fato nessas instituições são ofertadas essas matérias em seus currículos.

Referindo-se a um aluno questionador, temos em Santos a seguinte afirmação:

A sociologia ao se tornar uma disciplina obrigatória no ensino médio, certamente influenciou o fortalecimento dos cursos de Ciências Sociais. Assim, de modo geral, tem se trabalhado visando um aluno questionador, dinâmico, comprometido e que busque sempre compreender e estudar os fenômenos ocorridos ao seu redor. (SANTOS. 2022, p.2),

Com a reimplantação da disciplina de ‘sociologia, filosofia’ no ensino médio nas escolas brasileiras, que se pode ser observado como os processos de pensamento crítico se tornam instrumento eficazes na construção de um ‘debate político’ capaz co- relacionar as teorias entre senso comum e conhecimento científico. A necessidade de tomada de consciência do povo se dá por meio do ‘esclarecimento’ quanto aos assuntos diversos que os cercam em seu cotidiano, disciplinas como essas são uma forma de resistência e consciência crítica.

É de suma importância que o indivíduo aprenda e sinta a necessidade de pensar sociologicamente, pois

Pensar sociologicamente pode nos tornar mais sensíveis e tolerantes em relação às diversidades, daí decorrendo sentidos afiados, olhos abertos para novos horizontes, além das aparências imediatas, a fim de que possam explorar condições humanas, até então relativamente invisíveis. (BAUMAN, 2009, p. 15).

Ainda que dentro de uma escola modeladora/tradicional, o aluno/indivíduo estando em contato com a sociologia, filosofia, disciplinas da área de humanas e sociais aplicadas na escola terá a oportunidade de desenvolver seu pensamento sociológico, crítico-reflexivo, aprendendo a olhar o mundo, suas estruturas econômicas, sociais, culturais e políticas de forma mais minuciosa e crítica. Essa visão é necessária para que sujeito possa não mais viver na condição de alienado por influência da docilização de seu corpo e a sujeição de sua vida às normatizações e regulamentações que lhes são impostas na educação.

A partir desse momento de pensar por meio da sociologia e disciplinas da área de humanas e sociais aplicadas às ações e conhecimentos que nos são impostos, nos dizeres de Bauman (2009, p.15) “[...] nos aparecerá muito mais difícil aceitar que elas sejam imunes e impenetráveis a ações subsequentes – incluindo aí as nossas próprias ações”.

Assim sendo, “[...] A arte de pensar criticamente consiste em ampliar o alcance e a efetividade prática da liberdade. Quanto mais disso aprender, mais o indivíduo será flexível diante da opressão e do controle e, portanto, menos sujeito a manipulação” (BAUMAN, 2009, p.16). O educando que vai construindo junto ao educador na escola e também fora dela, seu pensamento reflexivo e protagonista, vai se tornando dinâmico, agindo com flexibilidade, conhecendo situações que oprimem e manipulam, podendo assim não mais aceitá-las, estar ciente da subjugação/imposição disciplinar sobre os corpos. Isso não ocorre na ECIM, onde essa arte de pensar criticamente ou mesmo de debater sua opinião é podada por um sistema tecnicista e normatizador.

Segundo Dell Prete apud Rocha e Carrara (2011, p.223), “[...] a escola, em particular, é um espaço privilegiado, onde se dá um conjunto de interações sociais que se pretendem educativas. Esse espaço possibilita a emissão de comportamentos pró-éticos e pró-sociais”. Assim, professor e aluno devem dialogar para juntos construírem uma aprendizagem mais eficiente e eficaz para todos, no ECIM esse espaço é limitado e

determinado, as relações com docentes, monitores ou mesmo colegas são vigiadas, com intuito de opressão e manipulação.

De acordo com Brasil (apud ROCHA; CARRARA, 2011, p.223)

[...] nas interações sociais se dá a ampliação dos laços afetivos que as crianças podem estabelecer com as outras crianças e com os adultos, contribuindo para que o reconhecimento do outro e a constatação das diferenças entre as pessoas sejam valorizadas e aproveitadas para o enriquecimento de si própria.

É por meio das relações sociais, sobretudo, alunos e professores que vão se criando afetividade, respeito que devem estar presentes na educação, a docilização unida à disciplina do poder vem assujeitar, caminhando em outro rumo do autoconhecimento do aluno. Nas ECIM esse laço é estritamente hierarquicamente, o aluno é ensinado a obedecer a seu superior, limitando a uma relação superficial, dificultando criação e ampliação de laços afetivos. O senso de equipe nessas instituições é meramente utilizado como forma de massificação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se através desta pesquisa que no PECIM, bem como nas instituições ECIM existem inúmeras formas normatizadoras, que assim como no que se refere ao conceito foucaltiano, transforma um sujeito ao homem alienado, corpos dóceis, assujeitado/massificado para atender as demandas capitais.

Através dos dados coletados nos sites, textos de autores nacionais e estrangeiros e alguns materiais normativos, pudemos identificar algumas transformações ocorridas desde o período das ditaduras no contexto da educação brasileira que influenciaram ainda hoje no sistema educacional, como a implantação do Pecim, contribui frente a essa demanda atual, como é essa realidade nas ECIM.

Através dessa pesquisa pudemos investigar as práticas de controle utilizadas como mecanismos de ensino contidas nas rotinas da Pecim e em suas instituições implantadas no governo anterior de Jair M. Bolsarano (2019-2022)

Ainda nesta pesquisa pudemos analisar o conjunto de normas registradas Manual do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – Pecim, criado pelo Decreto

10.004, de 2019, é desenvolvido pelo Ministério da Educação, com apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas”, ou documentos normativos desses espaços institucionais entre outras leis tais como LDB, CF/88, onde pode-se observar as contradições entre teoria e prática da efetividade dessas propostas e projetos de leis na tentativa de garantia de oportunizar educação e dar ao estudante a garantida de permanência.

Observarmos como o poder disciplinar dentro de instituições com ECIM atua no objetivo de docilizar corpos e submeter os indivíduos/sujeitos/alunos aos padrões para formá-los como ‘sujeitos assujeitados’ para atender a demanda do modelo capital. Sabemos que esse poder está presente em toda a sociedade em um modo geral, em cada instituição: Igreja, família, trabalho, escolas e entre outras, mas em escolas como a ECIM, esse sistema é ainda mais expressivo e opressor.

No decorrer da pesquisa observamos através de recortes históricos como por diversos momentos a liberdade e democracia tiveram seus muros rompidos, ou quase. A opressão, o autoritarismo por diversas vezes presentes como forma de massificar o povo e manipulá-los.

Alguns pesquisadores, historiadores e cientistas sociais acreditam na ideia simplista de que o Brasil foi vítima ‘apenas de um golpe civil-militar,’ mas parece ser muito mais complexo o problema e o chamar de apenas ‘militar’ seria retirar a participação de parte da sociedade na ditadura. Por outro lado, parte da sociedade esteve presente de forma ‘ativa’ e ‘participativa’ na resistência e luta pelos seus direitos.

Como observamos no decorrer desta pesquisa boa parte da ‘história recente’ (1964-1985) da sociedade brasileira é polarizada pela luta dos setores democráticos contra as ‘ditaduras’ e os sistemas ‘arbitrários’ nele contidos.

Como foi ressaltado pelos diversos assuntos discorridos pelos capítulos e registrados nesta pesquisa, foram inúmeras as ‘lutas contra o sistema ditatorial’, e essas que se intensificaram e adquiriram mais ‘força’ com alguns dos mecanismos legais, tais como a Constituição Federal de 88, LDB, entre outras. Esses documentos representaram grandes ‘marcos’ na construção política, econômica, social, cultural e histórica do país.

No decorrer desta pesquisa, pode-se observar que ainda hoje sofremos resquícios decorrentes daquela fase ditatorial, principalmente nos setores que envolvem a formação/ e nos setores ‘educacionais’ nas escolas. Toda essa prática desumana e ditadora geraram conflitos eminentes nas relações sociais, fruto de uma formação abusiva e arbitrária

(abuso de autoridade) que permeia ainda hoje como mecanismo de manutenção do poder em diversos setores da sociedade, principalmente na educação brasileira (forma de controle).

Foi por meio das diversas lutas que surgiram alguns mecanismos jurídicos criados (na tentativa de proteger/ e garantir que os direitos dos povos fossem cumpridos) e que houvesse ampliação e consolidação da cidadania no país, tendo em vista à garantia dos direitos civis sociais e políticos dos indivíduos e de grupos sociais, a busca pela defesa e aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida, a partir de um posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure não apenas a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, mas também que resgate a dignidade da pessoa humana.

Observamos por meio da pesquisa bibliográfica e análise documental que a forte presença de ações e ‘práticas repreensivas’ no processo educacional há ainda hoje na contemporaneidade. Apesar de a lei existir a ‘favor do cidadão’ ou pelo menos ‘deveria ser’, elas deveriam propor melhorias nas ações educativas, mas o que acontece, muitas vezes, é que ela vem esbarrando nestes resquícios da ditadura. Os mecanismos que por hora foram criados para garantir a defesa dos direitos das pessoas acabam por ‘alienar o sujeito’ a elas mesmas.

A desumanidade presente na burocracia estatal, na qual o ‘cidadão comum’ é tratado em última instância, encontrando-se ‘alienado em si mesmo’, e alheio a sua ‘real situação’ na sociedade, acaba por deixá-lo ‘inerte’, e desprovido de ‘esclarecimento’; além de preso em um sistema de interesses estatais, cuja prioridade se baseia na defesa dos interesses das grandes corporações e no trato mais direto com os detentores de cargos de poder, parece não condizer com as normas e leis presentes na Constituição desse país.

Há uma diferença entre o que está ‘legislado’ e o que acontece na ‘realidade brasileira’. As discrepâncias que ocorrem no Brasil possuem um caráter falho não apenas de cunho jurídico, mas também da falta de um processo educativo mais voltado para o campo das ‘ideias, da política e do social.’, e a falta de participação da ‘massa-povo’ em todo esse processo.

É necessário mudanças em diversos setores sociais, políticos, econômicos do país, mas no que diz questão ao ‘esclarecimento, seria preciso que a manutenção e reforma fosse à primeira instância e com grande urgência na ‘educação’, haja vista que neste setor há uma capacidade para expansão da luz/ e esclarecimento dos demais

conhecimentos inerentes na formação dos homens. Ele é considerado direito fundamental, e por isso a ‘ela’ deve ser dada devida ‘atenção’.

É necessário fortalecer debates sobre este assunto, não nos calarmos frente a essa realidade. A sociedade deve participar e fomentar discussões sobre as possíveis mudanças no ‘sistema educacional’. O debate pode despertar na sociedade o desejo de mudanças e estimulá-los a um novo olhar acerca dos fatos já apresentados e sua participação como cidadão brasileiro.

A educação ou formação contínua do professor é indispensável para auxiliá-lo nas decisões de conteúdos, métodos, avaliação, relação com seu educando, desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. Este profissional não deve ficar na graduação apenas, o conhecimento deve ser sempre renovado.

Por fim, podemos falar da reprodução de uma cultura “militarista” na própria implantação das Escolas Cívicas Militares, onde como já relatado pelos capítulos desta pesquisa docilizam-se os educandos tornando-os sujeitos obedientes, modelados através do poder disciplinar, um violência sobre o corpo, para torná-los homogêneos e úteis, fazendo-se uso dos processos disciplinares para puni-los e normalizá-los.

Assim, vão sendo fabricados corpos docilizados, submissos e educados para a vida em sociedade que, na visão de Foucault é possível por meio da vigilância hierárquica do poder disciplinar. Adotando a ideia de que a escola é uma das principais dentre estas instituições, podemos compreender como isso ocorre quando abordamos a questão do poder relacionado à disciplina e como esta relação torna-se presente na escola e nas rotinas escolares, no cotidiano de cada instituição.

Por fim, concluímos que o poder disciplinar nas ECIM de fato se apresentam com enfoque de docilizar corpos e assim, submeter os indivíduos aos padrões e enquadramentos da sociedade capitalista, atendendo as demandas do modelo capital. Observamos através desta pesquisas os muitos contextos em que a Educação parece estar sendo moldada por resquícios de ditaduras, essa pesquisa se propôs em analisar a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), lançado em 05 de setembro de 2019, pelo Decreto Presidencial nº 10.004, o qual é uma ação do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa.

Dessa forma, implantaram esse modelo visando contribuir para a melhoria da Educação Básica do Brasil com isso pregam que a partir da implantação do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares (PECIM). Esse modelo é centrado na melhoria de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa, sendo baseado no padrão de alto

nível dos Colégios Militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, por meio desta pesquisa, realizamos uma análise documental, do site e alguns artigos relacionados à temática, e observamos como já citado diversos desafios dos docentes frente ao contexto existente das Escolas cívicas militares. Desafios esses que vão além de apenas educar. Frente a essa nova demanda educacional o poder disciplinar no processo metodológico contido na formação desses sujeitos nas nessas instituições nos remete a ideia foucaultiana do indivíduo docilizado, moldado para atender a demanda do mercado de trabalho /capital. Um corpo dócil formado e educado dentro de um padrão/ molde disciplinado visando apenas suprir a mão de obra barata, conseqüentemente, o Estado passa ter poder sobre a vida desse sujeito.

Segundo Agamben 2002, quando o poder de vida se estende ao soberano (Estado), ele se configura em uma forma de autorização ilimitada para vida e também até a morte. Assim, o direito de vida e de morte do pater, é a racionalidade por trás do poder soberano que captura a vida dos cidadãos/sujeitos (assujeitados).

Em síntese a essa situação da conjuntura de ensino atual, o desafio docente está em formar indivíduos conscientes desse processo de ensino para que assim esses viessem romper esse ciclo de ignorância (sujeitos assujeitados) e total submissão ao sistema imposto, sujeitos críticos/reflexivos capazes de resistir ao autoritarismo imposto pelo molde do sistema disciplinar capitalista, conseqüentemente, rompendo os cárceres da ignorância e sendo sujeitos protagonistas.

Em se tratando de educação, todo contexto deve ser analisado de forma mais reflexiva e crítica, pois ela é de suma importância para a vida em sociedade, em família, em amigos. Na escola, os indivíduos devem ser oportunizados a conhecerem a si mesmos por meio de teorias e práticas que os ensinem a pensar de forma com criticidade e perceber o mundo com um olhar que não aliena e sim transforma e contribui para o crescimento intelectual.

Lamentavelmente, docilizar os corpos na escola é impor o domínio de técnicas já padronizadas que vão treinando-os para o mercado de trabalho, pois o poder disciplinador visa o trabalho para conseguir viver e a única meta para ser alcançada na educação. Esta docilização não vai de encontro com uma prática inovadora, que humaniza que liberta, mas que escraviza, oprime.

Os educandos devem sim, por meio da educação, se qualificar para o trabalho e para o exercício de sua cidadania, como vimos nos apontamentos da LDB, essa condição é viável, porém, eles devem conceber a educação como algo que vai também levá-los a

se realizarem como pessoa, como conhecedores, como sujeitos de sua própria história, como aqueles que têm na escola um lugar familiar e que não fuja de seus conhecimentos já adquiridos em sua realidade.

Os educadores são peças indispensáveis, a eles cabe como trabalhar com seus alunos, assim é preciso que eles busquem uma relação dialógica, dinâmica e de respeito no processo ensino-aprendizagem. É necessário também estar consciente de que seus educandos já possuem alguma bagagem cultural que deve ser valorizada, ampliada e renovada no processo educativo.

Portanto, embora haja essa docilização de corpos, por meio do poder disciplinador, é possível tomar consciência e ir buscando novas realidade, primeira a partir da reflexão de que somos antes de tudo sujeitos de nossa história, ou pelo menos, deveríamos ser, e que não devemos ser mais considerados corpos que se submetem a tudo que lhe é oferecido na educação, já basta a sociedade que também condiciona muito das nossas atitudes. A educação deve ser um momento em que o prazer, a alegria, a disposição e a humanização caminhem cotidianamente juntos.

Para finalizarmos nosso pensamento citaremos os dizeres de CHAUI (2011, p.378):

A violência não é percebida onde se origina e onde se define como violência propriamente dita, isto é, como toda prática e toda ideia que reduza um 'sujeito à condição de coisa', que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural.

Consoante à autora o sujeito assujeitado se resultará em “COISA” mero objeto ou mera reposição de obra barata.

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” (FREIRE)

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund & HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. In: ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **O conceito do esclarecimento**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 1986. Cap. 1.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: **O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000.

ARENDT, Hannah. A Condição Humana. In.: Cap. VI **A Vita Activa E A Era Moderna**. Trad.: Roberto Raposo. Revisão Adriano Correia. 11 ed. RJ Forense Universitária, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. Entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. Entrevista concedida a Alba Porcheddu. Cad. Pesquisa, vol.39, no.137. São Paulo, May/Aug. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: 27 mar. 2022.

BELOTTI, Saula Helena Abdala; FARIA, Moacir Alves. **Relação professor-aluno**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 1 – nº 1 – 2010. Disponível em: <<http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/salua.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BENEVIDES, A. A; SOARES, R.B. Diferencial de desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola? **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/26127/52872>>. Acesso em: 8 ago. 2022.

BIANCHINE. G. M. O reconhecimento dos direitos fundamentais da criança frente à violência intrafamiliar. In: PRADO, Alessandro Martins Prado; BATISTA, Claudia Karina Ladeia; SANTANA, Isael José. **Direitos Humanos: novos olhares**. Curitiba: Editora CRV, 2011. (Obra organizada por docentes do Curso da Pós-Graduação).

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOBBIO, Norberto _____. **O futuro da democracia**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAND, A. F. ; TOLFO, S. R. **O processo de formação do policial militar**. Disponível em <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2883/715>>. Acesso em: 20 mai. 2022

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato Institucional nº 2, de 27 outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato Institucional nº 3, de 05 de fevereiro de 1966**. Fixa datas para as eleições de 1966, dispõe sobre as eleições indiretas e nomeação de Prefeitos das Capitais dos Estados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-03-66.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato Institucional nº 4, de 07 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discursão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Decreto/Lei nº464/69**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso 05 fev. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Lei nº 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, Ministério da Educação, Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/decreto-9465-janeiro-2019-ensino-militar.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Ministério Da Educação. **PECIM**. Disponível em: <<http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>>. Acesso 15 jun. 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. Manual das escolas cívico-militares. S/D Disponível em <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/837270/RESPOSTA_PEDIDO_ECIM_Final.pdf> Acesso em 10 abr. 2020.

BRASIL. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Ministério da Educação, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2021/05/respostapedidoecimfinal.pdf>>. Acesso em 16 de jul. 2021.

BRASIL, Portaria ministerial n. 2015/2019c. Disponível em <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.015-de-20-de-novembro-de-2019-228864271>> Acesso em 01 jun. 2020.

BRASIL, Portaria n.042 de 6 de fevereiro de 2008. Disponível em <http://www.cmsm.eb.mil.br/phocadownload/legislacao/regulamentos/03_Portaria_042_R69-2008.pdf> Acesso em 25 mar 2020.

BRASIL, Lei n. 12527 de 18 de novembro de 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm> Acesso em

25 mar 2020.

BRASIL, Agencia. **O governo federal irá encerrar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim).** Disp.: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-07/governo-federal-vai-encerrar-programa-de-escolas-civico-militares>. Acesso em: 19 julho 2023.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares.** Curitiba, 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares.** Curitiba, 2011. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. **Michel Foucault: corpos dóceis e disciplinados nas instituições escolares.** Disponível em: <file:///C:/Users/Joao%20Luiz/Downloads/4342_2638.pdf>. Acesso 02 set. 2021.

CASTRO, N. M. B. **“Pedagógico” e “disciplinar”: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás.** 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22204/1/2016_NicholasMoreiraBorgesdeCastro.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Ética e violência no Brasil.** Disponível em: <<file:///D:/ARQUIVOS%20DISCO%20C/Desktop/disserta%20pecim/chaui%20Sociedade%20autoritaria,%20etica%20e%20violencia%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. . Acesso em: 21 fev. 2023. , 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Sociedade autoritária, ética e violência no Brasil.** Disponível em: <<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/89/A3.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2022

COMPARATO, Fábio Konder. Cap. 02. **Os 60 anos de Declaração e nossa Constituição.** In.: Brasil/D.Humanos.2008:A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Cap. 02. Brasília: SEDH, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 4ª ed. São Paulo, 2005.

COSTA, J. C.; FERNANDES, J. A. C. **Polícia interativa: a democratização e universalização da segurança pública**. 1998. 34 p. Disponível em: <<http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/Monografia.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2022.

CRUZ, L, A de C. M; RIBEIRO, M. do E. S. R. C. Militarização das escolas públicas do estado de Goiás: uma reflexão sob os olhares de Gloria Anzáldua e Michel Foucault. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/viewFile/4432/2588>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

CRUZ, L, A de C. M; RIBEIRO, M. do E. S. R. C. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3746>>. Acesso em: 8 dez. 2022.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 05 abri. 2022.

DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. O professor e seu desenvolvimento profissional: superando a concepção do algôz incompetente. **Cadernos CEDES**, nº. 44, abril, 1998.

MENDONÇA, Camila. Ditadura Militar no Brasil. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/ditadura-militar-no-brasil>>. Acesso em: 17 Mar. 2023

DONNICI, Virgílio Luiz. **A criminalidade no Brasil: meio milênio de repressão**. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

DUBAR, C. **A socialização: construção das identidades sociais e profissionais**. S. Paulo. Ed. Martins Fontes. 2005.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 10º ed.trad. Lourenço Filho, São Paulo: Edições Melhoramento, 2013.

Escolas cívico-militares: seriam uma boa alternativa para a educação em valores sociais e morais? Disp.: <file:///C:/Users/Joao%20Luiz/Downloads/escolas_civicomilitares_carta_principios_.pdf>. Acesso 02 jul. 2022.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 10^o ed.trad. Lourenço Filho, São Paulo: Edições Melhoramento, s/d.

EL TALLER del aprendizaje. Imagem. Disponível em: <<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=532445330128877&set=a.202046699835.201067729933307&tyse=1&theater>>. Acesso em: 14 abr. 2022.

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2. ed. rev. Atual. São Paulo: Editora Claraluz, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018. **Relato**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/desmilitariza%C3%A7%C3%A3o-das-pms-desabafo>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018. **Reportagem**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/mortes-cometidas-por-policiais-da-rotasobem-45-em-sp>>. Acesso em: 12 set. 2022b.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2018. São Paulo: FBSP, 2018. **Violência na rota**. Disponível em: <<http://www2.forumseguranca.org.br/content/mortes-cometidas-por-policiais-da-rotasobem-45-em-sp>>. Acesso em: 12 set. 2022c.

FOUCAULT, Michel. **“Os corpos dóceis”**. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29^a ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a, p. 125-52.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da vida**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: MOTTA, M.B. (Org.). Ditos e Escritos IV. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p.223-240.

FOUCAULT, Michel. (1975). Surveiller et punir. Éditions Gallimard: Paris
Disp. Em: [https://www.pensarcontemporaneo.com/teoria-da-panoptica-de-michel-foucault/#:~:text=Foucault%2C%20M.%20\(1975\).%20Surveiller%20et%20punir.%20%C3%89ditions%20Gallimard%3A%20Paris](https://www.pensarcontemporaneo.com/teoria-da-panoptica-de-michel-foucault/#:~:text=Foucault%2C%20M.%20(1975).%20Surveiller%20et%20punir.%20%C3%89ditions%20Gallimard%3A%20Paris) . Acesso em 17 Mar 2023

FRANCISCO, M.F.S. Autoridade e contrato pedagógico em Rousseau. In: AQUINO, J.G. (org.). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

G1.**Escolas Cívicas-militares**.Disp.: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/07/13/escolas-civico-militares-decisao-do-governo-e-pouco-efetiva-e-nao-acaba-com-militarizacao-dizem-especialistas.ghtml>. Acesso em 19 julho 2023

GAUTHIER et al, Clermont. **Por uma Teoria da Pedagogia: Pesquisas Contemporâneas Sobre o Saber Docente**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

GERMANO, J. W. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964- 1985)**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação**. São Paulo: Cortes, 2000.

GOERGEN, P. Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. **Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 737-762, 2007.

GUARINO, C.M.; SANTIBAÑEZ, L. DALEY, G.A.**Teacher recruitment and retention: AA review of the recent empirical literature**. Review of educational research, summer 2006, vol. 76, nº 2, PP. 173-208.

GUERRA. Claudio. **Memórias De Uma Guerra Suja**. Rio de Janeiro: Editora: TOPBOOKS, 2011.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS R. A. C. *et al.* Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr 2018. Disponível em:
<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4004>>
Acesso em: 22 nov. 2022.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1978b. _____ . **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978b.

GRAMSCI, Antonio. **Intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989. <http://monografias.brasile scola.com/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>. Acesso em: 23 ago. 2022.

GREGÓRI. J. O Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos. In.: _____. **Brasil Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, c2008.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e civil. Tradução de Alex Mains. São Paulo: Martin Claret, 2003.

JÚNIOR, Eduardo Btandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago. **Análise Documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2005 (ed. original 1785).

KANT, I. **A metafísica dos costumes**. Trad. Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003.

KOHLBERG, L. POWER, F. C., HIGGINS, A. **La Education Moral**. Segundo Lawrence Kohlberg. Barcelona, Editorial Gedisa, S. A. 1997.

KUENZER e MACHADO, 1986, apud MELLO, Guiomar Namó de, (Org.). s/d.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezete; SCHELLER, Morgana. **Pesquisa documental**. Disponível em:

<<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>>. Acessado em 15 de jun. 2022.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezete; SCHELLER, Morgana. **Brasil: uma biografia**.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LEÃO, Ana Letícia. **PM tem “espécie de carta branca para cometer crimes”, afirma defensor de direitos humanos**. R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/pm-tem-especie-de-carta-branca-para-cometer-crimes-afirma-defensor-de-direitos-humanos-20110405.html>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. **In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.VII-XXIII.

MAIDANA, Adão Bittencourt. **Segurança pública eficaz: dever do Estado**. Disponível em: <<http://proomne.blogspot.com.br/2010/11/discente-da-pos-graduacao-em-direitos.html?showComment=1371496586044#c7468880282486052681>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

MANIFIESTO POR UNA EDUCACIÓN DEMOCRÁTICA EM VALORES. **Revista digital de la Asociación CONVIVES** Madrid, Septiembre de 2018. Disponível em: <http://www.educa.jcyl.es/convivenciaescolar/es/documentos-enlaces/publicaciones-periodicas/revista-convives.ficheros/1238164-25__N%C2%BA%2023%20CONVIVES%20septiembre%202018____Nos%20funciona%20III.pdf>. Acesso em: 10 nov.2018

MELO, V. M. P.. A entrega da gestão das escolas públicas estaduais para a Polícia Militar em Goiás: militarizar é a opção? In: Fórum Anped. 2015. 11

MENIN, M.S. S., BATAGLIA P.U. R., ZECHI, J.A. M. **Projetos bem-sucedidos em Educação em valores**. São Paulo, Editora Cortez, 2013

MORAES, R. C. Do contrato social. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/contrato.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. O direito brasileiro e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista trimestral de direito público**, São Paulo: Malheiros Editores, nº 33, p. 115, 2001.

NETO. Alfredo Veiga. **Foucault e a Educação**. Disponível em: <file:///C:/Users/Joao%20Luiz/Downloads/Foucault-e-a-Educacao-Alfredo-Veiga-Neto-PDF.pdf>. Acesso 21/10/2020.

NUNES, C. M. F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação & Sociedade**, nº. 74, Campinas: Cedes, 2001.

OLIVEIRA, Andreza Mayara Lins de; PEREIRA, Francisco Diemerson de Sousa **Corpos Dóceis E Disciplinados: Rotinas E Práticas Da Escola Moderna**. Disp.: <file:///C:/Users/Joao%20Luiz/Downloads/79.pdf>. Acesso 02jul. 2022.

OLIVEIRA. José Péricles. **A dignidade da pessoa humana como núcleo fundamental do sistema jurídico**. Disponível EM: <http://institutoprocesso.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/jose-hierarquia.pdf>. Acesso em: 19 de Fev. 2022.

OLIVEIRA. A. J. ; PRADO, Alessandro Martins Prado; BATISTA. Claudia Karina ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&site=imghp&tbm=isch&source=hp&biw=1366&bih=673&q=ditadura+militar+no+brasil&oq=dita&gs_l=img.1.0.0110.2312>_. Acesso em: 16 jun. 2013.

PAPO de PM. Imagem. Disponível em: <http://www.papodepm.com/2011/05/pai-virei-policia.html>. Acesso em: 16 jun. 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

PRADO, A. M. ; BATISTA, C. K. L.; SANTANA, I. J. **Direito à memória e à verdade e justiça de transição no Brasil: uma história inacabada! Uma República inacabada!**. Curitiba: Editora CRV, 2011. (Obra organizada por docentes do Curso da Pós-Graduação).

PERKINS. Brian. in.: VIEIRA. Leonardo, **‘Modelo de escola é autoritário’**, diz professor da Universidade de Columbia. Disponível em:

<<http://umaincertaantropologia.org/2014/02/03/modelo-de-escola-e-autoritario-diz-professor-da-universidade-de-columbia-o-globo/>> acessado em 17 de mai. de 2022.

PEREIRA, R. D; PINHEIRO, D. C; SABINO, G. de F. T. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 667 - 688, set./dez. 2019.

POMAR. Pedro Estevam da Rocha. **O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar**. Disp.: <<http://www.rodri.govianna.com.br/colunas/mundos-do-trabalho/ditadura-militar-ou-civil-militar.html>>. Acesso em 01 de abr. de 2022.

PARO, T. P.; FERREIRA, R.R. As escolas militarizadas combatem a violência escolar? Uma análise sobre o conceito de violência sob a perspectiva de Pierre Bourdieu, Michael Foucault e Theodor Adorno. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro, 4 (1), p. 65-87, 2017.

PORTAL DO GOVERNO BRASILEIRO. **Programa Nacional das Escolas Civico-Militares**. Disponível em: <<https://www2.fab.mil.br/sdvp/index.php/slideshow/169-pecim>>. Acesso em 15 de jun. 2022.

PEREIRA, Francisco Diemerson de Sousa & OLIVEIRA, Andreza Mayara Lins de. Corpos dóceis e disciplinados: rotinas e práticas da escola moderna. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade ISSN 1982-3657. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10352/80/79.pdf>>. Acesso em 25 mar. 2022.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

PIAGET, J. **O Julgamento Moral na Criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977 (ed.original 1932).

PIAGET, J. Os procedimentos de educação moral. In Lino de Macedo **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p.1-36. PNDH-3. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH).2003.

REFLEXÕES. Acerca Da Educação Durante A Ditadura Militar Brasileira (1964-1985). Disp. em: <<http://monografias.brasile scola.com/educacao/reflexoes-acerca-educacao-durante-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 19 de fev. de 2014.

RATTON, J. L; BARROS, M. **Polícia, democracia e sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2007.

ROCHA, Juliana Ferreira; CARRARA, Kester. **Formação ética para a cidadania:**

reorganizando contingências na interação professor-aluno. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 15, Número 2, Julho/Dezembro de 2011: 221-230. Disponível em: <<https://www.scielo.br/>>. Acesso em 17 ago. 2022.

ROMERO, A.V. **Segurança pública qualidade de vida: fator essencial para o desenvolvimento.** Campo Grande: Life editora, 2009.

ROCHA, L.C. **Organização Policial Brasileira.** São Paulo: Ed. Saraiva, 1991.

ROSA, Juliano de Melo. **As vozes de um mesmo tempo: a educação física institucionalizada no período da Ditadura Militar em Cacequi.** Dissertação de Mestrado em Educação/UFSM. Santa Maria: UFSM, 2006.

ROSA, Tiago Barros. **O Poder Em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar.** Rev. Sem Aspas, Araraquara, v.6, n.1, p. 3-12, jan./jun. 2017. e-ISSN 2358-4238. DOI: 10.29373/semaspas.v19n1.2017.9933. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/1+9933+Artigo+1++O+poder+em+Bourdieu_Rosa_final+rev.pdf> Acesso em: 24 mai. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social.** São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: princípios de direito político.** Trad. José Cretella Junior e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ROSA, Tiago Barros. **O poder em Bourdieu e Foucault: considerações sobre o poder simbólico e o poder disciplinar.** Disponível em: <[file:///D:/ARQUIVOS%20DISCO%20C/Downloads/1+9933+Artigo+1+-+O+poder+em+Bourdieu_Rosa_final+rev%20\(1\).pdf](file:///D:/ARQUIVOS%20DISCO%20C/Downloads/1+9933+Artigo+1+-+O+poder+em+Bourdieu_Rosa_final+rev%20(1).pdf)>. Acesso em: 16 out. 2022.

SANTANA, Isael José. **O direito à memória e a verdade: O eixo Orientador VI do Programa Nac. de direitos humanos: a dignidade da mulheres e o direito á memória.** In: _____. Direito à Memória e à Verdade e Justiça de Transição no Brasil: uma história inacabada! Uma República inacabada! Curitiba: Editora CRV, 2011. (Obra organizada por docentes do Curso da Pós-Graduação).

SANTOS, H. F. S. A. PURIFICAÇÃO, M.M. **A educação, formação docente e o mercado de trabalho/escola: alguns desafios da teoria x prática.** Revista Científica Novas Configurações-Diálogos Plurais, v.1, n.3, 2020. Disponível em: <http://www.dialogosplurais.periodikos.com.br/article/603c395aa953952e6d5f02a2/pdf/dialogosplurais-1-3-49.pdf>. Acesso em 10 fev.2023.

SANTOS, Caroline Silva da. **O Estágio como forma de inserção no mercado de trabalho**: um olhar acerca dos formandos em Ciências sociais no Estado de Mato Grosso do Sul Caroline Silva Santos, MS, 2022. p 25.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

SARTRE. J.P. **O ser e o nada**. 11. ed. São Paulo: Ed. Voices, 2009.

SARMENTO, Luciana. **Em cinco anos, PM de São Paulo mata mais que todas as polícias dos EUA juntas**: corporação paulista matou 6% mais que polícias americanas entre 2005 e 2009. Reportagem: R7. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/noticias/em-cinco-anos-pm-de-sao-paulo-mata-mais-que-todas-as-policias-dos-eua-juntas-20110607.html>>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 273p. Cadernos de Clio, Curitiba, v. 10, nº. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br>. Acesso em: 27 ago 2022.

SILVA. L. I. L. **A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal**. Brasília: SEDH, 2008. (Discurso: BRASIL. Direitos Humanos. 2008).

SILVA, Tomaz Tadeu. **O Adeus as Metanarrativas Educacionais**. In: _____(Org.). O sujeito da Educação: estudos foucaultianos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da ; DAMACENO, Ana Daniella. **Pesquisa documental**: alternativa investigativa na formação docente. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3124_1712.pdf. Acessado em 15 de junho de 2022.

SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristovão Domingos. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. **Disponível em**: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/>. Acessado em 15 de junho de 2022.

TIERRA, Pedro. **Poemas do povo da Noite**. São Paulo: Livramento, 1979.

THIBES, Andreia Aparecida. **Discurso, Memória E Corpos Dóceis: A (In)Disciplina Sob Os Olhos Dos Professores** disp.: file:///C:/Users/Joao%20Luiz/Downloads/34958-116631-1-SM.pdf. Acesso 02/07/2021.

VALLA, W.O. **Deontologia polícia militar: Ética profissional**. 4ª ed. Paraná: Ed. Revista Ampliada. 2011. PECIM

VELOSO, E. R.; OLIVEIRA, N. P. Nós Perdemos a Consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no Estado de Goiás. *In: ANAIS VI SEMINÁRIO PENSAR DIREITOS HUMANOS*, 2015, Goiás. **Anais [...]**. Goiás: UFG, 2015. p. 448-460. Disponível em: https://pensar2015.ndh.ufg.br/up/848/o/33._N%C3%B3s_Perdemos_a_Consci%C3%Aancia___Apontamentos_sobre_a_militariza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 23 set. 2018. Acesso em 22 ago. 2022.

VELOSO, E. R.; OLIVEIRA, N. P. Nós perdemos a consciência? apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. *In: OLIVEIRA, Ian Caetano de; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas (org.). Estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016. p. 71-84.

VINHA, T. P., NUNES, C. A. Inclusão de Educação Moral e Cívica nos currículos não vai tornar alunos mais éticos. **Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional**. Outubro, 2018.

ANEXOS

1-Roteiro de observação cultura escolar

Abaixo segue um roteiro que montamos no intuito de realizar uma possível observação in loco, em uma das Escolas que o programa foi implantado, no entanto ao recebermos uma negativa da instituição por parte da gestão não foi possível realizá-la.

I – Caracterização da escola:

1. Nome:

2. Histórico:

3. Localização:

4. Níveis de ensino:

5- Horário de funcionamento:

- 6- Número de turmas:
- 7- número de professores e formação:
- 8- Número de alunos:
- 9- recursos materiais:
 - salas de aula:
 - laboratórios:
 - biblioteca:
 - quadra:
 - sala de computação:

Outras Informações Complementares:

FUNCIONÁRIOS:

- 1- Verifique se os funcionários são efetivos:
- 2- Terceirizados ou contratados, identifique quais as áreas/setores que têm carência de pessoal.

Questões:

- Quais são as características econômicas, sociais e políticas dos estudantes?
- Que fatores explicam a constituição dessa escola e dessa comunidade?
- Quais as atividades que a escola tem desenvolvido?

II – Analise os documentos oficiais da escola:

- 1- Leitura do regimento escolar: quem organizou o regimento?
- 2- Qual a concepção de avaliação, recuperação, promoção que esse regimento mostra?
- 3- Leia o projeto político-pedagógico da escola. Procure saber: Quando foi escrito? Quais os principais pontos que aborda? Como o aluno é abordado no projeto? Quem o elaborou: a equipe diretiva ou o conjunto dos professores? A comunidade escolar tem acesso a ele?
- 4- Leia o projeto político-pedagógico com atenção para conhecer seus objetivos e princípios.
- 5- Os dados do censo escolar referente a escola pesquisada (site SED-MS)

III – observação em sala de aula

- 1- Busque identificar como é o relacionamento do professor e aluno em sala de aula
- 2- Como é comportamento dos alunos em sala de aula?
- 3- Como é avaliação do professor com os alunos?

IV - observação da relação escola/professores/ alunos/famílias

1 - Identifique o papel que a família atribui à escola; como os alunos se relacionam entre si, como são as relações no contexto escolar.

2- A profissão de professor: identifique a formação do professor; ele pretende seguir carreira de professor ou faz da carreira um “bico”, como ele avalia sua formação acadêmica em relação às demandas escolares;

3- O que ele (a) faz para melhorar a sua situação profissional e a da categoria se participa de cursos de formação continuada, quais as influências econômicas, sociais e políticas em sua atuação; seus conhecimentos sobre seu plano de carreira;

4- Como é a questão do comportamento dos alunos nos demais ambientes escolares?

Observação: Verifique a percepção sobre a atuação da universidade pública na escola: o que os diferentes sujeitos escolares pensam sobre ela, o que é possível observar de presença da universidade na escola, pesquisar o que pode ser feito.

B. SOLICITAÇÃO DE OBSERVAÇÃO INSTITUCIONAL E COLETA DE DADOS

Eu, **Hellen Ferreira da Silva Alves dos Santos**, RGM: 202000024, discente do Mestrado em Educação da UEMS-Paranaíba, orientanda do Professor **Dr. Carlos Eduardo França**, Linha de Pesquisa: Linha 3: Linguagem, Educação e Cultura, Turma de 2020, estou em fase de coleta de dados, para a escrita da parte prática da Dissertação, intitulada: O PODER DISCIPLINAR E OS CORPOS DOCILIZADOS: Algumas considerações sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) solicita autorização da Secretaria Estadual de Educação para adentrar na Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito), conhecer sua rotina, salas de aulas, espaços da

instituição escolar, ter acesso ao PPP e outros documentos que estão ligados a criação do projeto.

Período de realização da pesquisa: à combinar com Escola

Previsão para exame de qualificação:

Previsão para defesa da dissertação:

Helena S. A. Santos

Assinatura do (a) discente

Carlos Eduardo França

Assinatura do (a) orientador (a)

APROVAÇÃO DO COLEGIADO DO PROGRAMA
Em reunião do Colegiado do Programa realizada no dia __/__/____, o presente plano de atividades foi avaliado e: () APROVADO () REPROVADO.
Observações:
Assinatura do presidente do Colegiado: